



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO /PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE / PPGREC**



GILDE LUANA DE LIMA SILVA

**MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:
IDENTIDADES ATRAVESSADAS PELOS GÊNEROS, AFETOS,
ETNIAS E SEXUALIDADES**

**JEQUIÉ
2017**

S586m Silva, Gilde Luana de Lima.

Mulheres em privação de liberdade: identidades atravessadas pelos gêneros, afetos, etnias e sexualidades / Gilde Luana de Lima Silva - Jequié: UESB, 2017.

146f.; 30cm

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Maria Abreu Barbosa)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:
IDENTIDADES ATRAVESSADAS PELOS GÊNEROS, AFETOS,
ETNIAS E SEXUALIDADES**

Autora: Gilde Luana de Lima Silva

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria Abreu Barbosa/UESB

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Gilde Luana de Lima Silva
e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:14/11/2017

Assinatura:.....

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Fernando Seffner/UFRGS

Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza/UESB

Profa. Dra. Maria de Fátima Araújo Di Gregório/UESB/UNEB

Profa. Dra. Adriana Maria Abreu Barbosa/UESB

2017

Dedico este trabalho, a todas as mulheres em situação de encarceramento sejam elas do sistema prisional ou não.

Ela é tão livre que um dia será presa.
- *Presa por quê?*
- *Por excesso de liberdade.*
- *Mas essa liberdade é inocente?*
- *É. Até mesmo ingênua.*
- *Então por que a prisão?*
- *Porque a liberdade ofende.*
Clarice Lispector¹

¹ C.f extraída da obra, Um Sopro de Vida: (Pulsações) de Clarice Lispector. 1978, p. 66

AGRADECIMENTOS

Enfim, hoje é o dia de agradecer, não pelo término da dissertação, mas pelo início dos estudos provocados por ela.

Agradeço profundamente:

À **mulher** mais bem-aventurada dentre todas as mulheres que já existiu na terra, Maria de Nazaré, mãe de Jesus Cristo, meu Redentor e Salvador;

À **mulher** raiz da família, minha saudosa avó materna, Floripes Coelho a qual reconheço em suas histórias, a minha etnia indígena e toda a minha ancestralidade;

À **mulher** mais forte, mais amada e corajosa que conheço, minha querida mãe Gildete Fonseca, por todas as renúncias feitas em nome da minha felicidade e por todas as fronteiras as quais ultrapassou em nome do amor;

Às **mulheres** nascidas de mim, do meu coração e do meu ventre, as minhas filhas, Isa Rocha e Rebeca Rocha, por terem sido tão compreensíveis nos momentos de ausência, durante esta pequena jornada;

À **mulher** negra que sacudi Jequié e o Brasil, com a implantação do primeiro e único mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, a professora doutora Marise de Santana. Entre conflitos e consensos, cheguei à conclusão de que somos irmãs, filha da mesma ancestralidade;

À **mulher** mais letrada e magnífica que conheço, minha orientadora, professora doutora Adriana Abreu, que não apenas orientou-me para escrita de uma dissertação, mas para a escrita da vida, dando sempre exemplos de compaixão, bondade, carinho e amor;

À **mulher** que apresentou-me o velho mundo, a Europa e assim iniciei a minha caminhada nas pesquisas sobre gênero e etnia. À professora doutora Maria de Fátima de Di Gregório, que sempre acreditou no meu trabalho;

À **mulher** que transita e transcende a qualquer biologia, o “x” das desinências de gênero, x queridx professxr Marcos Lopes, alma harmoniosa do Programa de Mestrado, meu muito obrigadx;

À **mulher** que trouxe à vida o pai das minhas lindas filhas, Dona Maria das Dores Rocha, obrigada pelo tudo;

Às **Mulheres** doutoras do mestrado, pelos ensinamentos sobre as relações étnicas, gênero, afetividade e sexualidade, em especial às professoras Raquel Souzas, Ana Cláudia Pacheco e Ana Angélica;

Às **mulheres** em privação de liberdade do Conjunto Penal de Jequié, as quais ensinaram-me o que é ser livre, mesmo em seus cárceres.

SILVA, Gilde Luana de Lima. **Mulheres em privação de liberdade: identidades atravessadas pelos gêneros, afetos, etnias e sexualidades**. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Sociedade Contemporânea/ODEERE/UESB. Jequié/BA, 2017.

RESUMO

O presente trabalho resulta da pesquisa realizada durante o mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, com o objetivo de analisar os discursos das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade do Conjunto Penal de Jequié/BA sobre amor e o sexo e como estes atuam nas (re)construções, negações e/ou afirmações de suas identidades, uma vez que se acredita que a linguagem e o discurso são ferramentas essenciais por meio das quais as representações sociais são construídas, veiculadas e assimiladas. O objeto escolhido justifica-se a partir da experiência da pesquisadora como professora no módulo de convivência feminino em 2015. Naquele momento observou-se que as mulheres ali apenas são punidas de várias maneiras, e a maior das punições resulta do fato de serem mulheres. Para tanto, trabalhou-se as narrativas discursivas destas, inserindo-as no campo de estudos étnicos, de gênero, afetivos e sexuais, na perspectiva dos trabalhos histórico-feministas. No percurso metodológico, buscou-se a pesquisa qualitativa com seu caráter de análise do discurso que possibilitou reflexões sobre as múltiplas identidades atravessadas pela etnia, pelo gênero, pelas relações afetivas-sexuais. Para tanto, usa-se os procedimentos da história oral temática cuja rede foi composta por seis mulheres em relacionamentos afetivos e sexuais, colaboradoras da pesquisa que narram suas histórias de amor e sexo de forma a perceber as fronteiras étnicas, as sociais, as raciais e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, identidades, conjunto penal, amor, sexualidade.

SILVA, Gilde Luana de Lima. **Mulheres em privação de liberdade: identidades atravessadas pelos gêneros, afetos, etnias e sexualidades**. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Sociedade Contemporânea/ODEERE/UESB. Jequié/BA, 2017.

ABSTRACT

This very paperword is the result of researche carried out during the Masters in Ethnic and Contemporaneity Studies at the State University of the Southwest of Bahia / UESB, with the goal of analyzing the discourses of women in situations of liberty's deprivation the Jequié – Bahia penal facility about love, sex and how these subjects act on (re) constructions, denials and/or affirmations of their identities, since language and discourse are believed to be essential tools through which social representations are constructed, conveyed, and assimilated The chosen object chosen is justified by the researcher's experience as a teacher in the female coexistence module in 2015. At that moment, it was observed that the women there, are punished in several ways, and the greatest punishment results from the fact that they are women. For this, the discursive narratives of them were worked, inserting them in the field of ethnic, gender, affective and sexual studies, in the perspective of historical-feminist works. In the methodological course, qualitative research was sought with its character of discourse analysis that allowed reflections on the multiple identities crossed by ethnicity, by gender, by affective-sexual relations. For that, it was used the procedures of thematic oral history whose network was composed by six women in affective and sexual relationships, collaborators of the research that narrate their stories of love and sex in order to perceive the ethnic, social, racial and of gender borders.

KEYWORDS: Women, identities, penal facility, love, sexuality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Foto aérea do Conjunto Penal de Jequié

FIGURA 2 - Fluxograma para penitenciárias e presídios

GRÁFICO 1 - Evolução da taxa de encarceramento feminino – CPJ

QUADRO 1 – Como as colaboradoras serão apresentadas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

CPJ – Conjunto Penal de Jequié

CRC - Coordenação de Controle e Cadastro

HOV – História Oral de Vida

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UED – Unidade Especial Disciplinar

LEP - Lei de Execução Penal

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

ONASP- Observatório Nacional do Sistema Prisional

INFOPEN - Levantamento nacional de informações penitenciárias

SEAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização

SM- Semiaberto

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

ANEXO 2 – Ficha cadastral do preso

ANEXO 3 – Aprovação no conselho de ética em pesquisa em ciências humanas

ANEXO 4 – Carteira de visita íntima interna

RELAÇÃO DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista 1

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista 2

APÊNDICE 3- Comunicado as colaboradoras

APÊNDICE 4 – Quadro autoidentificação das colaboradoras

APÊNDICE 5 – Sistema hierárquico do módulo feminino

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS	15
1. CAPÍTULO I – CAMINHOS TRILHADOS	21
1.1 ENTRANDO NO CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ: O NÃO LUGAR.....	21
1.2 ENTRANDO NA TEMÁTICA: ESTADO DO CONHECIMENTO.....	28
1.3.ENTRANDO NA PESQUISA: MEIOS E MÉTODOS EMPREGADOS NA CAMINHADA.....	33
2. CAPÍTULO II – EU SOU FEITA DE PALAVRAS, DAS PALAVRAS DOS OUTROS	
2.1 MULHERES PELAS FEMINISTAS.....	45
2.2 MULHERES E OS AMORES EM SUAS VÁRIAS FACES.....	51
2.3 MULHERES E A HISTÓRIA DAS PRISÕES.....	63
2.4 MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AS IDENTIDADES ATRIBUÍDAS, RECONHECIDAS E NEGADAS.....	66
3. CAPÍTULO III – ENTRE OS MUROS E AS GRANDES, ESCONDERIÇOS E PERIGOS, OUVINDO AS MULHERES E SUAS MÚLTIPLAS VOZES	81
3.1 QUEM SOU EU?.....	82
3.2 QUEM SOU EU NO ENTRELAÇAR DOS CORPOS?.....	98
PALAVRAS FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	129
APÊNDICES	139

1. PALAVRAS INICIAIS

Pensei um dia, estendo ao leitor a minha palavra assim como se estende uma ponte e digo, Vem! Então esse leitor que acaba por seu meu cúmplice, leitor e cúmplice, chega até onde eu estou. Fraternalmente reparto com ele essa palavra como se reparte o pão.

Lygia Fagundes Telles²

A epígrafe selecionada para introduzir esta dissertação aqui se mostra como algo ilustrativo, para apresentar o desejo da autora em repartir, hermeneuticamente, a presente pesquisa com os demais leitores, pois esta surge em um contexto de escassos estudos e debates sobre a mulher brasileira em situação de privação de liberdade. Como é sabido, hodiernamente, não tem como falar e escrever sobre a “mulher” de forma genérica, sem mencionar outras questões, em especial os fatores relativos às questões de etnia, gênero, raça, espaço e classe.

O interesse em focar os estudos nesta perspectiva de privação de liberdade, justifica-se a partir do ingresso da pesquisadora, como professora³, no Conjunto Penal de Jequié, em 2015. Lá, observou-se que as “punições” ultrapassavam as sanções penais previstas no decreto-lei nº 2.848/1940⁴. Por isso, acredita-se que as mulheres ali apenas, em sua maioria, foram punidas pelo simples fato de serem mulheres e por pertencerem a um determinado grupo étnico, racial e social. Esta observação suscitou, então, o interesse pelo tema.

De acordo com o Relatório Nacional do Levantamento de Informações Penitenciárias (2014)⁵, 90% das mulheres brasileiras, inseridas no sistema prisional, são advindas de camadas sociais desfavorecidas economicamente e, majoritariamente, pertencem a um grupo étnico/racial. Neste sentido, acredita-se que os referidos dados estão relacionados às categorias de gênero, classe, afetividade, sexualidade, raça e etnia.

A presente pesquisa nasce a fim de analisar como as relações afetivas e sexuais atuam na (re)construção, negação e/ou afirmação das identidades destas mulheres. Para tanto, ouvir seus discursos tornou-se um meio fundamental para compreendê-las, partindo do princípio de que a linguagem e o discurso “são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas e de que o real-social é construído

² TELLES, Lygia Fagundes. Durante aquele estranho chá. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

³ Professora efetiva da rede estadual de ensino, lotada na Unidade Prisional desde 2014 para ministrar o ensino de Língua Portuguesa e Artes na modalidade de Jovens e Adultos.

⁴ Código Penal Brasileiro.

⁵ Dados obtidos no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, divulgados pelo Ministério da Justiça em 23/06/2015 e disponível em: < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-destaterca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> >. Acesso em: 29 jul.2016.

discursivamente” (Joan SCOTT, 1992, p. 30)⁶. Assim, trabalhou-se com as narrativas discursivas e memórias destas mulheres, inserindo-as em uma perspectiva voltada para os trabalhos histórico-feministas. Por entender que uma das principais finalidades do(s) feminismo(s) é libertar as mulheres do modelo de mulher universal construído pelos discursos científicos e religiosos, que insistiu e insiste em apresentar as mulheres, sejam de qualquer grupo étnico, ou camada social, como seres inferiores e subalternos, assumiu-se, neste trabalho, a ancoragem teórico-feminista, em suas várias vertentes (liberal, negro, branco e interseccional).

Dessa forma, as teorias feministas somam-se a esta pesquisa para facilitar a análise das múltiplas questões que separam as mulheres, a exemplo: livres de não livres, mulheres de mulheres, mulheres de homens etc.

No atual contexto brasileiro observa-se que, mulheres de algumas etnias estão mais expostas a um passado histórico escravocrata, elitista e patriarcal do que outras. Isso pode ser comprovado a partir das políticas públicas desenvolvidas para promover o encarceramento em massa destas etnias.

As taxas de encarceramento feminino crescem em uma proporção assustadora, em especial as mulheres das etnias de origem africana, isto comprova a tese de que não se trata de uma política de combate ao “crime”, e sim, de uma política de encarceramento de mulheres pertencentes a este grupo étnico.

Ao levar em consideração essa perspectiva, é importante situar que, pertencer ao um determinado grupo étnico considerado minoritário e estar em cárcere penal e social torna-se difícil, ou até mesmo um sonho, a concretização de políticas públicas, que as considerem sujeitos de direito. No campo praxiológico do CPJ, observa-se que, diferentemente dos homens apenados, os quais geralmente mantêm vínculos com a família durante o encarceramento, a relação das mulheres, em situação de privação de liberdade, com as suas respectivas famílias, é um aspecto negativo, principalmente no que tange aos filhos nascidos nas unidades prisionais. Tudo isso interfere nas histórias de mulheres e em suas identidades, porque uma série de direitos inerentes a elas estão sendo violados principalmente aqueles que se referem a reinserção social e empoderamento diante da sociedade e da família.

⁶ Vale dizer que, em todas as citações das referências das teóricas e/ou autoras femininas, serão destacados os primeiros nomes, com o fito de conhecer as mulheres que fazem ciências e discutem as condições das mulheres como um todo. É uma posição política feminista, muito embora pareça contradizer as regras da ABNT, mas com a intenção de romper o saber científico e acadêmico androcêntrico. Faz-se necessário ser e destacar as mulheres que rompem com esse cenário.

A presente pesquisa justifica-se ainda por ser um tema instigante a ser investigado no *locus* Conjunto Penal de Jequié-BA, onde nenhuma pesquisa sobre as identidades ainda foi desenvolvida. As pesquisas registradas no banco de dados da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB estão voltadas para educação e saúde. Em face disso, o trabalho ora apresentado configura-se como uma pesquisa inédita dentro da universidade acerca do tema.

Quanto à proposta do Programa de Pós-graduação, a pesquisa está inserida na linha 02 - Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, constando de eixos ligados à etnicidade, gênero e sociedade contemporânea. Portanto, a construção do objetivo central voltou-se para compreender como as relações afetivas e sexuais tem atuado nos realces, negações ou (re)construções de suas identidades. Acredita-se que, mesmo em privação de liberdade, continuem marcadas pelas categorias étnica/gênero/raça/classe.

Para atender tal objetivo, o presente trabalho será apresentado em três capítulos. No capítulo I detalhou-se os caminhos percorridos desde a entrada no *locus*, aos procedimentos metodológicos adotados. Seção na qual, também, apresentou-se um estado de conhecimento elaborado para esclarecer a escolha da temática. Tal pesquisa fora desenvolvida e pontuada de forma intencional, em resposta às inúmeras indagações da pesquisadora e de outros tantos, já que a história de homens e mulheres de diversas origens nunca esteve tão interligada, extensiva e intensamente, como hoje. Sendo assim, neste capítulo não poderia deixar de marcar o lugar de fala da pesquisadora, já que este é compreendido e apreendido como um lugar de dentro por ser professora na unidade prisional.

No capítulo II apresentou-se os aportes teóricos como basilar as *mulheridades*⁷. Para tanto, conceituou-se a mulher em uma perspectiva feminista, não apenas por entender que os feminismos, enquanto movimento, conceberam uma “nova” mulher, mas por possibilitar uma discussão profunda sobre mulheres e suas múltiplas identidades e como elas representam-se face ao “outro” apenas neste ambiente prisional e como o sistema as concebem. Em face disso, o afeto e a sexualidade são entendidas como as “chaves” das relações humanas e o que interessa, neste capítulo, é como estas “chaves” abrem as “fechaduras” das (re)construções, negações e/ou afirmações das identidades.

Já no capítulo III, intitulado de “entre os muros e as grades, esconderijos e perigos, ouvindo as mulheres e suas múltiplas vozes”, elas narraram suas experiências amorosas e sexuais, a partir do encarceramento dos corpos, como prisioneiras e, ao mesmo tempo, livres, no que se

⁷ O termo selecionado para justificar a repetição da palavra mulher nos subtítulos do capítulo II, com a intenção de sinalizar as múltiplas mulheres dentro de uma sonoridade desejada pela pesquisadora.

refere a sexualidade e ao afeto. Assim, nas tessituras das relações étnicas, múltiplas mulheres, no entrelaçar dos corpos, afirmaram, negaram e (re)construíram suas identidades.

CAPÍTULO I

CAMINHOS TRILHADOS

CAPÍTULO I CAMINHOS TRILHADOS

1.1 ENTRANDO NO CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ: O NÃO LUGAR

O Conjunto Penal de Jequié – (CPJ) configura-se como *lócus* desta pesquisa, ou melhor, o lugar onde as palavras da pesquisadora encontraram outras palavras e um não lugar⁸, para muitos que chegam acreditando que ficarão apenas uma noite e também para muitos que estão em privação e desejam a liberdade. O CPJ localiza-se entre a zona periférica e a zona rural do município de Jequié-BA, mais precisamente no Sítio Pangolândia, Zona da Cachoeirinha. Jequié é considerada uma cidade em desenvolvimento, com aproximadamente 170 mil habitantes⁹.

Um ponto que cabe ser destacado é que a estrutura governamental do CPJ, atualmente, está ligada à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)¹⁰, localizada a 367,7 km de Jequié. A referida secretaria é a responsável por 24 unidades prisionais no Estado e cada unidade prisional é responsável por uma quantidade de comarcas¹¹.

Após reformulação¹², houve uma diminuição de comarcas atendidas pelo CPJ. Até 2015 abrangia 29(vinte nove), em 2016, apenas 16 (dezesesseis) comarcas, a saber: Boa Nova; Brejões; Ibirataia; Ipiaú; Itagi; Itagibá; Itaquara; Itarantim; Itiruçu; Jaguaquara; Jequié; Jitaúna; Maracás; Nova Canaã; Santa Inês e Ubatã. Essa reformulação deu-se a partir da inauguração do Conjunto Penal de Vitória da Conquista em 2016. Vale salientar que, em quaisquer crimes cometidos em uma destas comarcas citadas, os sentenciados ou provisórios são designados/transferidos para CPJ, com exceção do(a)s estrangeiro(a)s que são transferidos para o Conjunto Penal de Salvador¹³.

O CPJ é considerado como uma unidade prisional mista, por acolher tanto homens como mulheres. O CPJ, assim como os demais Conjunto Penais Brasileiros, são unidades híbridas, as quais, abrigam indivíduos provisório(a)s e condenado(a)s, cumprindo penas privativas de liberdade, nos regimes de (fechado, semiaberto e aberto) e com segurança máxima (BRASIL,

⁸ Não lugares é o termo que Marc Augé emprega para designar um espaço de passagem.

⁹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

¹⁰ De acordo com a Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011

¹¹ É o território ou circunscrição territorial em que o juiz de direito de primeira instância exerce sua jurisdição

¹² Provimento nº CGJ - 03/2016

¹³ Informação fornecida pelo o então diretor geral do CPJ.

LEP, 1984). Possui uma característica arquitetônica peculiar, pois está dividido em 07 (sete) módulos prisionais, denominados *módulos de convivência*, com 16 (dezesesseis) celas em cada um e estes abrigam aproximadamente de 150 à 200 interno(a). Esses módulos de convivência¹⁴ são classificados da seguinte forma: provisório (RP): Presídio I, Presídio II e Penitenciária II; fechado: Penitenciária I; semiaberto: semiaberto I, semiaberto II e semiaberto III.

Em decorrência da divisão modular por regime prisional e por ser uma unidade mista, até junho de 2016, as mulheres estavam acauteladas no módulo de convivência, denominado semiaberto I e que após uma disputa por espaço físico entre grupos rivais, ocorrida no semiaberto II, entre os internos ali apenados, foram involuntariamente selecionadas e transferidas pela direção do CPJ, para a Unidade Especial disciplinar (UED)¹⁵.

Constata-se nesta mudança que as mulheres foram as únicas disciplinadas, e o pior foram punidas sem terem descumprido a norma. É sabido que Unidade Especial Disciplinar (UED), cujo o nome já revela, é um local com uma arquitetura voltada para disciplinar os corpos e não para cumprimento de sanção penal, um espaço físico não adaptado, sem estrutura física que ofereça o acesso à visita íntima, ou desenvolvimento de atividade física, religiosa e/ou educativa, não retiraram-nas do módulo apenas, retiraram quase todos os seus direitos.

Um outro aspecto a mencionar são os dados apresentados pelo CRC (Coordenação de registro e controle). Segundo a mesma, o CPJ abriga, hoje, 926 internos, quando deveria abrigar 384 detentos, a fim de respeitar a sua capacidade máxima. Tal índice revela que há um total de 535 internos excedentes. Desse modo, torna-se evidente que a superlotação é, hoje, um dos graves problemas do CPJ e que atinge diretamente a todos.

Esta superpopulação é equivalente aos números nacionais da população carcerária. Os dados divulgados pelo Ministério da Justiça apontam que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. Segundo o Ministério, se a taxa de prisões continuar no mesmo ritmo, um em cada dez brasileiros estará atrás das grades em 2075. Isso significa que, em Jequié/BA, um em cada dez jequienses estará no CPJ.

Ao refletir sobre o ritmo da população carcerária Brasil/Jequié entre 2004 e 2014, notar-se-á que o relatório¹⁶ divulgado em 2014 pelo INFOPEN (Levantamento nacional de informações penitenciárias), revelou uma triste realidade. A população carcerária brasileira aumentou 80% em números absolutos (de 336.400 presos para 607.700). Cabe salientar que estes números, no entanto, ainda não captam todos os dados reais, pois ficam fora desta

¹⁴ Ver figura 1

¹⁵ Ver figura 1

¹⁶ <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>

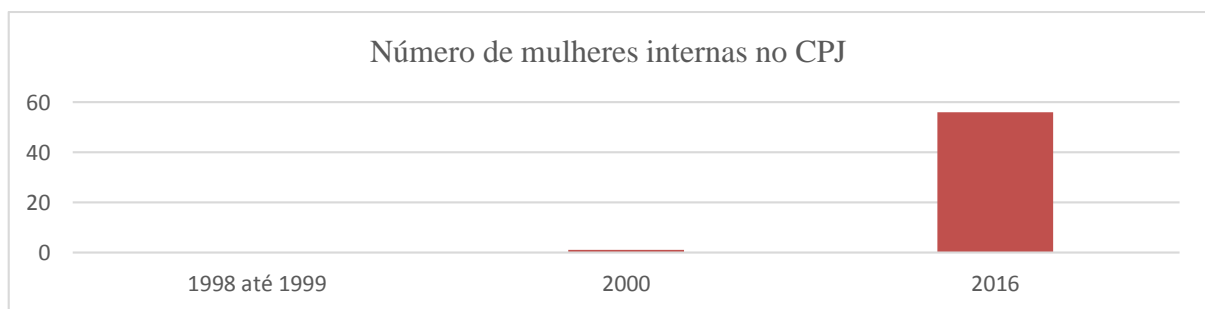
estimativa os 2.778 mil estrangeiros em situação de privação de liberdade no Brasil e muitos outros dados.

Ainda em relação a essa situação, vale mencionar a existência de uma discrepância entre os dados reais (existentes) e os dados divulgados (os de conhecimento público). No documentário¹⁷ *Se eu não tivesse amor*, de Geysa Chaves, datado de 2008/2009, a jornalista entrevista várias estrangeiras na penitenciária feminina Talavera Bruce¹⁸ localizada no estado do Rio de Janeiro, fato que demonstra uma incompatibilidade quanto aos números apresentados pelo INFOPEN. Questiona-se, então, os demais dados, em especial aqueles apresentados pelos estados brasileiros que fazem divisa com outros países. A ausência dos dados reflete o esquecimento das mulheres estrangeiras, não apenas nos números, mas também nas políticas públicas voltadas para grupos étnicos distintos de diferentes territórios e nacionalidades.

O que se relata é que, mesmo frente à ausência quanto à divulgação de determinados dados referentes à população carcerária feminina, outros divulgados pelo DEPEN¹⁹ não permitem esquecer ou esconder que houve um aumento de 521%, nos últimos 11 anos, ou seja, a população carcerária feminina brasileira passou de 5.601, em 2001, para 34.807 em 2011.

No que concerne à população carcerária feminina do CPJ, estes dados não são diferentes, conforme aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Evolução da taxa de encarceramento feminino –CPJ



Fonte: – Coordenação de Controle e Cadastro/2016

Segundo os dados fornecidos pelo CRC – Coordenação de Controle e Cadastro do CPJ, de 1998 até 1999, a taxa de encarceramento era de 0,0%. Apenas no ano de 2000 o CPJ recebeu a sua primeira interna. Desde então, o aumento foi de 560%. Atualmente, existem 56 mulheres,

¹⁷ Documentário visualizado no youtube no dia 02 de fevereiro de 2017.

¹⁸ A Penitenciária Talavera Bruce é um presídio feminino voltado para o cumprimento de pena em regime fechado, localizado na Estrada do Guandu do Sena, nº 1902, na região de Bangu na cidade do Rio de Janeiro, atualmente Bairro de Gericinó. Inaugurado em 1942, a penitenciária leva esse nome em homenagem ao Juiz Roberto Talavera Bruce

¹⁹ Dados de 2011 do Sistema de Dados e Informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

que representam 5% da população carcerária, em um Conjunto Penal superlotado, cujo quantitativo de vagas reservados a elas é de 0,0%.

A situação de vagas reservadas para as mulheres no Conjunto Penal de Jequié é o reflexo da situação no sistema prisional brasileiro. Segundo dados do INFOPEN, no ano de 2014, o total de vagas disponibilizadas pelo sistema penal brasileiro para as mulheres era de apenas 7%, destinadas, exclusivamente, a elas e de 17% em penitenciárias mistas²⁰, considerando que as penitenciárias mistas estão superlotadas.

Há um desnível relativo às vagas disponibilizadas para as mulheres. Tal percentual ínfimo de vagas faz com que as mais de 40.000 mil mulheres em Situação de Privação de Liberdade, nos demais Conjuntos Penais espalhados pelo Brasil, tenham de se ajustar em pouco mais de 18.000 vagas, ou seja, as mulheres são obrigadas a ajustar-se ou são transferidas para longe dos seus familiares.

Vale dizer que esta não é a questão mais emblemática, haja vista que outras tantas situações afligem estas mulheres, a exemplo da qualidade no atendimento à saúde. De acordo com os dados apresentados no relatório citado anteriormente, para toda a população carcerária feminina do país, há 37 médicos ginecologistas, os quais atuam no sistema penitenciário. No CPJ, não há nenhum médico ginecologista atendendo. As mulheres sentem na pele, em seus corpos, a opressão causada pelo sistema prisional.

Pensado por homens e para homens, o CPJ foi implantado em 1998, assim como tantos outros espalhados pelo Brasil. Augusto Cristiano Prata Esteca (2010), em sua dissertação²¹, revela que a arquitetura penitenciária brasileira da atualidade foi modificada em atendimento à proteção aos direitos das pessoas privadas de liberdade. Segundo ele, não era possível, no sistema prisional, após promulgação da Lei de Execução Penal em 1984, continuar com arquitetura ultrapassada e em dissonância com a lei, ou seja, que não oferecesse garantias quanto ao cumprimento da legalidade. Para o pesquisador, a referida lei foi fator determinante para garantir a assistência técnica do Ministério da Justiça aos Estados no que tange à implementação da Política Penitenciária brasileira.

Nesta perspectiva, no ano de 1987, foram lançadas as primeiras “Orientações para Elaboração de Projetos e Construções de Estabelecimentos Penais”, as quais contextualizaram o ingresso do Brasil na arena internacional. Após tal momento, aderiu-se à regulamentação penitenciária editada por organismos internacionais. Sendo assim, no ano de 1990, a Política

²⁰ Homens e mulheres dividindo os mesmos espaços físicos.

²¹ Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal

Penitenciária Nacional passou, de fato, a ser direcionada a um projeto de renovação do Sistema Penal: uma reforma nacional que tinha como uma das metas principais a construção de unidades penais, inicialmente pensadas para desafogar as delegacias policiais e as áreas urbanas de pessoas indesejáveis para o sistema.

Dessa forma, o Governo Estadual da Bahia implantou o CPJ, na tentativa de garantir melhorias à assistência médica, jurídica e educacional e de trabalho, a partir de um projeto arquitetônico do estilo pavilhonar, na tentativa de anteder às recomendações da Resolução nº. 16 de 12 de dezembro de 1994 das Diretrizes para a Elaboração de Projetos de Estabelecimentos Penais no Brasil.

Assim, nasceu o CPJ, afastado cerca de 10km do perímetro urbano, no centro e uma região visivelmente inóspito e de difícil acesso. Conforme pode-se observar na figura 1:

Figura 1- Foto aérea do Conjunto Penal de Jequié

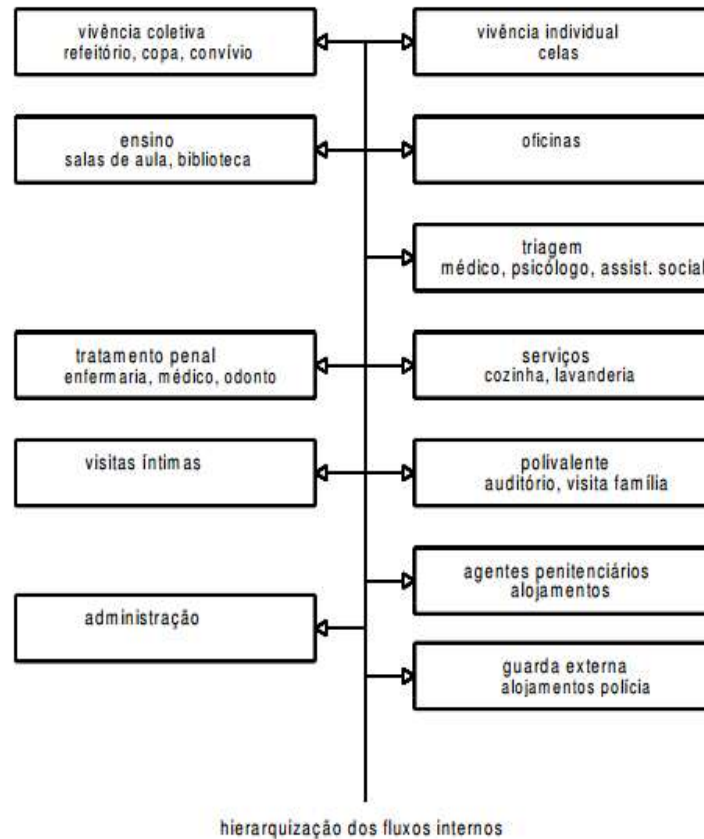


Fonte: Foto aérea do Conjunto Penal de Jequié (2010) uma reprodução arquivo Junior Costa/Romário Silva.

De acordo com a figura 1, o CPJ é dividido em pavimentos com funções especializadas, somadas a descontinuidade do terreno, com postos de vigilância construídos de forma que permita a visualização completa de todos os módulos e também com vigilância interna que propicie a visualização de todas ambientes. A rígida divisão de espaços físicos, também aplica-se as coordenações: 1. Coordenação de Segurança; 2. Coordenação Administrativa; 3.

Coordenação de Registro e Controle; 4. Coordenação de Atendimento à Saúde; 5. Coordenação de Atividades Educacionais e Laborativas. Estas coordenações seguem um sistema de hierarquização:

Figura 2 - Fluxograma para penitenciárias e presídios.



Fonte - Brasil, 1994 - p. 133.

Analisando o fluxograma acima, observa-se que esta distribuição de pessoas no espaço foi pensada de acordo com os movimentos de menor ou maior aglomeração e fluxos, cuja finalidade era facilitar, ainda mais, o controle interno por parte do Estado. Sobre isso, afirma Foucault:

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa (FOUCAULT, 1987. p.123)

O CPJ transforma-se assim, em um complexo mecanismo, cujo as relações de causa e efeito, configuram-se recíprocas. A convivência no espaço, reduzida a esta sucessão de

movimentos pré-determinados, desenvolve-se exclusivamente a partir de suas funções, ou seja, cada parte do CPJ nada mais é do que um suporte para o cumprimento de uma tarefa específica. “Empregando essa extrema intencionalidade, este complexo mecanismo não guarda qualquer semelhança com o mundo fora da prisão” (SANTOS, 1997, p. 145). Produto de uma racionalização incessante, ele se transforma em um imenso artifício, “um espaço que pode ser manipulado como uma coisa” (SANTOS, op.cit. p.230). Desse modo, tanto homens quanto mulheres participam destas manipulações diariamente, caso desejem ter acesso aos seus direitos (atendimento à saúde, defensoria etc).

O lugar da pesquisadora, neste espaço manipulado, é na Coordenação de Atividades Educacionais e Laborativas, como professora da rede estadual designada pelo poder estatal para lecionar e coordenar as atividades educacionais na unidade prisional. Pode-se dizer que, desde então, presenciou-se fatos cuja compreensão foi além da formação de gestora pública e de professora.

Em face disso, a necessidade de uma formação acadêmica específica para entender às relações humanas existentes neste contexto foi alimentada durante dois anos de inserção no CPJ. Fatos e histórias tais como: um elevado número de mulheres negras em cumprimento de pena sem julgamento, supostos crimes considerados de menor potencial e muitos até sem consistência jurídica que justificasse a permanência no CPJ por tantos anos. Muitas delas chegavam ao complexo grávidas e tinham suas filhas neste contexto de furtivos direito, sem mencionar que o sistema ignora os “diferentes” e as consideradas “minorias” e são constantemente silenciadas.

Em virtude destas e de tantas outras histórias, a pesquisadora ingressou no Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade e propôs essa pesquisa, por entender que é uma mulher inserida num contexto prisional, que mesmo misto é concebido como masculino e, por considerar-se, de alguma forma, não livre, pois, assim como os demais professores, sente todos os dias, por três horas, o “bater” do cadeado, assim, as professoras ali designadas são as únicas funcionárias do CPJ que partilham com elas/internas e eles as celas/salas, em um contato direto com a privação de liberdade e alguns outros sentimentos provocados pelo cárcere. Acredita-se, com isso, que essas e outras experiências/vivências constituem o escrever a partir de um lugar, de um olhar, que assume-se como um não lugar, pelo desejo de passagem e um lugar por ser constituinte de vínculos e marcadores.

1.2 ENTRANDO NA TEMÁTICA: ESTADO DO CONHECIMENTO

Ao ingressar no Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, logo durante as aulas das primeiras disciplinas, foi proposto pelos professores um mapeamento das produções acadêmicas existentes no Brasil sobre a temática a ser pesquisada. Inicialmente, considerou-se apenas as publicações da Revista de Estudos Feministas²², buscando todo e qualquer artigo sobre mulheres em situação de privação de liberdade e as relações afetivas, sexuais e étnicas no contexto prisional Brasileiro, no período de 2010 a 2015.

A revista de Estudos Feministas foi considerada, neste estudo, como sugestão do professor da disciplina Seminário de Pesquisa I, por se tratar de um periódico de publicação quadrimestral e indexada, de circulação nacional e internacional, que objetiva divulgar cientificamente textos originais em português e em espanhol, sob a forma de artigos, ensaios e resenhas, sobre gênero e feminismos, os quais podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina, quanto interdisciplinares no que tange à sua metodologia, teorização e bibliografia.

Para tanto, durante o mapeamento, utilizou-se os descritores: mulheres em situação de privação de liberdade, etnicidade, prisão, identidade, etnia, amor e sexo. Após pesquisa, frente à ausência de artigos sobre tal temática, então, modificou-se os descritores, retirou-se os termos etnicidade e etnia. Assim, foi possível encontrar dois artigos: “Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos” de Leni Beatriz Correia COLARES, e CHIES, 2010 e “Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista de Monica CORTINA, Ovinski de Camargo, 2015. Ao encontrá-los, decidiu-se analisá-los de forma detalhada para melhor compreensão.

O primeiro artigo analisado foi publicado pela revista²³, no segundo quadrimestre – maio/agosto do ano de 2010, com o título *Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos*, dos autores Leni Beatriz Correia Colares, professor da Universidade Federal do Rio Grande, e Luiz Antônio Bogo Chies, professor da Universidade Católica de Pelotas. Tal trabalho vincula-se aos resultados e às reflexões produzidas a partir da pesquisa ‘A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul²⁴,’ realizada em presídios originalmente construídos para o encarceramento masculino, mas que atualmente recepcionavam mulheres (configurando-se hipoteticamente como mistos), como é o caso do nosso *locus* de pesquisa – CPJ.

²² Edição online: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>

²³ Revista de Estudos Feministas

²⁴ 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul abrange a área geográfica do extremo sul do estado e abarca seis estabelecimentos prisionais, localizados nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar.

Inicialmente, os autores revelam que os presídios possuem uma ordem masculinizante, que apresenta o homem como possuidor de um lugar central e como medida de todas as relações, uma noção de completude da natureza imperfeita da mulher, calcada na emoção. Na sequência no item: Interdição do feminino: as sobras do espaço prisional e a secundarização no trabalho, os autores descrevem as múltiplas fronteiras que as mulheres encarceradas tentam cruzar diariamente. Segundo os autores/pesquisadores:

Um presídio masculinamente misto agrega outras formas de separação. Nele coexistem não só linhas de demarcação entre os que se ajustam às regras disciplinares e os que não se ajustam, como também de divisão entre homens e mulheres encarcerados. São linhas predefinidas, cuja fixidez está orientada pela concepção dual de que ser homem ou mulher define a posição que o indivíduo adquire e o espaço a ser ocupado (Leni Beatriz Correia COLARES, e CHIES, 2010, p.4)

Com isso, verifica-se que as reproduções do mundo exterior (sociedade) entrelaçam-se no contexto prisional. A exemplo, no que se refere às ocupações, poucas são as atividades às quais as presas podem ter acesso. Segundo as autoras, as funções atribuídas mimetizam as tarefas que executam normalmente no lar, reconduzindo-as aos papéis e aos espaços domésticos, bem como à submissão masculina. A pesquisa aponta que a maioria das mulheres está ocupada com o artesanato e a faxina, ou então com tarefas, como chaveiras (abre e fecha portas) e manicures, funções exercidas nos espaços das galerias e das celas femininas. As demais mulheres que trabalham estão alocadas na cozinha da Administração, no serviço burocrático e na faxina do saguão.

Os autores/pesquisadores apontam que há uma ambiguidade no presídio masculinamente misto guardado de um sentido simbólico, visto em:

Celas e as galerias femininas aparecem como análogas ao âmbito privado, doméstico. São um espaço de mulheres, enquanto os demais são tomados como espaços públicos e, como tais, masculinos. As presas autorizadas a circular por eles, em geral, são as que se prostituem – “mulheres públicas por definição” –, cujos corpos existem para a satisfação dos homens, ou aquelas que, possuindo companheiros presos, fornecem-lhes a visita íntima nos dias em que é permitida. É a prestação do serviço sexual que condiciona maiores possibilidades de circulação no espaço dos homens (Leni Beatriz Correia COLARES, e CHIES, 2010, p.4)

De acordo com as considerações tecidas pelos autores/pesquisadores no item Interações disciplinadas do masculino e do feminino, verifica-se que, segundo eles “nos presídios pesquisados, os comportamentos oscilam entre a cooperação e o conflito, o que, segundo as presas, ocorre de forma similar ao cotidiano de uma família” (Leni Beatriz Correia COLARES, CHIES, 2010, p.6), entretanto, o fato de estarem em um ambiente predominantemente ocupado por homens, levam-nas a estabelecerem regras para disporem dos seus próprios comportamentos, sobretudo nas relações com os homens. Todos os aspectos mencionados

conduzem à aceitação de um convívio recatado, o qual não perturbe a ordem. Segundo os autores Leni Beatriz Correia Colares e Chies (2010), a falta de solidariedade é ainda maior quando se trata do aprisionamento de mulheres, embora em alguma medida haja cooperação entre as presas. Para os autores, essa realidade surge, dentre outros motivos, da prevalência de interesses individuais sobre interesses coletivos, do medo à contaminação física por causa de doenças transmitidas ou da contaminação, no sentido simbólico, advinda do convívio forçado com pessoas consideradas indesejáveis. Baseado nesse contexto, os autores afirmam que tudo isto é resultante da busca por privilégios e recompensas ou dos conflitos originados em torno da conquista de um homem.

Os autores referenciam os presídios como instituições, cujas dinâmicas estão permanentemente associadas à sustentação da moralidade e da sexualidade viril. Essa condição acarreta práticas administrativas perversas por reafirmar ‘o outro’, a presença masculina, como princípio de orientação das intervenções formais, secundarizando e invisibilizando as mulheres em seus espaços.

É interessante observar que, durante a leitura e a análise do referido artigo, os autores preocuparam-se em apresentar os fatos, mas não se debruçaram na compreensão das inúmeras perspectivas apresentadas. Entre elas, as questões de gênero.

Observa-se que os autores evidenciam que as mulheres são as únicas a circular em todas as alas e celas, porém, as apresentam como um ser subjugado e submisso, não analisando sobre um prima de empoderamento financeiro e identitário. No tocante às reproduções do mundo do trabalho, eles não citam a possibilidade de existir “outros” trabalhos comuns tanto para os homens quanto para as mulheres em um presídio. Limitaram-se a citar, apenas, os institucionalizados, ou seja, aqueles trabalhos considerados formais oferecidos pelo Estado. Outro fato interessante é que, ao citarem a falta de solidariedade entre as mulheres, não fizeram referência às questões afetivas ou étnicas.

Diante das colocações supracitadas e no decorrer dos estudos, surgiram alguns questionamentos, os quais a pesquisa em questão pretende compreender, a exemplo: que histórias as múltiplas mulheres em situação de privação de liberdade narram sobre sexo, amor e etnia? E como essas histórias entrelaçam o universo feminino? O que estas histórias dizem sobre como elas se veem e veem os “outros” ou as “outras”? Quais as identidades e subjetividades emergem destas falas? Existe um empoderamento destas mulheres ou não em uma unidade prisional mista?

O segundo e último artigo encontrado durante o mapeamento tem como título “Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista”²⁵, escrito pela pesquisadora Monica Ovinski de Camargo Cortina da Universidade do Extremo Sul Catarinense, publicado no quadrimestre de setembro-dezembro do ano de 2015.

No item “A criminologia crítica e criminologia feminista: reflexões sobre o cárcere na visão da crítica criminológica”, a autora faz um levantamento historiográfico do aprisionamento feminino e considerações acerca da criminologia feminista sobre o aporte teórico da categoria gênero, associado à vertente crítica ou radical da criminologia. Assim, a autora segue a sua linha de raciocínio, fazendo breves considerações sobre as consequências que tal abordagem imprime ao fenômeno do crescimento das taxas do encarceramento feminino e, em específico, à seleção feminina envolta em delito de tráfico de drogas.

Acerca das consequências apontadas no item “Tráfico ilícito de drogas e feminização da pobreza: aspectos da seletividade penal”, a autora chega afirmar que:

[...]grande parte dos problemas ligados ao tráfico de drogas é gerado pela política proibicionista que o alimenta, de matriz estadunidense e que foi exportada para todo o ocidente, com grande disseminação na América Latina[...] A política proibicionista é erigida sobre dois pilares: a eleição das drogas que serão consideradas ilícitas, a qual não obedece a critérios científicos rígidos e nem a conceitos padronizados; e a falsa crença de que a repressão penal é o único instrumento capaz de servir de contra estímulo ao/à usuário/a e ao/à traficante, sendo este último severamente perseguido e punido, enquanto principal responsável pelo “mal das drogas” (Mônica Ovinski de Camargo CORTINA, 2015, p.2).

Ao debruçar de forma mais detalhada na descrição do perfil das mulheres elaborada por Monica Ovinski de Camargo Cortina (2015), notar-se-á que para a autora, estas mulheres são jovens, mães de mais de um/ uma filho/a, com poucos anos de escolaridade, pobres, com relatos de abuso de drogas e chefes de famílias monoparentais, que acabam praticando um crime de matriz patrimonial.

Refletindo sobre este perfil, a autora constatou que os motivos mais relatados pelas mulheres para escolherem o envolvimento com o crime são as dificuldades em sustentar os filhos e a falta de inserção no mercado de trabalho lícito e formal. Sendo assim, a autora afirma que a *feminização da pobreza*²⁶ pode ser considerada como um dos aspectos para a compreensão da crescente inserção das mulheres no tráfico de drogas e a sua criminalização, enquanto lógica seletiva do sistema penal.

²⁵ CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.761-778.

²⁶ Termo utilizado pela autora do artigo

No que se refere ao item 4 do artigo: “Cárcere de mulheres traficantes de drogas”, a pesquisa apresenta dados, a partir de uma perspectiva de conceber os corpos femininos como esquecidos e silenciados nas prisões brasileiras, os quais não geram interesse social nem político, porque não são vistos em sua subjetividade, interesses ou direitos. Assim, a autora enfatiza o fenômeno da invisibilidade do aprisionamento feminino e ao tratamento desigual.

Pontuado nas linhas e entrelinhas do artigo, a discriminação da mulher no mercado de trabalho mostra-se reproduzida no cárcere e, indubitavelmente, e na vida livre. A autora conclui que, diante deste contexto reprodutivo de estigma, que “os fatores relativos à feminização da pobreza são preponderantes para compor o conjunto de critérios da seletividade que o sistema penal emprega para definir sua clientela prisional feminina” (Monica CORTINA, Ovinski de Camargo, 2015, p.10).

Torna-se interessante observar que Monica Ovinski de Camargo Cortina (2015), mesmo referenciando como marco inicial da pesquisa fatos da vida privada. A autora no construto final, que é o artigo, não menciona ou não analisa os relatos voltados para as questões afetivas e sexuais, ou seja, os relacionamentos afetivo-sexuais não são mencionados e muito menos analisados, como um possível motivo para a inserção de mulheres no tráfico de drogas e, por conseguinte, da privação de liberdade.

Porém, apresenta a ideia de que a mulher/mãe é uma vítima social, e a exclusão do mercado de trabalho, como um dos aspectos para a compreensão crescente das mulheres no tráfico de drogas e a sua criminalização. Acredita-se que a autora, ao tecer essas considerações, não considerou o universo complexo das relações de gênero/etnia, deixando-o em aberto, e sem problematização, já que estas complexas relações, mesmo sem assumi-las elas saltam nas entrelinhas da sua pesquisa.

Ao recortar e analisar esses artigos publicados na Revista de Estudos Feministas, surgiu a necessidade de realizar um novo mapeamento de maior amplitude. Nesse sentido, o curso de extensão *online* sobre *Políticas Públicas no Sistema Prisional*, da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, possibilitou o acesso ao Repositório do Observatório Nacional do Sistema Prisional²⁷ (ONASP). Esse repositório, na verdade, trata-se de um levantamento nas “Bases de dados” de Teses e Dissertações (1987–2012)²⁸, artigos científicos (2004 a 2014), filmes e documentários,

²⁷ Anexo 02

²⁸ ONASP, Observatório Nacional do Sistema Prisional. Brasília: Mapeamento de teses e dissertações sobre o sistema prisional (1987-2012). Governo Federal, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Educação – FAE, 2016

versando sobre o sistema prisional brasileiro. Então, ao pesquisar em tal ambiente os descritores do trabalho de pesquisa: Mulheres, Etnicidade, etnia, prisão, Conjunto Penal e privação de liberdade, surpreendentemente, não encontrou-se nenhuma produção acadêmica voltada para a temática de pesquisa: como atuam os relacionamentos amorosos e sexuais nas negações ou afirmações das identidades étnicas dentro de um conjunto penal misto. Outrossim, registrou-se uma produção (dissertação) de 1999, com o título: *Punição e Etnicidade: Estudo de uma "Colônia Penal Indígena"*²⁹, na qual percebeu-se algumas características deste trabalho quando cita, em seu título, as categorias: etnicidade e indígena. Como se trata de uma dissertação publicada em 1999, à qual não se teve acesso, na íntegra, não se pode afirmar quais são, nestas categorias, as discrepâncias ou semelhanças com o trabalho em questão, restando apenas analisá-lo pelo título, o que parece é apenas pesquisa voltada para aprisionamento de etnias indígenas.

1.3 ENTRANDO NA PESQUISA: MEIOS E MÉTODOS EMPREGADOS NA CAMINHADA

A questão de pesquisa desta dissertação foi determinante para tecer os meios e os métodos empregados. *Pesquisar como as relações afetivas e sexuais atuam na (re)construção, negações ou afirmação das identidades de mulheres em situação de privação de liberdade no conjunto penal de Jequié*, foi um desafio vencido, pois não se desviou dos objetivos propostos, tais como: analisar como as relações afetivas/sexuais atuam nas reconstruções e/ou afirmações das identidades destas mulheres; identificar como elas se veem e perceber como elas lidam com o “outro(a)” e com o sistema penal.

Para responder a esses objetivos, tomou-se a pesquisa social e de cunho qualitativo, considerando a concepção de Maria Cecília Minayo (2007) sobre o “estudo das representações, assim como da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os homens fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam” (Maria Cecília de Souza, MINAYO, 2007, p. 36). Dessa forma, acredita-se a pesquisa social surgiu ancoragem, pois “apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação” (BAUER; GASKELL, 2003, p. 20). De acordo com DEMO (2012):

Todo fenômeno qualitativo é dotado também e naturalmente de faces quantitativas e vice-versa. Parto do ponto de vista de que entre quantidade e qualidade não existe


²⁹ QUEIROZ, Carlos Caixeta de. *Punição e etnicidade: estudo de uma “Colônia Penal Indígena”*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado).

dicotomia, pois são faces diferenciadas do mesmo fenômeno. Métodos quantitativos e qualitativos precisam ser tomados como complementares e como regra. Dependendo do objeto e dos propósitos da pesquisa pode-se preferir um procedimento mais qualitativo, mas seria equivocado não perceber que —dados qualitativos também são, de alguma forma, —dados, ou seja, possuem referências como tamanho, frequência, escala, extensão. (...) Assim, toda a pesquisa qualitativa só tem a ganhar se cuidar também de suas ilações quantitativas, ou melhor dizendo, se souber aliar-se favoravelmente a métodos quantitativos (DEMO, 2012, p. 8)

Em virtude disso, a pesquisa qualitativa é solidificada em sujeitos que dão sentido às análises, ajudando na construção de registro dessas experiências coletadas durante a pesquisa. Nesse contexto, a vida dessas colaboradoras aqui é vista como uma atividade interativa realizada pelo contato com grupos como diversos – matrizes importantes na construção das identidades.

Ainda nos procedimentos metodológicos, a técnica da história oral abriu espaço para as entrevistas, as quais tiveram como objetivo investigador, captar a história oral, registrando, fidedignamente, a fala dos sujeitos desta pesquisa, – as seis mulheres colaboradoras, que mantêm ou não relacionamentos afetivos e sexuais no Conjunto Penal de Jequié. Essas colaboradoras são reconhecidas nos textos com nomes de pássaros. Tais nomes foram selecionados por entendê-las como pássaros com asas, porém engaiolados, muitas vezes, pelo simples fato de serem “diferentes”. A seleção dos pássaros foi proposta pelo fotógrafo ambiental Sidney Vitorino³⁰. Todos os pássaros, apresentados no quadro 1, foram fotografados na região de Jequié/BA. Conforme apresentação a seguir, todos são femininos. Sendo que, a descrição proposta no *quadro 1*, foi elaborada segundo a autoidentificação e segue a ordem das entrevistas.

QUADRO 1 – Como as colaboradoras serão apresentadas:

	<p style="text-align: center;">A FREIRINHA</p> <p><i>A primeira das colaboradoras entrevistada identificou-se como Negra e sua etnia de origem africana.</i></p>
---	---

³⁰ Fotos e entrevista com o fotógrafo cedidas em 2016 durante uma exposição na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com finalidade de preservar as identidades das colaboradoras.

	<p style="text-align: center;">A RENDEIRA</p> <p><i>A segunda das colaboradoras entrevistada identificou-se como morena de etnia brasileira.</i></p>
	<p style="text-align: center;">A JANDAIA-DE-TESTA-VERMELHA</p> <p><i>A terceira colaboradora entrevistada identificou-se como parda e sua etnia brasileira.</i></p>
	<p style="text-align: center;">A CORUJA-BURAQUEIRA</p> <p><i>A quarta colaboradora entrevistada identificou-se como indígena e sua etnia desconhecida.</i></p>
	<p style="text-align: center;">A SAÍRA-MILITAR</p> <p><i>A quinta colaboradora entrevistada identificou-se como branca e sua etnia portuguesa.</i></p>



Assim como os cantos dos pássaros são as falas das colaboradoras. Estas foram gravadas com um gravador portátil e transcritas sob forma de vivências narradas, que posteriormente foram devolvidas as colaboradoras para que tivessem a possibilidade de ouvir as suas próprias narrativas, para então, dar origem ao texto que compõe o *corpus* da pesquisa ora apresentada.

Sendo assim, foram aplicados procedimentos exploratórios da história oral, baseando-se na perspectiva de Verena Alberti (2004) que a concebe como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc (Verena ALBERTI, 2004, p.52).

Considerando os riscos os quais as narrativas orais pudessem suscitar, testemunhos outros, inclusive criminais, optou-se pela história oral temática, com base nos autores José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda (2013). Segundo os autores, “a história oral temática é usada tanto como metodologia quanto técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimento de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias” (MEIHY, 2013, p. 34). Além disso, a História Oral Temática propõe uma discussão em torno de um assunto central definido.

Em decorrência disso, a História Oral Temática foi empregada como método, como fonte primária de obtenção de conhecimento, pois entende-se que:

A fonte oral é a base primária para a obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja ele científico ou não, o que vai dar legitimidade científica serão os critérios adotados na busca desse conhecimento. As narrativas ganharam caráter científico quando os argumentos foram sistematizados, arranjados metodologicamente, equiparados uns aos outros em diálogo continuado e cumulativo e assumidos profissionalmente (MEIHY, 2013, p. 34).

Outra questão muito importante é que a história oral temática também possibilitou a utilização da entrevista como estratégia de coleta de dados que, segundo Maria Cecília de Souza Minayo:

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2010, p. 261).

Partindo da ideia que as entrevistas podem até mesmo ser consideradas conversas com finalidades, caracterizando-se por sua forma de organização, a escolha da entrevista face a face justifica-se. Além disso, de acordo com Martins e Maria Aparecida Viggiani Bicudo (1994, p.53), a entrevista é “um encontro social, possuidor de características peculiares, que são: a empatia, a intuição e a imaginação”.

De fato, precisava-se deste “encontro social” com empatia, com intuição e com imaginação, precisava-se adquirir a confiança das colaboradoras, na qualidade de pesquisadora, uma vez que elas já conheciam a pesquisadora como professora. Ambas as partes, agora, precisavam construir uma outra imagem. Segundo Elisa Larkin Nascimento (2003), ao inserir-se no processo de construção do conhecimento, a pesquisadora não apenas caminha no sentido de se constituir como indivíduo na sua relação com o existir, como também contribui para o processo de configuração do meio onde está inserida.

Consciente da impossibilidade de restringir-me ao papel de observadora neutra e isenta, considero que a utilização de um grupo humano ou de um indivíduo como objeto passivo de um olhar lançado de longe – preservando a proverbial “distância” científica envolve um equívoco do ponto de vista ético. A “distância”, além de inviável (pois qualquer relacionamento humano implica a presença da subjetividade) ergue o cientista à posição de dono do saber e reduz o sujeito estudado à condição de objeto analisável, fonte de dados a serem medidos ou quantificados (Elisa Larkin, NASCIMENTO, 2003, p. 27).

Neste sentido, precisou-se submeter, antes das entrevistas, ao conselho de ética da universidade o projeto de pesquisa, que, logo após aprovação e emissão do parecer³¹, partiu-se, inicialmente para o processo de exclusão e inclusão das colaboradoras a serem entrevistadas. Utilizou-se a ficha cadastral dos presos³² elaborada pelo sistema prisional baiano e aplicada pelas assistentes sociais entre os internos. A partir de tais respostas, foram selecionadas as mulheres entrevistadas.

³¹ Anexo 3

³² Anexo 2

No universo de mais de 76 internas, foram adotados dois critérios de inclusão na pesquisa: O primeiro: a livre aceitação em participar e o segundo: ser aluna³³. Já quanto ao critério de exclusão, acionou-se o critério quanto ao limite de duas colaboradoras por etnia, após o círculo de entrevistas e de autodefinição.

Como essas mulheres estão inseridas em um espaço de privação de liberdade, carregado de conflitos diversos, de dúvidas e desconfianças, ao formular a questão de pesquisa, considerou-se as relações de afeto e sexuais como norteadoras da pesquisa. Assim sendo, para responder a questão de pesquisa, optou-se pelo caminho subjetivo, quanto à formulação das duas perguntas norteadoras: *Como você se identifica quanto (cor/raça, etnia e sexo) e Como é sua vida afetiva e sexual depois do encarceramento?* Essa pergunta baseou-se também na seguinte justificativa: as colaboradoras são as “únicas”, em um conjunto penal, que têm a permissão para transitar livremente nos módulos de convivências em virtude do preceito legal³⁴ do convívio familiar, ou melhor, todas aquelas que declaram ter “companheiro” ou “namorado” e desejam visitá-los têm este direito, mesmo que eles também estejam em cumprimento de pena.

Neste sentido as colaboradoras também são livres para *autoatribuir-se, autoidentificar-se*, já que partimos da ideia que definir a identidade de um indivíduo é arriscada e problemática, como vislumbra Zygmunt Bauman:

(...) a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não tem o direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (BAUMAN, 2005, p. 44).

Apoiando-se assim no princípio da autodefinição, pautou-se o exercício analítico das entrevistas à técnica da interpretação via a Análise do discurso – AD, baseado nas teorias de Michel Pêcheux, o qual afirma que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. [...], não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 160).

³³ Da Educação de Jovens e Adultos, matriculada no Anexo Colégio Estadual César Borges

³⁴ Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

E ainda segundo o autor, “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 82). Comungando com Pêcheux, no Brasil, Eni Puccinelli Orlandi revela que os sentidos não estão soltos, não se faz qualquer interpretação, ao contrário, eles “estão sempre ‘administrados’”, conforme as regularidades que os compõem.

Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de ‘atribuir’ sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos (Eni Puccinelli ORLANDI, 2009, p. 10).

Ainda com base nesse pensamento “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (Eni Puccinelli ORLANDI, 2009, p. 47), sempre no movimento.

Frente a isso, na análise do discurso, observa-se o sujeito falando, ou seja, verbo no gerúndio que denota ação, movimento, portanto não se trata da gramática mas de um movimento dos sentidos, com um variações diversas e intersecções cujos esses sujeitos falantes estão imersos. Tal contexto denota que:

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (Eni Puccinelli ORLANDI, 2009, p.16).

Conforme postula Eni Puccinelli Orlandi (2009), ao falar de si, o sujeito assume vários papéis no discurso e, por isso, ele é estranho a ele mesmo. Pode-se dizer que falar/dizer é ser-se estranho, é dividir-se, uma vez que os processos discursivos não têm origem no sujeito, embora se realizem, necessariamente, nesse sujeito. Em virtude disso, realizou-se a entrevista em duas etapas. A primeira entrevista ³⁵, semiestruturada, continha duas questões temáticas/orientadoras. Após a transcrição destas entrevistas (roteiro 1), estas foram devolvidas para as colaboradoras em envelopes lacrados para que no silêncio da cela pudessem lê-las e, ao falar de si, tivessem como ouvir seus próprios discursos/falas. Ao iniciar a segunda entrevista³⁶, o exercício de leitura das falas possibilitou, para algumas colaboradoras, um recorte, ou seja, solicitou-se que retirassem expressões “mal ditas” de suas falas anteriores, já para as demais a

³⁵ Apêndice 1- Roteiro de entrevista 1 – fase 1

³⁶ Apêndice 2- Roteiro de entrevista 2 – fase2

possibilidade da segunda entrevista (roteiro 2) foi no sentido completar /acrescentar os “não ditos” à entrevista anterior (roteiro 1). Essa estratégia possibilitou à pesquisadora uma reflexão não apenas sobre a formação discursiva dos sujeitos, mas sobre o processo de reconstrução e construção de consciência. A entrevista, além de outros fatores, é instrumento penetrante, como afirma Monique Augras (1997):

A entrevista não ocorre fora, mas dentro dessa situação. Toma lugar entre os processos de negociação e renegociação da própria imagem. Oferece uma oportunidade para dar forma à memória pessoal. O entrevistado acreditava que pensava determinada coisa e, de repente, vai se descobrir dizendo algo novo, e isso obviamente vai modificar a maneira como ele se vê e até mesmo o seu comportamento (Monique AUGRAS, 1997, p. 30).

A escolha da técnica interpretativa da *análise do discurso* justifica-se nessa pesquisa pelo fato de que AD não consiste em uma leitura horizontal das entrevistas/falas das colaboradoras, mas pauta-se na ideia de que a identidade do sujeito se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva. Para Eni Orlandi (2009), esta formação discursiva nos permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e dá ao analista/pesquisador a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso, uma vez que as palavras não têm sentido nelas mesmas, e sim nesta formação discursiva que lhes dá sentidos. Importante ressaltar que esta formação discursiva não são blocos homogêneos nem funcionam automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, configuram-se e reconfiguram-se em suas relações, pois há dizeres presentes e outros articulados na memória e é neste viés que acrescenta-se a memória neste trabalho de pesquisa.

Com bases nas concepções de Michael Pollak (1989), a memória é constituída por vários elementos e são estes elementos, tais como: acontecimentos, pessoas, personagens e lugares os quais acredita-se contribuir para a sua formação. A exemplo: os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente ou vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, já as pessoas ou os personagens podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para o “forjar” da memória.

Como visto, os vários elementos apresentados tornam-se realidade, os quais passam a fazer parte da própria essência das pessoas, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores ou em função do movimento da fala. Pode-se dizer, então, que as colaboradoras entrevistadas são, ao mesmo tempo, *produtos e produtoras* de toda uma rede em torno delas. Toda essa rede de relações e representações da realidade esteve presente e atuou na dinâmica das entrevistas. Além disso, cada um vive, constantemente,

negociando a autoimagem com os outros e em função dos outros, em função daquilo que estão esperando, que estão pressionando.

Portanto, todos estes procedimentos metodológicos, os quais, denominamos de caminhos trilhados, possibilitaram meios e instrumentos para que se adentrasse na pesquisa munidos de técnicas e métodos em busca da construção de respostas/conhecimentos.

CAPÍTULO II

EU SOU FEITA DE PALAVRAS, DAS PALAVRAS DOS OUTROS

CAPÍTULO II

EU SOU FEITA DE PALAVRAS, DAS PALAVRAS DOS OUTROS

2.1 MULHERES PELAS FEMINISTAS

*“As teorias feministas dão visibilidade a um sujeito que fala de margens.”
(Adriana Maria de Abreu BARBOSA, 2011, p.22)*

Escrever sobre mulheres pelas feministas é concebê-las em uma perspectiva de resistência e de luta contra os mais diversos sistemas de opressão. Costuma-se dizer que uma mulher sacudiu o mundo colocando-o de cabeça para baixo com uma simples mordida no fruto proibido³⁷. Pelas feministas pode-se explorar a capacidade de inscrever-se publicamente questionando não apenas a mordida, mas revelando as motivações, caso ela tenha mordido.

Ao olhar para a história, notar-se que a mulher teve inúmeras tentativas de silenciamento e seus corpos encarcerados à esfera doméstica, independentemente do contexto cultural ou econômico em que estivesse inserida. A mulher esteve excluída da instrução formal, da propriedade privada, da política, dos palanques, do direito, e de tudo o que não fosse relacionado à reprodução natural.

A subordinação feminina remonta ao mais longínquo olhar histórico: a humanidade é masculina. Os homens foram sempre apresentados como os grandes protagonistas da historiografia positivista e das grandes descobertas ocidentais. Detiveram verdadeiro monopólio dos discursos, da ciência e da produção de conhecimento, enquanto atores do espaço público. Dos gineceus aos conventos, dos quilombos aos haréns, das fogueiras aos manicômios, sentiu a violência da repressão, da custódia e de sua formatação a um ideal do feminino. A cultura misógina é repetidamente reforçada por argumentos retirados da religião à filosofia, da psicanálise à biologia (Simone BEAUVOIR, 2009, p. 25).

A autora aponta que os argumentos oriundos de uma cultura misógina³⁸ são os verdadeiros mecanismos de repressão e abuso contra as mulheres. Reiterados e alimentados discursos patriarcalistas e sexistas, que por séculos, tentam justificar a diferença entre os sexos pautando-se na inferioridade biológica e intelectual feminina, a modernidade³⁹ é o período o

³⁷ Fruto proibido faz referência ao mito concebida pelo judaísmo que coloca a figura da mulher “Eva” em um lugar de condutora do pecado no mundo.

³⁸ Misógina é o adjetivo de misoginia que é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas.

³⁹ A modernidade é compreendida pelo período que se estende entre meados do século XV e o momento no qual nos encontramos. Diferentemente das classificações histórico-antropológicas, que dividem a existência humana na face da terra em períodos (Pré-história, Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea).

qual a mulher "tira o véu" começa a revelar-se para o mundo público, anunciando-se enquanto ser e iniciando uma jornada rumo à quebra do silêncio e com voz forte começa a questionar todos estes discursos.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que nasce o feminismo na Europa Ocidental, a partir do século XVIII, com a "*Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã*"⁴⁰ da francesa Olympe de Gouges, que de fato nasce o desejo de libertação das mulheres. Nele ela argumenta que todos os direitos conferidos aos homens também pertenciam às mulheres e que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo. Olympe de Gouges (1791) afirma ainda na declaração que:

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum. O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles (Olympe GOUGES, 1791).

Pela coragem em declarar a igualdade e anunciar-se enquanto ser, Olympe foi severamente condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher "desnaturada", ou seja, como aquela que queria ser um homem de Estado e de ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo. No dia 03 de novembro de 1793 levaram-na do cárcere a guilhotina. Com o solo banhado em sangue, já não era possível caminhar sem percebê-lo, então, algumas não ignoram tais manchas em seus sapatos e em suas consciências.

No século XIX, a consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política que tiveram repercussões na vida das mulheres. No entanto, elas continuaram excluídas dos direitos civis e políticos. A organização feminina por estes direitos teve como um dos primeiros atos a popularização do direito ao voto. Denominadas sufragetes, promoveram grandes manifestações em Londres, que sinalizaram muito mais que a simples luta pelo direito ao voto, muitas outras questões estavam em jogo. A feminista Emily Davison foi um dos símbolos de resistência e luta neste contexto londrino, cumprindo pena por dois meses pelo ato de entrar na sala do ministro das finanças e discursar sobre igualdades. Silenciada pelo cárcere ela arremessa pedras aos muros da opressão, assinadas com a seguinte frase "Rebelião contra os tiranos é obediência a Deus", porém, os

⁴⁰ Este documento foi proposto à Assembleia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Marie Gouze (1748-1793), a autora, era filha de um açougueiro do Sul da França, e adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar seus panfletos e petições em uma grande variedade de frentes de luta, incluindo a escravidão, em que lutou para sua extirpação.

muros da opressão tornam-se mais surdos às pedras de Emily, então em 1913 ela concluiu sua jornada de resistência e luta na famosa corrida de cavalo em Derby, atirando-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. Pode-se dizer que a voz de Emily Davison é uma voz feminista que ecoa dizendo: “eu fiz isso deliberadamente, e com todas as minhas forças, porque eu senti que nada como o sacrifício da vida humana para poder trazer a conscientização da tortura contra as nossas mulheres”. Neste sentido o feminismo nasce para além de um movimento social, nasce em um corpo filosófico. A base desta filosofia não só visava garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à do homem como também conquistar a igualdade em todos os direitos e não ser iguais para ter os mesmos direitos. Se no primeiro momento a igualdade era o mote das feministas, a segunda onda propôs novos valores. No Brasil, Rosiska apresenta o feminismo da diferença:

O movimento de mulheres foi – é – para mim, para minha geração, essa corda em que subimos para provar que, ao alcance da mão, se oferece a nós um mundo mais terno mais suave. Se assim não for, o fato de termos podido imaginá-lo já nos terá aproximado, talvez, de um objetivo mais modesto, mas quão precioso o de inaugurar relações humanas em que aceitação da diferença em desigualdade reconcilie homens e mulheres e ponha fim ao desencontro das mulheres consigo mesmas (Rosiska OLIVEIRA, 1993, p. 18).

As mulheres não desejam ser iguais aos homens, mesmo porque ninguém pode ser, ao “mesmo tempo, si mesmo e o outro” (Rosiska OLIVEIRA, 1993 p. 13). Para autora pensar a partir da diferença consiste, de fato, gerar uma nova cultura, pois ao longo de séculos, o ser humano foi educado, submergido numa matriz metafísica, pensando a partir da igualdade, sendo esta entendida quase que exclusivamente num horizonte abstrato, formal e genérico.

Margareth Rago (2013) nos diz que deste seu surgimento até os dias atuais, é possível constatar que o “feminismo introduziu outras maneiras de organizar o espaço, outras “artes de fazer” e outros “modos de pensar”, desde a produção científica e a formulação das políticas públicas até as relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais” (Margareth RAGO, 2013, p. 24).

É importante lembrar que, as feministas “criticaram e desconstruíram os modos tradições de produção da subjetividade e propuseram outros. Contribuíram e contribuem decisivamente para a construção de um pensamento crítico” (Margareth RAGO, 2013, p.35). Das críticas feministas emergiram a categoria de análise do gênero, conceito que surgiu para contestar um suposto “alicerce biologicamente determinado” que serviu e tem servido para construir socialmente a relação hierárquica entre mulheres e homens e que reserva às mulheres a condição de “ser reprodutivo” e a posição de “ser inferior ao homem” (Joan SCOTT, 1992 p. 45).

Nesta perspectiva a categoria gênero foi aquela que permitiu avanços nas críticas aos dispositivos da “norma” heterossexual, até então inquestionável, assim o gênero emerge como um instrumento primordial de significar relações de poder, ou seja, faz sair da escuridão os discursos políticos do masculino e feminino revelando as relações desiguais e naturalizadas.

Para Joan SCOTT (1992), a construção de uma nova história - consequência da adoção da categoria *gênero* – envolve a compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, ao menos, três eixos: *gênero, raça e classe*. Assim, somente é possível a formação de um novo paradigma científico, a partir da inclusão da narrativa das oprimidas, em uma visão política global e multifacetada das estruturas de poder. Para Heleieth Saffioti (1976):

A ‘mulher universal’ tanto quanto o ‘homem universal’ são criações mentais inexistentes no terreno factual. Existem, isto sim, seres humanos condicionados pela situação histórico-social em que vivem, neste contexto, e só neste, devem ser observados e explicados (Heleieth SAFFIOTI, 1976, p. 63).

Considerando o grande guarda-chuva que envolve a categoria “mulheres”, a mulher não pode simplesmente ser interpretada de maneira atemporal e desconexa em relação ao contexto social e cultural.

Justamente as primeiras gerações de feministas foram tachadas de “*mainstream*”, por seu caráter branco, elitista e eurocêntrico tratando a dominação patriarcal a partir de um modelo feminino universal, já que a história evidencia-se que nem todas as mulheres estavam preocupadas ou queriam trilhar os mesmos caminhos no que se refere à luta contra o sexismo e a dominação patriarcal. Por exemplo, em um dos seus textos bell hooks⁴¹ nos diz:

Muitas mulheres negras recusaram participar no movimento porque elas não tinham desejo de lutar contra o sexismo. A sua postura não era não usual. A grande maioria das mulheres nos Estados Unidos não queria participar no movimento de mulheres pela mesma razão (bell HOOKS, 2014. p. 132).

O sexismo existiu e existe e é forte para todas as mulheres, porém, segundo bell hooks não era e não é a preocupação central das mulheres negras, pela simples razão que o racismo, a herança maldita da escravidão e sexualização de seus corpos eram mais preocupantes para as mulheres negras que qualquer outra coisa, por isto o caminho inverso. Bell hooks afirma:

A desvalorização sistemática da natureza feminina negra conduziu à degradação de toda a atividade realizada pelas mulheres negras. Muitas mulheres negras tentaram elevar o foco da atenção para longe da sexualidade enfatizando o seu compromisso com a maternidade. Como participantes do “culto da verdadeira natureza feminina”, que alcançou o seu pico na América no início do século XX, elas empenharam-se em

⁴¹ O nome é assim mesmo, grafado em letras minúsculas, trata-se de um pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó.

provar o seu valor e mérito demonstrando que eram mulheres cujas vidas firmemente estavam enraizadas na família (bell HOOKS, 2014, p.51).

Enquanto neste momento da história as mulheres “brancas” queriam o reconhecimento igualitário, entre homens e mulheres, já as mulheres negras desejavam apenas o reconhecimento enquanto ser humano, pois, elas amargamente ressentiram-se por não serem consideradas seres humanos e muito menos “mulheres”. Segundo bell hooks (2014) de fato, as organizações reformistas de mulheres negras eram solidamente enraizadas no movimento de mulheres. Foi uma reação ao racismo das mulheres brancas e ao fato de que os Estados Unidos permaneciam uma sociedade com uma estrutura de apartheid social, que forçou as mulheres negras a se focarem nelas mesmas em vez de todas as mulheres (bell HOOKS, 2014, p. 117). Nesta linha, as mulheres negras organizaram-se dando início ao seu próprio movimento, o famoso discurso a seguir de Sojourner Truth⁴² proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention em Akron*, Ohio, Estados Unidos, em 1851, revela a força da mulher e o que elas são capazes de fazer:

[...]Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? (Sojourner TRUTH Apud bell HOOKS, 2014, p. 110).

É triste que, em pleno século XXI muitas mulheres precisem e ainda continuem reproduzindo em alta voz, o mesmo discurso de Sojourner Truth e desta vez não são apenas as mulheres negras que discursam neste tom, mas todas as mulheres que têm seus direitos silenciados ou negados por uma sociedade machista, opressora e racista. Os fatos revelam que muitas mulheres continuam sendo subjugadas e desrespeitadas, e o pior de tudo é que muitas mulheres ainda nem sequer notam ou associam essas ofensas aos discursos patriarcalistas, classistas e sexistas, chegando também a reproduzi-los.

Segundo Sueli Gomes Costa (2003) as estruturas de dominação também existem entre mulheres, como por exemplo, “as que se dão na esfera doméstica entre patroas e empregadas domésticas” (Sueli Gomes COSTA, 2003, p.57). Logo, a autora adverte que qualquer tentativa de se representar as mulheres como categoria coletiva será nociva a qualquer movimento em

⁴² Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi libertada em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos.

especial ao feminista, porque mascarará diferenças em suas constituições. Como afirma Elizabeth Grosz:

O feminismo (...) é a luta para tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado. É a luta para se produzir um futuro, no qual as forças se alinham de maneira fundamentalmente diferentes do passado e do presente. Essa luta não é uma luta de sujeitos para serem reconhecidos e valorizados, para serem ou serem vistos, para serem o que eles são, mas uma luta para mobilizar e transformar a posição das mulheres, o alinhamento das forças que constituem aquela identidade e posição, aquela estratificação que se estabiliza como um lugar e uma identidade (Elizabeth GROSZ apud RAGO, 2004, p. 38).

Segundo Simone Beauvoir “O que falta essencialmente à mulher de hoje, para fazer grandes coisas, é o esquecimento de si: para se esquecer, é preciso primeiramente que o indivíduo esteja solidamente certo, desde logo, de que se encontrou. Recém-chegada ao mundo dos homens, e mal sustentada por eles, à mulher está ainda ocupada com se achar” (Simone BEAUVOIR, 2009 p. 79). E o que parece é que esta mulher está perdida entre muitas outras que coexistem e é a busca da sua subjetividade, o caminho mais difícil e doloroso que uma mulher poderia trilhar nos dias atuais.

As autoras Margareth Rago (2013) e Simone Beauvoir (2009) em seus trabalhos apontam dois caminhos para a emancipação feminina: um caminho seria a ruptura do silenciamento e o segundo seria a independência financeira, psíquica e emocional da mulher.

Para que se concretize o rompimento do silenciamento, Margareth Rago (2013) diz que é necessário a mulher “inscrever-se”, sair do anonimato. De fato o discurso que a história é feita de vencedores e não de vencidos fez com que “escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida um privilégio reservado aos membros das classes dominantes” (Margareth RAGO, 2013, p.32).

As mulheres por sua vez, foram relegadas por décadas a escrita da história. Portanto, em um de seus trabalhos Guacira Lopes Louro (2003) enfatiza dizendo que “a ausência e o silêncio feminino nos registros históricos só podiam ser uma história mal contada” (Guacira Lopes LOURO, 2003, p.78). Levantando assim uma afirmativa, quem melhor para contar a história que as próprias mulheres que as vivenciam.

A autora Simone Beauvoir (2009) sem delongas em seus escritos, propaga o caminho da independência financeira, psíquica e emocional da mulher. Segundo a autora é “pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta” (Simone BEAUVOIR, 2009, p.47)”.

Baseado nesse pensamento, pode-se afirmar que o determinante no papel da mulher como mulher, não é seu do seu corpo ou características biológicas, mas suas atribuições e atividades dentro das relações em sociedade, e o trabalho, de uma certa forma, que assegura a mulher, não

apenas a independência econômica, mas enquanto ser. Paralelamente a esse pensamento, Simone Beauvoir (2009) considera insustentável a obrigação de escolha imposta pelos homens as mulheres em especial durante o processo de industrialização obrigando-as a escolher entre o trabalho doméstico e o assalariado.

Em 1947 ao escrever o livro “O segundo sexo”, Simone Beauvoir já conclamava uma luta de classes e a destruição da categoria do “sexo” alertando que a mulher é sempre tratada como o “outro”, como secundário, daí o título “O segundo sexo”. Para autora a mulher deve levantar-se contra todo tipo de opressão, assumindo assim uma posição política em defesa da categoria. Para Rosiska Darcy de Oliveira (1993):

a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor da cultura, portanto, cabe às mulheres continuar dizendo da riqueza do universo feminino e demonstrando que ser outro não é ser menor ou de segunda classe, mas é ser capaz de enfrentar os estigmas da cultura existentes, com uma mentalidade outra, com um discurso outro que contemple a ambiguidade do mundo e o paradoxo da existência (Rosiska OLIVEIRA, 1993, p.35).

Portanto, sejam mulheres negras ou brancas, livres ou não, feias ou belas, do lar ou da rua, homens ou mulheres, mas que todos ouçam o convite de Chimamanda Ngozi Adichie (2015) e “Sejamos todos feministas”, entendendo que ser feminista como nos declara bell hooks “é querer que todas as pessoas, femininas ou masculinas, se libertem dos padrões dos papéis sexistas, da dominação e da opressão” (bell HOOKS, 2014, p.4).

2.2 MULHERES E OS AMORES EM SUAS VÁRIAS FACES

*Mas como causar pode seu favor
nos corações humanos amizade, se tão contrário a si é o mesmo Amor?
Luís Vaz de Camões⁴³*

Cantado, falado, sentido, escrito e pensando, por imortais ou simples mortais, as concepções sobre *o amor* são de grande importância para a organização das várias culturas e sociedades porque implicitamente definem o que é apropriado e desejável nas relações entre os sujeitos. Especialmente nas sociedades ocidentais o amor tem sido entendido como a base das

⁴³ SALGADO Júnior, A., Luís de Camões. Obra Completa, Rio de Janeiro, 1963

interações sociais, sendo para alguns estudiosos “a chave de todas as escolhas humanas” (Anália TORRES, 2001, p.3).

Dessa forma, nesta pesquisa, toma-se o amor como a chave para abrir as fechaduras das identidades, tendo como basilar as construções discursivas de Mulheres. Para tanto dar-se-á a definição de discurso como percurso e em três maneiras:

1- Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2- Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3- Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (Eni Puccinelli ORLANDI, 2008, p. 09).

Observa-se que a autora descreve o percurso discursivo classificando-o em constituição, formulação e circulação. Deve-se salientar que a memória é classificada no tópico primeiro, seguindo das condições de produção e das circunstâncias de enunciação.

Nesta perspectiva, a formação discursiva é, enfim, o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito. “É nela que todo sujeito se reconhece [...] e, ao se identificar, o sujeito adquire identidade” (Eni ORLANDI, 2008, p.67). Ao assumir tal posição, faz-se necessário um aprofundamento maior sobre a temática, sem desconsiderar nenhum elemento discursivo.

Os estudos sobre a temática envolvendo, o amor são recentes nas ciências humanas. Para Ana Sofia Antunes das NEVES (2007), as ciências sociais e humanas demoram para desenvolver teorias sobre o amor, e em fazer sua defesa no papel central que o mesmo desempenha nas relações de intimidade da grande maioria das pessoas, bem como a influência que tem nos processos diversos tais como: namoro, casamento e divórcio. Esse recente rompimento só foi possível segundo a autora pelo fato:

[...] de se ter começado a rejeitar a ideia da separação entre sujeito e objeto do conhecimento e da dicotomia entre estruturas e práticas, uma nova visão do conceito de amor emergiu. Assim sendo, novas áreas no âmbito dos estudos sobre o amor parecem estar a afirmar-se, nomeadamente com o aparecimento de linhas de pesquisa que procuram avaliar qual a influência que variáveis como o gênero, a classe social, a etnia ou a orientação sexual (só para citar alguns exemplos) tem na emergência de diferentes tipologias de amor (Anália TORRES 2001, p.3)

Convém salientar que não é possível separar os estudos sobre o amor dos atravessamentos de gênero, raça, classe social, história, orientação sexual e a etnia. Como por exemplo: cada grupo étnico em suas redes de representações e significados concebe o tema de forma distinta, em especial quando relacionadas ao gênero.

No pensamento de Anthony Giddens (2001) o amor é como “[...] uma conspiração engendrada pelos homens contra as mulheres para lhes encher a cabeça com sonhos tontos e impossíveis”. Referenciando a uma cultura que no decorrer da história insiste e insistiu em

“domesticar” as mulheres, suplantando o seu papel nas relações humanas, e até mesmo estimulando-as em uma busca de um amor cheios de ilusão, como a finalidade de educa-las obrigando-as a serem meigas, submissas, servis, carentes e devotas.

Diante de tal concepção Simone de Beauvoir (1976) afirma que “o amor foi apontado à mulher como uma suprema vocação e, quando se dedica a um homem vê nele um deus” (Simone de BEAUVOIR, 1976, p. 498). Pode-se dizer que mantidas de forma alienada por seus “deuses”, seu destino seria servir de mão de obra doméstica e como aparato de suas descargas sexuais. Por mais intensa que seja essa concepção, mais real ela foi e é, até os dias atuais.

Devido a tais afirmativas e contextualização, acredita-se que o matrimônio serviu ou serve como um negócio, cujo as mulheres precisam realizar e caso não realizem seriam predeterminadas a terrível vida de incompletude e de não-comprometidas.

Refletindo sobre isto Mary Del Priore (2006) relata que no Brasil Colônia, duas concepções amorosas marcavam o amor de forma assimétrica ente os sexos, uma voltada para o santo amor conjugal e outra que podia ser vivenciada fora do casamento, com direito à realização física, sendo que a primeira concepção era reservada as mulheres e a segunda reservada aos homens, ambas reforçadas pela evangelização católica.

Neste sentido, historicamente “as mulheres são e foram encorajadas a ver o sexo em termos da sua romanticidade, estando os guiões⁴⁴ culturais impregnados com a ideia de que à sua sexualidade, deve ser passiva, ao invés de ativa” (Mary CRAWFORD E Rhoda UNGER, 2000).

Alessandra Chacham e Mônica Maia (2004) também afirmam que ainda perduram no imaginário social antigos preconceitos sobre a sexualidade tanto masculina quanto feminina, como a crença de que o comportamento sexual do homem não é naturalmente monogâmico, a ligação de prazer sexual com o estigma e a transgressão, ou a crença de que cabe ao homem a parte ativa no ato sexual.

O século XX sem dúvida foi o século que questionou muitas coisas inclusive o domínio sobre o próprio corpo. Porém, continuam os ecos de um pensamento determinista que ainda aprisiona as mulheres dentro de seus corpos com os mitos ainda presentes sobre sexualidade feminina.

Refletindo na premissa de que a “história das mulheres passa pela história de seus corpos” (Mary DEL PRIORE 2000, p. 13) constrói, no livro *Corpo a Corpo com a Mulher*, um quadro que ilustra não só a transformação do corpo feminino, mas também aborda os fatores que

⁴⁴ Estandartes que vai à frente de uma procissão ou de uma irmandade.

contribuíram para que a vida da mulher permanecesse em um fluxo de mudanças operadas ao longo da história do Brasil. Isso só acontece porque, como a própria estudiosa afirma, “o corpo feminino é um produto social, cultural e histórico que tem seus “movimentos” condicionados pela sociedade” (Mary DEL PRIORE, 2000, p. 9).

Em uma das histórias sobre mulheres, a escritora Lygia Fagundes Telles relata uma história de amor impregnada de estigmas/marcas sociais:

Também tive uma tia, Elzira, que morreu virgem e levou os versos no travesseirinho do caixão. Meu avô dizia que ela só escrevia besteira, que tinha a cabeça cheia de caraminholas. Um dia, se apaixonou por um médico, mas como ele era mulato, o casamento foi proibido. Para se matar, ela começou a colocar toalhas molhadas no peito até ficar tuberculosa. Morreu disso. Deixou escrito que queria ser enterrada com os versos. E assim foi feito. Ninguém nunca saberá como minha tia escrevia; seus poemas foram com ela no caixão (Lygia TELLES, 2000, p. 5).

Percebe-se nesta curta história que Elzira tem forças para deliberar a respeito da vida e da morte, mas não tem a mesma força para deliberar sobre seus sentimentos íntimos dando a eles vida pública. O suicídio aparece nessa história como resposta para o mal incurável do amor. Na opinião da autora Maria de Lourdes: “O suicídio vem a extinguir a dor para a qual não há cura, assim como a morte natural extingue um corpo que não tem mais forças” (Maria de Lourdes BORGES, 2004, p. 17). Logo, para Elzira as influências culturais, étnicas e até mesmo a suas concepções sobre o amor levaram-na ao suicídio.

No entanto, é preciso compreender que não trata-se de uma simples escolha em vivê-lo ou não. As relações pelas quais sexo, amor, etnia, raça e gênero são organizadas são complexas, pois, como já foi dito, cada mulher em cada grupo social/étnico e época vai desenvolver seus próprios meios de reprodução e significados.

Neste sentido, para contrapor ou corroborar este pensamento, narrar-se-á neste texto histórias de quatro *mulheres e os amores em suas várias faces*: Moema, Anita Garibaldi, Chica da Silva e Suzane Richthofen. Estas histórias no entanto, foram selecionadas com a pretensão de revelar mulheres diferentes, vivendo o amor e sexo em contextos diferentes e de formas diferentes. Sendo que, a seleção destas histórias surgiu simplesmente pelo fato delas serem conhecidas socialmente, apenas as reproduzo contextualizando a temática das relações amorosas/sexuais.

A primeira história é narrada pela pesquisadora Arilda Inês Miranda Ribeiro⁴⁵ em seu artigo sobre *mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas*. Mesmo parecendo um narrativa romancista, alguns fatos chamam atenção:

Foi assim que em 1509 Diogo Álvares Correia, o Caramuru tornou-se uma grande liderança entre os tupinambás, e como presente do cacique, podia se deitar com as mais belas mulheres. Dentre elas, escolheu Moema, concebendo os primeiros mestiços, que seriam mais tarde denominados de “Brasileiros”. O forasteiro passava muitas horas com Moema e também se afeiçoou a ela. Aprendeu-lhe a fala, o dialeto tupi, e confidenciou-lhe os segredos do seu mundo, um lugar chamado Portugal. (FRANCO 2001, p.23 apud Arilda Inês Miranda RIBEIRO, 2006, p.5).

Dessa forma, teve início a história de amor entre a indígena e o vienense. Em um contexto não desvinculado das questões de etnia, onde dois grupos entrecruzam-se em um determinado momento histórico.

Nesse fragmento a pesquisadora promove alguns questionamento, um deles referente as concepções de amor e sexo para duas etnias tão diferentes:

[...]Caramuru voltou à aldeia de Piatã e levou consigo Paraguaçu, consciente de haver encontrado a mulher dos seus sonhos nas terras dos brasilíndios. Quando chegou a aldeia, Moema, sua primeira grande companheira, viu a nativa bela e ficou muito triste. Percebeu que tinha perdido o seu amado. Diogo então, não deu a menor atenção a Moema e nem as suas amantes. Só tinha olhos para Paraguaçu. Diogo resolveu levar Paraguaçu para a Europa. No momento em que o navio partiu rumo ao oceano, Moema, sem dizer nada, lançou-se desesperada na água e nadou com fortes braçadas perseguindo a embarcação, gritando o nome de Caramuru, até que as velas sumissem no horizonte. O mesmo aconteceu com a tupinambá, que seguiu seu destino para o fundo do mar, morrendo por amor. (Arilda Inês Miranda RIBEIRO, 2006, p.6)

A narrativa da pesquisadora está repleta de discursos sobre o amor Interétnico e em especial sobre a imagem do homem herói-conquistador-dominador-colonizador-protetor que permeia o imaginário brasileiro sobre os relacionamentos em 1509, e por que não afirmar que ainda povoam o imaginário de muitas brasileiras na atualidade.

A história de amor de Moema segue também os discursos, das relações harmoniosas. O encontro conjugal/sexual de Moema e Diogo dá-se a partir de uma representação de união de povos/etnias, constituídas harmoniosamente, e neste contato Interétnico/amoroso as fronteiras linguísticas são superadas a cada relação sexual. Outro fato interessante foram as diferenças de gênero/etnia nas representações sobre a fidelidade/companheirismo/proteção e vida sexual. Com base neste pensamento Mary Del Priore (2010) narrou que:

⁴⁵ Mestre e Doutora (Unicamp) e Livre-Docente (Unesp) em História da Educação e Professora junto ao Programa de Pós-Graduação e Graduação da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Faz parte do Grupo de Pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores.

As mulheres andavam atrás de seus companheiros para que estes as protegessem no caso do ataque de um animal ou de um inimigo. Tinham grande liberdade sexual antes do casamento, podendo manter relações sexuais com rapazes da tribo ou de fora – incluindo os estrangeiros –, sem que isto lhes manchasse a honra. Já o adultério feminino causava grande horror. O homem podia espancar e até mesmo matar a adúltera ou, ainda, entregá-la aos rapazes da aldeia. A criança nascida de uma relação extraconjugal era enterrada viva (Mary DEL PRIORE, 2010, p.57).

Para Moema o sexo fazia parte de sua natureza, ela poderia manter relações sexuais com quem desejasse, não apenas ela mas todas as mulheres indígenas, porém, depois que ela foi dada pelo cacique a Diego, tornou-se propriedade dele. Por outro lado, ele continuava livre para ter outras mulheres e relaciona-se com quem desejar. Aqui o corpo feminino apresenta-se como uma propriedade masculina.

Nesta história de amor entre colonizador e colonizada, outras representações sobre os corpos femininos, são notadas. O corpo nu por exemplo, colocado muitas vezes como uma permissão aos abusos sexuais. Cera Lucia T Kauss; Adreana Peruzzo (2012) comentam a questão a partir de Cunha:

A nudez da mulher indígena causava admiração nos europeus, e eles as comparavam com as das mulheres que haviam deixado na Europa: consideravam que as índias eram muito mais bonitas do que as mulheres europeias. Em sua famosa carta, Caminha descreve a genitália feminina indígena dizendo que: “sua vergonha (é) tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”, como nos diz Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1993, p. 155 apud Vera Lucia T KAUSS; Adreana PERUZZO, 2012, p. 36).

Segundo a pesquisadora, esta nudez entre os índios não era uma forma de representar a sensualidade ou a sexualidade, foram as representações dos europeus sobre os corpos nus que enxergaram-nos como sensuais e sexuais. “Para os povos indígenas, andar nu fazia parte de seu cotidiano e suas convenções sociais ratificavam esse costume, ao contrário do que acontecia na Europa, recém saída da Idade Média, que condenava o corpo humano como pecaminoso, caminho para a lascívia, para a luxúria e para o inferno” (Vera Lucia T KAUSS; Adreana PERUZZO, 2012, p. 38).

Essas representações sobre os corpos nus, que os portugueses advindos da Europa carregavam consigo, para alguns historiadores, foram cruciais nas relações humanas no período da colonização, a Arilda I. Miranda RIBEIRO (2006) chega afirmar que:

O homem vindo só, sem freios da família e encontrando indígenas nuas, bonitas, bronzeadas e destituídas do falso pudor europeu quinhentista, iniciou, quase que de imediato, uma fecundação desenfreada. As indígenas foram “utilizadas” pelos portugueses tanto para a sua satisfação sexual como para a expansão do “cunhadismo”. Ou seja, quando o português engravidava uma indígena, ele tornava-se parente de outros indígenas da tribo. Com isso, tinha sempre muitos braços para

carregar o pau-brasil para suas naus, aumentando rapidamente seu enriquecimento (Arlida I. Miranda RIBEIRO, 2006, p. 04).

Esse parentesco constituído a partir do casamento interétnico, para os portugueses era uma simples transação comercial, pois desejavam os braços serviçais, porém para os indígenas, tinham simbolismo, eles desejam que os portugueses criassem o sentimento de pertencimento étnico. Neste sentido, a rejeição de Diego representou para Moema não apenas uma rejeição sentimental/amoroso, mas a ruptura étnica, decorrente o abandono do seu protetor.

Moema representa hoje inúmeras mulheres que passam por um processo de separação em decorrências do surgimentos de novos arranjos amorosos, mas o sentimento de “abandono” provocado por esta cultura que insiste em colocar a figura do homem como o eterno herói-conquistador-dominador-colonizador-protetor que muitas mulheres tendem a vivenciar o ato amar nestes parâmetros étnico de Moema, este sentimento que silencia e sucumbe, levando-as até mesmo para o suicídio ou para uma profunda depressão.

A rejeição amorosa pode representar muitas outras coisas. Na história Chica da Silva⁴⁶, não é sinalizado pelos historiadores como uma rejeição por substituição amorosa, ou seja, seu amado não a trocou por outra mulher. Alguns autores afirmam que ela foi “abandonada”, quando o rico contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira partiu para Portugal levando todos os seus filhos homens, deixando-a em lágrimas com suas filhas mulheres.

Chica da Silva era uma mulher forte e guerreira, que lutou por sua carta de alforria e tornou-se símbolo de ascensão social entre as escravas da época, porém foi retratada na telenovela como a negra que ficou rica de forma estereotipada, sexualizada. Segundo Roberto DaMatta (1987) obras como as de Gilberto Freyre “*Casa Grande & Senzala*” são as responsáveis por “consolidar esta imagem estereotipada sobre a sensualização e afetividade de negros e índios, especialmente da mulher negra/mestiça como objeto de desejo sexual” (DAMATTA, 1987, p. 82).

Assim como as mulheres indígenas, as mulheres negras tiveram seus corpos violados de forma brutal na colonização e os discursos instituídos neste período foram enraizados na cultura brasileira, na história e até mesmo na literatura escrita por mulheres, as quais não conseguiram romper com estes discursos de colonizador.

⁴⁶ Chica da Silva (1732-1796) foi uma negra escravizada que viveu no Brasil na segunda metade do século XVIII. E é sabido que manteve uma relação durante quinze anos com o rico contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira.

Segundo Ana Cláudia Pacheco e bell books, estes discursos produzem e produziram uma imagem da mulher negra sexualidade e servil aos seus senhores e não uma imagem de uma mulher para constituir matrimônio, laços afetivos/sexuais. Em relação a esse contexto, as autoras afirmam:

Bell Hooks (2000):

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (bell HOOKS, 2000, p. 2).

Para Ana Cláudia Pacheco(2008):

Na música, nas imagens socialmente produzidas, o que sempre se destacou [em relação à mulher negra] são essas características, relacionadas a um comportamento sexualizado, quase que servil – e isso é a reprodução de uma concepção bem colonial, quase que a imagem reproduzida da mulher escravizada, que estaria, portanto, para servir ao outro, ao senhor. E a outra representação é a do trabalho, de como a mulher negra seria ‘pau para toda obra’, seria boa para o trabalho servil e doméstico, e não seria uma mulher com desejos, com possibilidades de construir uma afetividade, de ter projetos pessoais, familiares, de uma mulher que tenha a capacidade de pensar (Ana Cláudia PACHECO, 2008, p.34).

Como visto, tanto bell hooks, quanto Ana Cláudia Pacheco afirmam que os discursos de ideologias raciais e de gênero são estruturantes e ordenam um conjunto de práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho, na afetividade e em outros lugares sociais.

É importante lembrar que ainda existe um sistema opressor e impregnados de heranças malditas, que continuam regulamentando os corpos negros e os tratando como objetos. Acredita-se que na contemporaneidade as senzalas da colonização ainda existam no território brasileiro, apenas mudaram-se os nomes, mas as personagens continuam.

A história a seguir pontua uma mulher branca e um momento social brasileiro um pouco diferente desde vivido por Chica da Silva. Esta história de amor, mesmo parecendo um romance escrito por Ernest Hemingway⁴⁷, iniciou-se durante a revolução farroupilha, envolvendo conflitos étnicos territoriais.

⁴⁷ Ernest Miller Hemingway foi um escritor norte-americano ganhador do Prêmio Pulitzer de Ficção, e, em 1954, ganhou o prêmio Nobel de Literatura

Anita⁴⁸ era a terceira de 10 filhos descendente de portugueses de uma família modesta economicamente, que após morte do seu pai, teve que ajudar no sustento da família e, por insistência materna, casou-se com 14 anos. Para Mary Del Priore (2006) o casamento, nesta época, além do interesse político e econômico, tornou-se para algumas famílias uma estratégia de controle da sexualidade. A autora afirma que, para a ideologia da época, “no casamento, o amor paixão era inimigo” (Mary DEL PRIORE, 2006, p. 36). No entanto, o casamento precoce de Anita tem um fim após três anos. Em decorrência da guerra, seu marido alistou-se no exército imperial, abandonando-a. Desta forma, Anita vê-se livre para iniciar sua história de amor com o guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi em meios aos conflitos regionais, os corpos dos amantes entrelaçam-se e em plena guerra farroupilha o amor passa a ser sinônimo de liberdade, cuja escolha são dos amantes e não dos arranjos sociais.

O início deste relacionamento marcado pelo contexto, cujo as “organização social brasileira sofriam mudanças que acarretavam um declínio da família patriarcal antiga” (Mary DEL PRIORE, 2006, p.36), contexto que favoreceu o relacionamento de Anita e Giuseppe Garibaldi. Porém, o amor apresentado por eles, afirma Priore, não era uma realidade concreta para todas as mulheres, que continuavam a ocupar uma posição secundária e distinta dos homens, cada vez mais para assegurar o bem-estar da família. “Dessa forma, ela passou a ser responsável pelo sucesso e bom êxito de toda família, em detrimento dos seus interesses e desejos pessoais” (Mary DEL PRIORE, 2006 *apud* Carlange Lobão, CASTRO, 2012, p.40). Neste caso Anita Garibaldi rompe com este lugar a ela determinado e tira as “saias⁴⁹” e veste as “calças” e lança-se a guerra com Giuseppe Garibaldi, separados unicamente pela morte em 4 de agosto de 1849.

Nas reflexões de Mary Del Priore sobre as relações íntimas no contexto brasileiro, notar-se-á que além de narrar com grande facilidade o debate sobre a intimidade nacional, a autora problematiza os espaços da pesquisa sobre sexualidade brasileira em uma perspectiva bastante feminina, isto é, do personagem “feminino” às voltas com a sexualidade e suas questões.

Diante de tais considerações é quase que desnecessário afirmar que uma discussão sobre sexualidade, erotismo e pudor não pode prescindir de um debate sobre relações de gênero, ao abrir as fechaduras de nossos costumes, revelando nossa identidade, tributária de uma cultura que, embora tenha nos levado a relações individualistas cada vez mais “virtuais” por meio da

⁴⁸ GIULIANI, Isidoro & FOGLI, Antonio. Anita Garibaldi: vida e morte (life and death). Marcabò (2001)

⁴⁹ Roupas típicas usadas na época pelas mulheres no Rio Grande do Sul como marca de gênero.

internet e redes sociais, ainda convive com uma mentalidade machista, tradicional e provinciana.

Mary Del Priore em suas narrativas sobre sexualidade acaba referenciando um ser dicotômico, que ora está imerso nas tradições culturais/religiosas no mundo privado ora está imersos na libertação destes mundo público. Assim o tempo é a encruzilhada que divide este ser.

Neste sentido, a boca de Cronos⁵⁰ é grande e forte devora muitos filhos a ele devoto. Os anos 1960 de fato permitiram as mulheres testemunharem a passagem (do privado para o público), passagem essa que a chamada era moderna permitiu entre outras coisas o surgimento de uma nova *ordem sentimental*, Mary Del Priore aponta que:

Essa nova ordem sentimental repousa menos sobre valores coletivos e mais na aspiração de construir uma identidade. A “fidelidade incondicional” de outrora foi trocada pela “fidelidade enquanto se ama”. De juramento solene, ela passou a consciência do provisório (Mary DEL PRIORE, 2013. p.203).

Mary Del Priore evidência no referido fragmento uma nova ordem sentimental, estabelecida pela passagem da consciência provisória. Já para Margareth Rago (1997), a modernidade marca as passagens dessa ordem e que há um deslocamento das sociabilidades da esfera pública para a privada, que são alicerçadas pelas transformações econômicas, culturais, demográficas e sociais que agem para modificar as relações íntimas.

Nessa abordagem, pode-se dizer que modernidade cria novos cenários e que ganharam novos atores: madrastas, padrastos, meios-irmãos e as inseminações (produções independentes) etc. Como visto, facilmente comprovados nos cálculos do IBGE. Nesta década, 47% dos domicílios têm pais ausentes. Muitos deles se caracterizam por ligações consensuais temporárias. Os avós têm novo papel: criar e educar os netos, repartindo com pais biológicos responsabilidades, inclusive financeiras. Uma mudança importante se dá também para as pessoas concebidas como minoria, elas começam a ter a liberdade de assumir suas opções sexuais e seus sentimentos, nas palavras de Mary Del Priore “é o começo do fim de uma sociedade que produzia sofrimento graças ao jogo da repressão, do interdito, da miséria sexual” (Mary del PRIORE, p. 236).

Pode-se dizer que a intimidade, a sexualidade com a criação de divulgação dos contraceptivos libertou-se, por completo, das exigências de reprodução, a prática sexual meramente como resultado a reprodução, deixa de existir e com isto uma série de questões

⁵⁰ Cronos figura da mitologia grega, o grande deus do tempo inexpugnável que rege os destinos e a tudo devora.

surtem e uma delas é o prazer feminino. Assume-se agora o sexo por prazer e sem a preocupação ou resultado a procriação. Tornou-se mais livre, fluida e aberta à emergência dos mais variados estilos de vida e as mulheres marcam o período com um novo renascer. O que era considerado “perversão”, pretensamente “anormal” aos olhos do público, foi descrito, analisado e virou “ciência” alimentada por textos e debates: a sexologia. Quanto a isto Priore escreve:

[...]findaram o limite ou as lições de como usar o corpo. O prazer, ou sua promessa, revelou-se infinitamente eficaz para a comercialização de bens no seio da sociedade de massas. O imaginário sexual tornou-se uma gigantesca estratégia de vendas. O sexo, de reprimido e disciplinado, depois instrumento de emancipação e igualdade nos anos 70 e 80, passou a um poderoso aliado do consumo e do hedonismo. Sua banalização seria uma maneira de distrair a sociedade de seus verdadeiros problemas? (Mary del PRIORE, p.357).

Hoje, o sexo apresenta-se como uma ostentação, antes encerrado em espaços estritos e secretos, a sexualidade tornou-se pública, através do cinema e da internet. Em toda parte, a maior dose de superexposição é possível por meio de redes sociais e da mídia, e o exibicionismo é uma das motivações para seu uso. Priore chega afirmar que a divulgação do corpo e da alma não teve meios-termos e que apesar de vivemos numa sociedade narcisista e confessional os sociólogos explicam que a relação sexual e amorosa democratizou-se. Cada qual busca no encontro com o outro – por vezes, encontros em série – a realização de um projeto de vida e de uma invenção de si. Nada disso é fácil de viver. Mas, asseguram os especialistas, é um mundo de liberdade e invenção.

Constata-se hoje que vive-se o instantâneo, o espetáculo. O mundo *selfies* construído historicamente, como historiciza Mary Del Priore, se antes para sermos desejáveis sexualmente os corpos deveriam ser malcheirosos e sujos, pois, eram regulados pelas leis católicas, que associava os hábitos de higiene a um discurso pecaminoso, já hoje, ao contrário, os corpos devem ser perfumados e cheios de elogios com divulgação da imagem. Se no passado éramos castos e cobertos, tendo a religião como regulador dos corpos, agora, com as redes sociais somos desnudos e exibidos. Cada vez mais em busca do prazer em todos os sentidos.

Contudo, o que acontece com as relações íntimas quando estes corpos desnudos e exibidos ganham roupas alaranjadas⁵¹ e a exibição proibida por sanção penal, o que acontece com as relações amorosas/sexuais quando este mundo *selfies* é retirado?

Ao considerar essa pergunta é importante citar, o caso *Richthofen*, como um exemplo da complexidade das relações íntimas. Suzane Richthofen era uma jovem adolescente de classe

⁵¹ Cor dos uniformes das mulheres em situação de privação de liberdade/Bahia

média alta quando descobriu o sexo e amor. Acreditando que liberdade amorosa sexual era limitada pelo poder repressor dos pais, resolve juntamente com Daniel seu “namorado/amor” assassiná-los. Porém, depois de alguns meses na prisão o “amor” acaba e iniciando assim novos processo de relações amorosas/sexuais. Daniel aproxima-se da família e para construir um perfil de outro homem, casa-se com outra mulher. Já Suzane Richthofen passa pelo um processo totalmente oposto, inicialmente não relaciona-se com nenhum homem, já que foi por causa de um homem que tudo começou, abandonada e considerada muito perigosa, a mesma tenta construir uma identidade ou tenta sobreviver aos primeiros anos na prisão com um relacionamento homoafetivo.

Porém, depois de algum tempo tenta convencer a todos que não perdeu a vocação de amar, dentro do modelo socialmente aceito pelo sistema, iniciando assim um novo relacionamento com Rogério Olberg, apoiando-se nas representações masculinas e religiosas que acredita que o mesmo pode oferecer. Contato sexual entre os dois configura-se agora por eles, um ato pecaminoso, devendo apenas ocorrer posterior ao casamento. Percebe-se que:

Não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Eni Puccinelli ORLANDI, 2009, p.39).

Neste sentido, as construções discursivas sobre o amor casto e heteronormativo, reiteradas por Suzane Richthofen no sistema prisional tem a função/objetivo de anunciar para o “outro” e quem sabe para si, que nela existe uma “mulher” e como foi posto aqui, o sistema prisional é o grande construtor desta forma de concepção. Com isto, o amor e o sexo, bem como os seus significados, estão impregnados de variáveis conjunturais, onde as relações de poder institucionalizadas dentro e fora das relações íntimas desempenham um papel determinante, neste caso de Richthofen, representa um processo de essencialização da mulher pela própria mulher, como aceitação social.

Portanto, as histórias destas mulheres e seus amores e desamores reforçam o pensamento que o amor é a chave de todas as relações humanas, mas muito além disto reforça que ainda existem mulheres que ainda vivem “as sombras” ou seja, longe da história oficial deste país que parecer ser escrita apenas na perspectiva do colonizador /do “homem”. Nesse sentido, o amor é apresentado como um produto social, étnico e cultural, marcado intensamente pelas questões de gênero.

2.3 MULHERES E A HISTÓRIA DAS PRISÕES

“Prisão: As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias⁵²”

(Gilde, SILVA, 2016)

A ideia de prisão estabelecida no início da história não é figurativamente muito diferente da ideia de prisão na atualidade. Observa-se que no passado a prisão era uma forma de concentração da pessoa e com o objetivo de guardar fisicamente até o momento do julgamento e execução das verdadeiras penas existentes, dentre elas, as de mutilações, penas infamantes e a pena de morte. A obra *a origem das espécies* de Charles Darwin assevera que o homem, mesmo primata, reconhecia a necessidade de criar mecanismos para se proteger dos “infratores”, e dentre as várias opções de que dispunha, eles prendiam estes infratores (inimigos) em buracos feitos em cavernas, conhecidas como “masmorras”, até o dia do julgamento final. Ao ler a obra de Charles Darwin constata-se que as tecnologias avançaram, mas a ideia de prisão permanece. No que se refere ao Brasil, parece que a ideia das prisões, funde-se a própria história do país, transformado pelos colonizadores portugueses em uma prisão de degredados.

Este histórico de colônia que sugere um prisão de degredados possibilitou “importações” de tecnologias e experiências dos países europeus. E uma destas experiências incorporadas foi o modelo de prisão com a finalidade de contenção de uma população específica, ou seja aquela que não contribuía para o “crescimento” do país.

Em vista disso, a história das prisões no Brasil, aponta que desde 1830, no Rio de Janeiro, já existiam três modelos de prisões civis. A primeira era o *calabouço* destinado aos escravos; o *aljube*, antiga construção pertencente à Igreja, usada, por não mais haver espaço para abrigar tantos presos, e a última; o *cárcere de Santa Bárbara*, que acolhia e tentava separar os presos por sexo e pelo tipo de infração, mas que nem sempre era possível. Em todas estas prisões, os espaços eram pequenos, insalubres e com todos os tipos de delito e indivíduos. Segundo relatório da época pontuado por Evaristo Morais:

[...] sentina de todos os vícios, neste antro infernal, onde tudo se acha confundido, o maior facínora com uma simples acusada, o assassino o mais inumano com um miserável, vítima da calúnia ou da mais deplorável administração da justiça. O aspecto dos presos nos faz tremer de horror: mal cobertos de trapos imundos, eles nos cercam por todos os lados, e clamam contra quem os enviou para semelhante suplício sem os ter convencido de crime ou delito algum (MORAIS, 1923, p.8)

⁵² Frase cunhada por Francisco de Oliveira, na banca do concurso para professora Titular da USP em 1999 e utilizada em um texto de Ermínia Maricato, mas que foi modificada por mim, com a inserção do termo Prisão, dando-lhe outra conotação.

Evaristo Morais parece descrever as atuais prisões brasileiras. É bom lembrar que tanto os calabouços como os aljubes, ou o cárcere de Santa Bárbara de 1980 quanto as atuais prisões, todas essas formas remetem-se ao duplo objetivo da “prisão”, muito bem exposto por Foucault (1987) em seu livro vigiar e punir. Ele afirma que, embora institucionalmente o objetivo fundamental das prisões seja garantir uma “recuperação” do criminoso através do “isolamento e da disciplina do corpo, o objetivo real é manter esta massa de excluídos sob constante vigilância, repressão e subalterna ao poder das classes dominantes, a gestão das ilegalidades” (FOUCAULT, 1987, p. 67).

Acredita-se que a história das prisões entrelaça tantas outras questões que afligem a nossa sociedade. Segundo Vera Andrade:

O sistema penal reproduz, dentre outros, dois tipos de violência estrutural da sociedade: a desigualdade de classes, advinda das relações capitalistas, e a discriminação de gênero, proveniente das relações patriarcais. Dentro desta lógica, o papel que cabe ao direito criminal, no que diz respeito ao tratamento das mulheres, é o de manter o *status quo*, ou seja, de refletir a cultura de violência, discriminação e humilhação existente nas relações familiares, profissionais e sociais em geral. (Vera Regina Pereira de ANDRADE, 2015, p. 160).

Em face disso, como na sociedade o sistema penal reproduz uma ordem masculinizante, que coloca o *homem como* possuidor de um lugar central e como medida de todas as relações, percebe-se uma visão construída de acordo com os interesses do patriarcado não apenas, uma visão nascida no cárcere, mas fora dele. Este, por sua vez, consolida as oposições binárias entre macho/fêmea, em que o feminino é referenciado sempre como a parte negativa, como esclarece Rosiska Darcy Oliveira em Elogio da diferença que:

No imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas sobretudo, como inferiores, ocupam paradoxalmente, o lugar de “metade perigosa da sociedade”. [...] Em razão mesmo de uma situação de alteridade, a mulher é definida como perigosa e antagônica. Em virtude dessa relação de oposição, é frequentemente associada às forças da mudança que corroem a ordem social e a cultura estabelecida (Rosiska OLIVEIRA, 1999, p.45).

Na tese *Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX*⁵³ a autora apresenta Juquery⁵⁴ como um exemplo da tendência

⁵³ FARIA, Thaís Dumê. *Memória de um silêncio eloquente: A criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, - UnB, 2013.

⁵⁴ Implantado pelo psiquiatra Franco da Rocha e inaugurado em 1898, Juquery torna-se o Asilo de Alienados passando a ser chamado Hospital e Colônia de Juquery em 1929. Em 1958 chegou a ter mais de 14 mil internados

do começo do século utilizado para neutralizar pessoas que não se adequavam ao comportamento esperado pela sociedade. É sabido que no Juquery as mulheres eram percebidas de forma diferentes dos homens. As mulheres, por sua vez, eram as maiores vítimas da internação por motivos morais. Eram classificadas como histéricas, pessimistas, “invertidas” ou “namoradeira”. Vale dizer que nenhum destes motivos levaram os homens para o Juquery. Segundo autora, os arquivos do Juquery retratam uma realidade de segregação e de busca pela “cura” ou, ao menos, adequação mínima aos padrões exigidos para as mulheres. Um dos casos relatados é o da professora Eunice C., internada em 11 de janeiro de 1910. Com base no prontuário do Juquery, a pesquisadora diz:

Não se descreve nenhum transtorno específico no caso de Eunice, mas tão somente o fato de ser independente, inteligente e, ao que parece ambiciosa e curiosa. Por esse comportamento, Eunice foi internada como histérica. O interessante é que sempre foi dada a mulher a característica de menor capacidade intelectual e por isso teriam “fraqueza” de caráter. No entanto, quando alguma apresentava um padrão intelectual maior que o esperado também era contida e diagnosticada para que fosse tratada e voltasse à condição “normal” feminina. Outro ponto a ser destacado é o fato de Eunice ter 30 anos e ainda permanecer solteira. Em casos assim, os alienistas já definiam um caso de frustração feminina e, por isso, distúrbios de comportamento a serem tratados (Thais Dumêt FARIA, 2013, p. 53).

Nota-se que os séculos são diferentes mas, as formas de disciplinar os corpos das mulheres continuam iguais. Em seu livro *“Mulheres no banco dos réus: Universo Feminino sob o olhar de um juiz”*, o juiz de direito João Baptista Herkenhoff nos diz que na sociedade brasileira, a mulher ainda é discriminada e oprimida em uma teia de intersecções. Se há outras opressões e discriminações, atingindo outras minorias, essas discriminações avultam quando estão encarnadas na pessoa de uma mulher. Para exemplificar o autor narra uma história que retrata a verdadeira face do Sistema prisional para algumas mulheres brasileiras:

Vou começar pelo caso da empregada doméstica que estava presa sob a acusação de que cometera crime de furto na casa onde trabalhava. Tinha tirado de uma caixa, onde havia mais dinheiro, apenas o valor de uma passagem de trem para regressar à casa da mãe em Governador Valadares (MG), por se sentir inadaptada em Vitória(ES). Agiu assim depois que os patrões se recusavam a lhe pagar pelo menos os dias trabalhados alegando que ela só teria direito de receber salário depois que completasse um mês de casa (HERKENHOFF, 2008, p. 4).

Essa pequena narrativa do Juiz João Baptista Herkenhoff traz a memória o fato de que as primeiras mulheres prisioneiras que se têm notícias no Brasil eram as mulheres que cuidavam dos serviços domésticos e tinham seus corpos escravizados e como visto eram confinadas em calabouços mantidos pela corte portuguesa, em outras palavras de escrava a prisioneira e assim, foi no passado a crueldade do sistema e assim continua.

Diante deste contexto, é importante frisar que são muitas as fronteiras existentes em um contexto prisional no que se refere às mulheres. Uma vez que a prisão é um espaço de múltiplas segregações. A mais evidente é aquela que separa as mulheres em situação de privação de liberdade do restante da sociedade; outras, menos perceptíveis, as dividem no interior do próprio espaço prisional, são estas que constituem o objeto desta pesquisa.

2.4 MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AS IDENTIDADES ATRIBUÍDAS, RECONHECIDAS E NEGADAS

Este item finaliza o capítulo II – intitulado de “*eu sou feita de palavras, das palavras dos outros*”. Nele, objetiva-se discorrer sobre o perfil da mulher em situação de privação de liberdade e as múltiplas identidades atribuídas, reconhecidas e negadas por elas e pelos outros. Sendo assim, assume-se o termo “outro” como os teóricos que marcaram as discussões em todo o capítulo e até mesmo colocações interpretativas da autora deste trabalho, incluindo alguns dos termos selecionados e empregados no decorrer do texto.

Para referenciar o início das discussões sobre *identidades*, utilizar-se-á uma pequena narrativa da escritora Clarice Lispector:

[...]E quando acordava? Quando acordava não sabia mais quem era. Só depois que pensava com satisfação: sou datilógrafa e virgem, e gosto de coca-cola. Só então vestia-se de si mesma, passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser [...] Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida[...]⁵⁵ (Clarice LISPECTOR, 1999, p.36)

Percebe-se no trecho acima, que a personagem Macabéa de Clarice Lispector, precisava representar papéis todas as manhãs em um processo de afirmação enquanto ser. Sendo que, os papéis que escolherá ou cujas representações lhes foram outorgadas precisavam ser confirmados no processo de interação: é preciso convencer os outros de que “ele serve para aquele papel”, sob o risco de ter a sua representação deslegitimada ou legitimada e isto acontece quando a Macabéa pobre, submissa, mirrada, abandona e sonhadora interage com a cartomante. Nas palavras de Ana Gabriela Mendes Braga (2008):

Apesar da tendência em fixar a si e aos outros em determinados papéis, a dinamicidade da identidade não ficaria comprometida, pois a representação desses padrões não diminui a complexidade da interação. As cenas, por mais que bem ensaiadas, estão sempre suscetíveis a interferências externas. A interação permanece imprevisível,

⁵⁵ LISPECTOR, Clarice. Hora da estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1999

carregada de expectativas e imagens complexas. (Ana Gabriela Mendes BRAGA, 2008, p.31)

Esta dinamicidade é vista na interação de Macabéa com cartomante, esse encontro interativo vai ser crucial na forma que Macabéa se enxerga e se coloca para o mundo, por que vai modificar de uma certa forma a sua identidade, no que Erving Goffman (1975) nomeia de interação face-a-face, ou seja, na influência recíproca de um indivíduo sobre outro enquanto presença física imediata.

Aparentemente não parece fácil na narrativa de Clarice Lispector (1999), as representações dos papéis e toda esta dinamicidade das interações, de fato não é, fatores são determinantes, tais como: palco (lugar); público (indivíduo); tempo e situação. Ainda para Ana Gabriela Mendes Braga “as perguntas – “Quem sou eu?”, “Quem sou eu nessa situação?”, “Quem é meu público?”, “Quais são as expectativas de ambos?” - podem ser um caminho para determinar a identidade situacional, ou seja, qual o personagem que a pessoa está representando naquele momento e o que o público espera dele, como a pessoa deve agir de forma a convencer o seu público da sua representação” (Ana Gabriela Mendes BRAGA, 2008, p.34).

A utilização de todas essas ilustrações e colocações supracitadas são para justificar uma preocupação inicial da pesquisadora deste trabalho dissertativo em nomear as entrevistadas. Dessa forma, tornou-se crucial nas entrevistas, a elaboração de uma pergunta introdutória: como elas se autoatribuem? Após um silêncio inquietante, uma delas respondeu: “interna” do CPJ, assim que ela gostava e gostaria que fosse nomeada. Porém, outras colaboradoras responderam não saber, pois muitos as nomeavam de acordo com as situações e as funções que ocupavam no CPJ, ou seja, elas eram nomeadas de encarceradas, pacientes, delinquentes, 1.7.1, presas, detentas, reclusas, bandidas, PPP (puta, presa e pobre), presidiárias e criminosas e que estas nomeações não eram uma escolha delas, então elas não tinham uma autoatribuição

Observa-se que as nomeações dadas pelos “outros” apontam para os vários *estigmas* existentes em um contexto prisional. Segundo Sadao Omote, o termo *stigma* foi originalmente elaborado na Grécia antiga para designar marcas físicas produzidas artificialmente no corpo de uma pessoa (com cortes ou ferro em brasa), “para sinalizar o status moral inferior dela, indicando que se tratava de uma pessoa moralmente manchada e com a qual devia evitar contato, especialmente em locais públicos” (OMOTE, 2004, p. 295). Geralmente, estas marcas (corporais) eram feitas para identificar e segregar ladrões ou escravos. Eram as mais visíveis e mais cruéis possíveis.

A modernidade com todos seus os aparatos judiciais rompe com essa ideia de marcar visivelmente/fisicamente os corpos “indesejáveis”. Porém, os estudos de Erving Goffman

revelam que as marcas, “os estigmas” deixam de ser construídos fisicamente e passam a ser construídos socialmente. Classificando-os em três tipos diferentes:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1975, p.7)

Percebe-se nesta classificação que todas elas têm suas bases nas características sociológicas, ou seja nas interações sociais. Marcas que geralmente servem para classificar quem não é “comum” seja por uma deficiência física, ou moral, ou raça, ou étnica, ou religiosa etc.

Portanto, nesta passagem do estigma do artificial (produzido no corpo de uma pessoa com cortes ou ferro em brasa), para o socialmente construído, parece que fortaleceu a função original a qual foi constituído “uma marca social, uma mancha ou mácula social” (OMOTE, 2004, p.294).

Alguns autores afirmam que o estigma é profundamente naturalizado, quase como uma doença congênita e isto difere-se do preconceito, já que o mesmo é algo politicamente incorreto.

Se o preconceito é algo que emerge nas falas dos entrevistados como algo que incomoda e provoca indignação, o estigma evidencia algo que extrapola uma atitude de prejulgamento, como “sinal infamante, indigno e desonroso, mancha infamante na reputação de alguém” pressupõe a contaminação, o contágio, a transmissão, tornando urgente e necessário o isolamento do agente contaminador. Essa ideia de contágio parte em alguma medida da crença de que algo foi herdado ou adquirido no convívio social (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 248).

Neste enquadramento, acredita-se que a mulher já sofre com os estigmas desde seu nascimento, quando alguém diz: é uma menina, papéis, e marcas são automaticamente a ela designados e um deles é a fêmea reprodutora, ou seja uma vida privada, ao passo que para os homens ao nasceu as marcas social são outras, “o plantador de sementes” o que vai a busca do alimento, ou seja a vida pública (rua).

As marcas que acompanham a mulher são tão fortes que antes de ser “ela mesma”, ela é a esposa de fulano, a filha de beltrano e mãe de sicrano. E o papel de cada um nas sociedades capitalistas é bastante diverso, sendo impossível categorizá-lo em moldes pré-concebidos. Enquanto a mulher burguesa, por exemplo, é frequentemente confinada ao lar, tem sua “virtude” fiscalizada e “paga a sua ociosidade com a submissão” (Simone BEAUVOIR, 1970,

p.128), “(...) a mulher do povo pode sair, frequentar tavernas, dispor do corpo quase como um homem” (Simone BEAUVOIR, 1970, p.141).

E é essa mulher do povo a que mais sofre os estigmas desta sociedade capitalista. E em sua grande maioria são punidas pela sociedade exclusivamente por isto.

Neste sentido, no sistema carcerário brasileiro existem mulheres cujo o crime foi simplesmente a ruptura da “normativa de gênero” e isto é facilmente constatado nas políticas públicas de ressocialização. O sistema penitenciário, para elas, deve ser e é retratado como um local em que elas serão, obrigatoriamente, devolvidas “ao papel de mulher”, serão preparadas ao o retorno para o espaço privado.

Fica agora evidente, a natureza do ‘bom ajustamento’. Ele exige que o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais (não estigmatizados) enquanto, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente daquelas situações que os normais considerariam difícil manter uma aceitação semelhante (GOFFMAN, 1988, p. 132).

Diante disto, para o sistema uma “boa” mulher é aquele que cumpre o seu papel na sociedade, então para uma mulher do sistema penal voltar a ser filha, mãe e feminina e deixar de ser “coisa”, ela tem que se ajustar ao sistema na sua integralidade, não apenas tornando-se mulher, com as funções atribuídas a elas. Considerando este fato, Miguel Reale Júnior (2007) afirma que para o sistema penal existe dois tipos de mulheres: a “mulher do Código Penal” e a “mulher real”, ou seja, mulher ativa no contexto social, político e econômico. Sônia Maria Giacomini (1988) afirma que:

Não existe a “mulher”, geral e abstrata, mas mulheres concretas, inseridas em classes sociais historicamente determinadas. Se é certo que em todas as classes de nossa sociedade a mulher é oprimida, não se pode, no entanto, esquecer que a intensidade e, sobretudo, a natureza dessa opressão são diferenciadas (Sônia Maria GIACOMINI, 1988, p.17)

Constata-se com isto que o sistema penal concebe a mulher como uma categoria padronizada e aquelas que fogem o padrão estabelecido não são para o sistema mulheres “reais”, e sim “coisas”. Esta coisificação dos corpos ditos desviantes é uma forma de punição e talvez a pior forma na (re)construção de identidades.

Todas estas considerações tecidas neste texto foram e são para tentar romper com alguns estigmas. E para iniciar este caminho selecionou-se e assumiu a terminologia *Mulher em Situação de Privação de Liberdade* ao invés daqueles historicamente estabelecidos e equivocados.

Não se trata apenas de uma escolha de terminologia, mas de posicionamento político, considerando que este trabalho é uma tímida tentativa de possibilitar que o discurso das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade entrevistadas venha à tona:

E quando os prisioneiros se puseram a falar, eles próprios tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contra discurso sustentado pelos prisioneiros ou por aqueles a quem se chamam delinquentes, é isso o que conta, e não uma teoria sobre a delinquência (FOUCAULT, 1987, p.40).

Neste enquadramento Foucaultiano, é importante dizer que este trabalho de pesquisa não trata-se de uma teoria sobre mulheres criminosas ou um estudo sobre criminologia feminina e muito menos dá voz as mulheres em situação de privação de liberdade. Pretendeu-se então com a pesquisa, suscitar, questionar e promover outra forma de escrever e pensar as mulheres, em especial as privadas de liberdade, que fogem não apenas as normativas de gênero, mas de classe, raça e de etnia.

Paralelamente a essa situação, é fundamental recortar alguns conceitos de identidade para melhor compreendê-las. A identidade de uma forma geral pode-se dizer que na contemporaneidade é um dos mais estudados, o trecho mencionado anteriormente, já dá sinais também de uma certa ambiguidade (identificação x diferenciação). Stuart Hall ao tratar sobre o tema afirma:

A opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiadamente recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova (HALL, 2000, p. 8).

As problematizações e afirmações abarcam os mais abrangentes posicionamentos, sejam eles, muitas vezes contraditórios e/ou excludentes, no que se refere sua produção/construção, reconstrução, fixação ou afirmação. Assim, pode-se marcar inicialmente neste debate a existência de duas linhas de estudos: a essencialista e a não-essencialista.

A perspectiva essencialista “a identidade é vista como algo que permanece ao longo do tempo sendo, pois, imutável” (Rosi BRAIDOTTI, 2002, p.14). Isto significa que, ter uma identidade é portar um conjunto cristalino e autêntico de características que são partilhadas por todos os membros de um determinado grupo, as quais não se alteram ao longo do tempo. Dentro desta perspectiva, existem duas bases: a primeira traz a ideia recorrente à Biologia (natureza), para fundamentar a identidade como essência. A segunda fundamenta-se na história, as identidades são assim consideradas por parecerem “invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência” (HALL,

2000, p.109). Sendo assim, a perspectiva apresentada vale-se da história e da biologia para embasar “verdades” inquestionáveis. O que explica alguns traços evocados pelas *mulheres em situação de privação de liberdade* em um conjunto penal (misto).

Ainda sobre essa perspectiva, observa-se o nascimento dos discursos patriarcais e sexistas, os quais tendem a fixação e estabilização da identidade feminina. É bom lembrar que esses “discursos sociais fazem uso das garantias de uma (suposta) natureza ou essência feminina, direcionando as mulheres papéis de subordinação e aos homens de dominação” (SILVA, 2000, p. 34). E é sabido que dentro de uma unidade prisional esses discursos sociais estão presentes e é sensivelmente, percebido nas atividades laborativas institucionais. Observe-se esses discursos sexistas na fala de um agente penitenciário no CPJ:

[...] As mulheres do módulo feminino não podem trabalhar na confecção de bolas, pois, trata-se de um trabalho, para mãos fortes, para homens, visto que algumas mulheres, têm outras “formas” de ganhar dinheiro e aqui quem escolhe mesmo os tipos de trabalhos são elas. É fato que, sempre orientadas pelo chamado “o homem” (Agente penitenciário M, 2016).

Nestes e em outros discursos, percebe-se que no sistema penitenciário existe uma ordem “masculina” com base em uma visão construída de acordo com os interesses do patriarcado não apenas uma visão construída a partir do cárcere, mas fora dele. Este, por sua vez, consolida as oposições binárias entre macho/fêmea, em que o feminino é referenciado sempre como a parte negativa, como esclarece Rosiska Darcy Oliveira:

No imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas sobretudo, como inferiores, ocupam paradoxalmente, o lugar de “metade perigosa da sociedade”. [...] Em razão mesmo de uma situação de alteridade, a mulher é definida como perigosa e antagonica. Em virtude dessa relação de oposição, é frequentemente associada às forças da mudança que corrompem a ordem social e a cultura estabelecida (Rosiska OLIVEIRA, 1999, p.32).

Diante desse contexto, é importante frisar que são muitas as fronteiras existentes em um contexto prisional. Uma vez que, a prisão é um espaço de múltiplas segregações e a mais evidente é aquela que separa essas mulheres do restante da sociedade.

A situação de privadas de liberdade já as difere das demais mulheres da sociedade, de alguma forma elas subverteram a estabilidade das categorias biológicas e dos essencialismos culturais que sustentam as oposições binárias, sugerindo assim discussões sobre a construção da diferença, se opondo desta forma a ideia de identidade como algo natural e produzindo assim a complicação, desestabilização e subversão.

Em contraposição as essas essencialistas, verifica-se a perspectiva não-essencialista. Nela as identidades estão constantemente em processo de mudança e transformação. Sendo assim, o

sujeito se constrói em um contexto de “significados e representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (MARIANO, 2005, p. 486). Assim, a noção de identidade aqui apresentada é estratégica e assume uma posição, na medida em que não compreende o sujeito como núcleo-identidade, mas sim dentro do contexto no qual ele é inserido e articulado: “a produção maquínica de uma máquina produtiva; produzindo, um produto” (SILVA, 2000, p. 83).

Ainda com base em Thomaz Tadeu da Silva (2009) “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social” (SILVA, 2009, p. 76). Na compreensão do autor, é a diferença que produz a identidade “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2009, p. 78). É precisamente o contato social entre dentro e fora do grupo que viabilizará o processo de diferenciação e, conseqüentemente, a constituição das identidades.

Thomaz Tadeu da Silva (2008) também diz que “a identidade e a diferença não podem ser compreendidos, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem” (SILVA, 2008, p. 32). Dessa forma, as identidades podem ser desestabilizadas e também desestabilizadoras na proporção em que estão situadas em diferentes contextos culturais.

No conjunto penal, o controle social e o imaginário, a expectativas de papéis e a sua realização marcam simbolicamente a prática social/institucional, existente nele. Neste sentido “as coisas não possuem significados isolados, eles são atribuídos socialmente ou institucionalmente, através de suas implicações, nas relações humanas e suas histórias” (ELIAS, 1994, p.56). Os valores dados a certos papéis sociais são construções produzidas pelos sujeitos em sociedade em relação com a linguagem e seus significantes, diferenciando umas das outras, uns grupos de outros, uns sujeitos de outros, de agentes penitenciários de internos, etc.

Dessa forma, Stuart Hall corrobora com Tomaz Tadeu da Silva quando afirma que, acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim, sua “identidade” – pode ser construído [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de

fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”. (HALL, 2006, p. 110). Neste sentido, Letícia LANZ destaca a situação das pessoas transexuais, segundo autora:

Se já não é nada fácil afirmar, com o mínimo de segurança e precisão, o que é ser um homem e o que é ser uma mulher neste nosso mundo pós-moderno, é cada vez mais difícil e confuso afirmar o que é não ser nem homem nem mulher, talvez nem outra categoria de gênero qualquer, que é exatamente o caso das chamadas identidades transgêneras (Letícia LANZ, 2014, p. 76).

De fato, não é fácil, a exemplo da *mulher transexual*⁵⁶ em situação de privação de liberdade, para elas é muito mais perturbador o sistema carcerário que para qualquer outra mulher, pois são descolocadas constantemente daquilo que são e daquilo que as constitui. Para o autor Guilherme Gomes Ferreira:

No espaço da prisão as travestis representam identidades femininas assujeitadas, primeiro porque a ordem sexual que privilegia o masculino em detrimento do feminino apresenta essa dominação como algo natural, inevitável e necessário, fazendo com que a classe dominada aceite e internalize essa ordem e segundo porque suas identidades de gênero travestis são historicamente subalternizadas, quer dizer, não representam, para o senso comum, uma identidade feminina ‘legítima’, pura sem falar que são identidades que convivem nas/com experiências de pobreza e fragilidade de acesso a bens e serviços; possuem uma vida social, estética, emocional e moral única que as liga ao espaço do “marginal”, da “periferia”, do “gueto” (FERREIRA et al., 2004, p. 07).

Para Teresa de Lauretis (1994) “[...] aprendemos que alguém se torna mulher na prática dos signos nos quais vivemos, escrevemos, falamos, vemos...” As *mulheres transexuais* são mutiladas pelo sistema prisional ao serem obrigadas a viverem em módulos masculinos e de modo masculino, levando muitas delas a cometerem suicídio, por não suportarem a negação de sua identidade. Quanto a isso SILVA(2008) esclarece:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmer a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles" (SILVA, 2008, p. 82).

Ao analisar como as mulheres transexuais no sistema penal brasileiro tentam afirmar suas identidades, percebe-se que a todo instante tentam afirmam sua identidade, aproximando-se do modelo de mulher socialmente aceito e sempre a partir de sua exposição aos discursos e

⁵⁶ Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, a Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam transmulheres ou Male-to-Female (MtF).

signos em circulação no tecido social/prisional que o envolve e de suas relações materiais e práticas com o mundo.

Na opinião de SANSONE (2004) em um simples marcador étnico (cabelo) que no Brasil, poderá servir como passagem de um grupo étnico para outro em um simples final de semana.

Para Bauman, um sujeito torna-se consciente de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha. Em situações observadas, as mulheres transexuais buscam sua afirmação identitária em diversos marcadores sociais, tais como cabelo, roupas, maquiagem e em relacionamentos afetivos. E nestes relacionamentos afetivos que elas, afirmam de forma mais intensa sua identidade feminina, quando assumem seus relacionamentos amorosos elas afirmam para o sistema não apenas sua sexualidade, mas sua identidade.

Confundem-se e são confundidas, confrontadas, confrontam com uma identidade mutante, pois as identidades não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis. E de que as decisões que o próprio indivíduo toma, o caminho que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento quanto para a identidade’ (BAUMAN, 2005, p. 17)

Nas palavras de Stuart Hall, a identidade torna-se uma “celebração móvel”, que é formada e transformada de forma linear dentro das relações e representadas e interpeladas pelos vários sistemas culturais que rodeiam o ser, sendo definida historicamente e não biologicamente. Outra inferência acerca da identidade é apresentada por Maria Lúcia Montes (1996):

...é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com os outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é só uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá (Maria Lúcia MONTES, 1996, p. 56)

Após estas considerações gerais sobre identidade, pode-se então trilhar os caminhos para melhor compreender uma identidade, e que neste trabalho é pontuada como essencial para compreensão dos discursos das mulheres em situação de privação de liberdade.

A identidade étnica tem como Frederik Barth (1969) um dos pioneiros nesses estudos. Jean-William Lapierre afirma que Barth concebe a identidade étnica em um paradigma não-essencialista quando diz que ele:

...substituiu uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica. Ele entendeu muito bem e faz entender que essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de

exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que integram ou não (POUTIGNAT e Jocelyne STREIFF-FENART, 1998, p. 124).

Acredita-se que estes processos de inclusão/afirmação e exclusão/negação são os mais emblemáticos nos estudos sobre a identidade étnica, justamente por estabelecerem os limites/as fronteiras entre os grupos. Para Weber “a identidade étnica (a crença na vida em comum étnica) constrói-se a partir da diferença” (POUTIGNAT; Joselyne STREIFF-FENART, 2011, p. 11), mas, como são estabelecidas estas diferenças? O que raça e que é etnia, afinal?

Inicialmente o próprio Weber responde que a diferença de raça e etnia. Para ele “raça é uma categoria objetiva baseada na herança física transmitida pela comunidade de origem, enquanto etnia e nação seriam categorias subjetivas, marcadas pela crença na comunidade de origem” (WEBER, 1994, p. 270). Ampliando a discussão, o professor Kabengele Munanga (2003) afirma etnia como um conceito sociocultural, histórico e psicológico, exemplificando que um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela” pode conter em seu seio diversas etnias. Sendo assim, “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2003, p. 13). Ao definir etnia Munanga faz uma pequena referência ao termo “raça”, até o final século XIX, existem confusões quanto a utilização dos dois termos, o antropólogo Vacher de Lapouge⁵⁷ tratou de distinguir criando o termo “etnia” como afirmam Poutignat e Joselyne Streiff-fenart:

Se Vacher Lapouge inventa o vocábulo etnia, é, afirma ele, para prevenir um ‘erro’ que consiste em confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfológicas (altura, índice cefálico etc.) e qualidades psicológicas, como um modo de agrupamento formado a partir de laços, intelectuais, como a cultura ou a língua (POUTIGNAT; Joselyne STREIFF-FENART, 2011, p. 34).

A segunda questão a ser respondida como são estabelecidas estas diferenças étnicas? Nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (2006) devem ser pensada, sobretudo, em termos *contrastivos*. Isto quer dizer que “quando uma pessoa ou um grupo se afirmar como tal, o faz como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defronta” (OLIVEIRA, 1976, p.5). Assim, como é “uma afirmação do nós diante dos outros”, a identidade étnica “surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. [...] Ela se afirma ‘negando’ a outra

⁵⁷ LAPOUGE, Georges Vacher de. *L'Áryen: Son Rôle Social*. Paris: Albert Fontemoing, 1899. Disponível em: Acesso em: Abr. 2015.

identidade, ‘etnocentricamente’ por ela visualizada” (1976, p. 8). Como confirmam Poutignat e Streiff-Fenart (1998):

...a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas. Logo, não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis pelos insiders e pelos outsiders. O aspecto relacional das identidades étnicas implica igualmente que a identidade étnica só pode existir como “representação forçosamente consciente em um campo semântico onde funcionam sistemas de oposição (POUTIGNAT ; Joselyne STREIFF-FENART ,1998, p. 124)

A antropóloga Marise de Santana, em suas reflexões sobre a origem da etnicidade apropria-se das contribuições de Manuela Carneiro da Cunha (1986), para afirmar que na *substância* da etnicidade aparecem as categorias raça, culturas, grupos étnicos e identidade étnica. Neste sentido, baseia-se também nas teorias de Marx Weber sobre comunidades étnicas e em Fredrik Barth e suas fronteiras, para dizer que: “a etnicidade enquanto forma de organização política exacerba a cultura de um determinado grupo étnico e também a sua identidade, mas o certo é que não podemos definir grupos étnicos a partir de sua cultura, embora a cultura entre de modo essencial na etnicidade” (Marise SANTANA, 2016, p.43).

Partindo desta reflexão elaborada pela antropóloga, pode-se dizer que na constituição da identidade étnica embora seja interligada com a cultura entram outros elementos, a saber as fronteiras com suas inclusões e exclusões, os traços característicos de cada grupo étnico (religião, roupas, língua, mitos/ritos) e as suas ideologias, que para Poutignat e Joselyne Streiff-Fenart (1998) o ponto crucial é o aspecto *relacional* das identidades étnicas esta só poderá existir com a tomada de consciência que vai funcionar como um sistema de oposição. Para Manuela Carneiro da Cunha “foram essas considerações que levaram antropólogos interacionistas, como Maoerman e Barth, a definirem adequadamente a identidade étnica em termos de adscrição: assim, é índio quem se considera e é considerado índio” (Manuela Carneiro CUNHA, 2009, p. 238). Isto significa basicamente que trata-se de uma questão de consciência de compartilhar certas características com um grupo.

De certa forma, quando existe uma pertença, também existe uma negação ao outro. E toda uma teia de afirmações perante o “outro”. Sendo assim “são índios porque assim se consideram, não obstante ostentem uma cultura forjada precisamente criada para afirmá-lo (Manuela Carneiro CUNHA, 2009, p. 238). É a comunicação da diferença, a alteridade entre um “nós” e um “outro” que faz com que os indivíduos se apropriem e compartilhem de representações e práticas comuns que estabelecem limites e fronteiras étnicas no interior de uma sociedade

determinada. Neste sentido, saber o que é especificamente “*étnico*” ou seja, próprio de um grupo, em um país como o Brasil por exemplo é o grande problema para muitos antropólogos.

Quanto a essa questão Lapierre, no prefácio da obra *Teorias da Etnicidade*, posiciona-se do seguinte modo:

Com efeito, o ponto fraco deste [Barth] é que os conceitos muito gerais de organização social e de interação sociais são aplicáveis a análise de todo tipo de identidade coletiva (religiosa, profissional, corporativa, política, familiar, de classe social ou de congregação...), isto é, toda vez que está em causa um limite entre “eles” e “nós”. É aí que se apaga a própria noção de etnicidade: continua sem resposta a questão de saber o que é especificamente “étnico” na oposição entre “eles” e “nós” e nos critérios de pertença que fundam esta posição (LAPIERRE, 1998, p. 12).

De acordo com Max Weber (1991) a resposta desta questão consiste no sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, apoiando-se numa crença de origem comum e na construção de um repertório de elementos diacríticos. Nesta perspectiva, os estudos de Barth colaboram quando afirmam, “É a crença na origem comum que substancializa e naturaliza os atributos, tais como a cor, a língua, a religião, a ocupação territorial e fazem-na percebidas como traços essenciais e imutáveis de um grupo” (POTIGNAT; Joselyne STREIFF-FENART, 1998, p. 162).

Atualmente no Brasil a “crença numa origem comum” faz com que os negros brasileiros, imediatamente remetam-se a África. Não a África, o continente que conhecemos atualmente, mas a África mítica sempre citada pelos afrodescendentes no Brasil. A África presente no imaginário dos afro-brasileiros. Não negando o conflito entre brancos e não brancos que segundo Marise de Santana “as identidades no Brasil são marcadas por negações ou afirmações, fruto de ensinamentos do colonizador” (Marise SANTANA, 2016, p. 35).

Portanto, reconhece-se assim a dinamicidade da identidade étnica, já os símbolos e as marcas étnicas são referentes cognitivos manipulados em finalidades pragmáticas de compreensão de sentido comum e mobilizados pelos atores para validar seu comportamento. Sendo que a existência e a realidade de um grupo étnico “não podem ser atestadas por outra coisa senão pelo fato de que ele próprio se designa e é designado por seus vizinhos por intermédio de um nome específico” (POUTIGNAT; Joselyne STREIFF-FENART, 1998, p. 143).

Portanto, para além de uma origem comum e do fato de se designar e ser designado pelos vizinhos, pode considerar também que “...nem todo grupo étnico é o tempo todo um grupo étnico, e nenhum grupo étnico é apenas um grupo étnico” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p. 121). E está a questão crucial dos estudos sobre a identidade étnica, pois trata-se não apenas de uma identidade, mas de identidades. Analisar apenas a identidade étnica sem relacioná-la as

demais identidades que atravessam as mulheres em privação de liberdade, este trabalho dissertativo tornar-se-ia inútil. Propõe-se assim um estudo sobre “identidades” para melhor compreendê-las.

CAPÍTULO III

**ENTRE OS MUROS E AS GRADES, ESCONDERIJOS E PERIGOS: OUVINDO AS
MULHERES E SUAS MÚLTIPLAS VOZES**

CAPÍTULO III

ENTRE OS MUROS E AS GRADES, ESCONDERIÇOS E PERIGOS: OUVINDO AS MULHERES E SUAS MÚLTIPLAS VOZES

Quem ama
 Quem engana
 Quem fode
 Quem enrola
 Os passaportes para Disney, as carteirinhas⁵⁸ !!!
 (Salve Geral⁵⁹ das internas do CPJ)

O presente capítulo é resultado das narrativas e falas estruturadas a partir do roteiro 1⁶⁰ e roteiro 2⁶¹. O roteiro 1, intitulado “conversa inicial”, contém as seguintes perguntas: 01 - Como você se identifica (cor/raça, sexo e etnia) e pergunta 02 - com todas as grades que nos cercam, sejam elas de ferro ou imaginárias, falar de amor e sexo pode ser triste e ao mesmo tempo pode ser alegre. Conte-nos sobre sua vida sexual e amorosa a partir do encarceramento?

Já o roteiro 2, intitulado “devolutiva”, foi elaborado a partir das narrativas da primeira entrevista roteiro 1, ou seja, perguntas nascidas a partir das falas das colaboradoras, as quais foram baseadas nos critérios de “compreender” falas ditas e não ditas afim de que as colaboradoras tivessem a oportunidade de corrigir⁶² e/ou retirar qualquer fala

Acredita-se que tal pesquisa apenas foi possível devido à inserção da autora dessa dissertação como professora (funcionário do sistema prisional) e em razão do desafio de mergulhar no *lócus* da pesquisa tão profundamente.

Escrever sobre sujeitos “punidos” pela sociedade não é tarefa fácil. As primeiras preocupações são de ordem da segurança, não apenas para quem ouve/pesquisadora, mas também para quem fala/entrevistadas. Qualquer fala mal proferida ou mal interpretada poderia constituir em um problema processual.

Devido a tais contextos e para evitar tais questões, buscou-se os caminhos subjetivos durante a elaboração das perguntas. Alguns acham que entre estes muros e grades escondem-se segredos e as palavras constituem-se certos perigos. Portanto, todo e qualquer cuidado é inevitável. Os pássaros são livres, porém estão em gaiolas, vigiados pelo Estado e outros.

⁵⁸ Anexo modelo das carteirinhas de visita íntima distribuídas no CPJ.

⁵⁹ Salve geral é uma comunicação cantada nos módulos prisionais que expressa geralmente uma ordem ou uma ideologia, neste caso entoado por todas as mulheres nos dias de visita íntima.

⁶⁰ Apêndice 1 - Conversa inicial

⁶¹ Apêndice 2 - Devolutiva

⁶² Apêndice 3 – Comunicado as colaboradoras

Para realização das entrevistas, era necessário, portanto, um lugar especial, longe da vigilância dos agentes penitenciários e demais funcionários. Aproveitou-se o espaço longe das celas, sala reservada, onde geralmente acontecem cursos de capacitação, a fim de realizar a maioria das entrevistas. Em razão dessa possibilidade, as agentes penitenciárias conduziram as colaboradoras e as deixaram livres para a realização das entrevistas e, assim, uma a uma - face a face - foi entrevistada conforme o roteiro 1. Vale dizer que algumas outras entrevistas não foram possíveis serem realizadas nesse espaço. Então, visitou-se o módulo prisional e solicitou-se o espaço utilizado para realizações das aulas durante o intervalo para a realização das demais entrevistas para se poder falar com um pouco de privacidade. As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro de 2016 a maio de 2017, em horários e dias alternados.

Um dos esconderijos que revela um perigo eminente chama-se “coração”. Ao se tratar de sentimentos, uma gama de narrativas surge no decorrer da história, já que, muitas vezes, os sentimentos e/ou as emoções revelam para o outro uma identificação e para si uma outra identificação, ou seja, uma coisa é como o outro identifica o sujeito e a outro é como o sujeito se autoidentifica.

Apresenta-se, neste capítulo, as narrativas de acordo com a ordem cronológica das entrevistas, divididas em dois itens: 3.1 e 3.2. O item “3.1”, nomeado de “Quem sou eu”, contém as respostas das colaboradoras e análises referentes à questão 1 (Como as colaboradoras se identificam quanto (cor/raça, sexo e etnia)). Já o item “3.2”, nomeado de “Quem sou eu no entrelaçar dos corpos”, contém as respostas da questão 2 (narrativas das colaboradoras sobre suas vidas sexuais e amorosas a partir do encarceramento). Vale destacar que as respostas do roteiro 2 estão inseridas nestes dois itens de forma aleatória.

3.1 QUEM SOU EU?

Nas diversas leituras realizadas no decorrer do processo, um fragmento de um diálogo, apresentou-se como preâmbulo do tópico 3.1. O diálogo narrado por Badinter (1993) marca não apenas o início das análises discursivas, mas justifica algumas indicações iniciais feitas pela autora desse trabalho de pesquisa:

- Quando você se olha pela manhã no espelho, o que vê?
- Vejo uma mulher-respondeu a branca.
- É exatamente este o problema
- Replicou a mulher negra.
- Eu vejo uma negra. Para mim a raça é visível a cada dia, porque ela é a causa do meu handicap nesta sociedade. A raça é invisível para você, motivo pelo qual a nossa aliança sempre me parecerá um pouco artificial (BADINTER, 1993, p. 10).

Justifica-se a seleção do fragmento como sinalizador das “categorizações” mulher branca versus mulher negra, cujo fenótipo/cor, aparentemente, marca estas categorias, no entanto, são seguidas de muitas outras representações e acredita-se que estas representações são ultrapassadas por múltiplas identidades femininas e étnicas. Elas não são apenas “mulheres” no sentido genérico da palavra, mas, ao analisar “quem são elas”, percebe-se a existência de várias em uma. A mulher não é apenas “a mulher”, ela é, também, a mulher divorciada, a mulher casada, a mulher solteira, a mulher rica, a mulher pobre, a mulher negra, a mulher indígena, a mulher aprisionada, sobretudo, a mulher com um pertencimento étnico ou não.

De forma quase inesperada, assim como no diálogo narrado por Bandinter (1993), as narrativas dessas mulheres levaram esta pesquisadora a olhar-se no espelho, numa certa manhã, e não compreender sua própria imagem, neste embaralhar de ideias. Com a imagem de si, distorcida, pode-se dizer que não é tão fácil escrever e pesquisar sobre identidades, seja ela qual for. Nessa busca de conhecimento, de si e do outro, iniciou-se as análises das entrevistas com tópico “3.1) Quem sou eu” da autoidentificação, ou seja, como as colaboradoras descrevem-se, quem elas dizem quem são.

Ao iniciar a entrevista, a colaboradora “a freirinha”⁶³ afirmou que:

Tudo bem? [Olha para Coruja-buraqueira]
Hum! vai filmar! ainda bem, que pranchei o cabelo, ele está lisinho. [Risos] quando for para começar avise, estou bonita, me arrumei toda hoje, até passei um batom. Eu me chamo [primeiro nome], [hum!!!] quanto a minha cor, sou negra. Tenho 22 anos, e me identifico como uma pessoa (**Freirinha**, 22 anos e 1 ano em situação de privação de liberdade).

No primeiro trecho da fala, o sujeito enunciativo refere-se ao cabelo liso e ao uso do batom como marcadores sociais da beleza e, discursivamente, apresentado pelo conjunto penal como marcador de feminilidade. Tais marcadores, no transcorrer das entrevistas, foram partilhados por quase todas as internas entrevistadas. No entanto, quando perguntamos sobre qual o seu sexo, a colaboradora *Freirinha* respondeu: [*sou uma pessoa*].

O enunciado [*sou uma pessoa*] sugere que a colaboradora *Freirinha* fugiu do processo de diferenciação estabelecido, historicamente pela sociedade (mulher x homem) e, ao ser questionada⁶⁴, ela diz:

Entrei nesta vida por conta do meu vício, a gente, aqui [não cita CPJ] é tratado como se fosse bicho em grades, o povo parece que tem medo da gente [expressão de revolta] (**Freirinha**, 22 anos e 1 ano em situação de privação de liberdade).

⁶³A ordem da análise segue o quadro 01, apresentado no capítulo teórico.

⁶⁴ Apêndice 2- Roteiro de entrevista 2 – fase 2 – devolutiva - questão 02.

O enunciado [*a gente é tratado como se fosse bicho em grades*] sugere que os estigmas vão além das questões de gênero, ou seja, o referido enunciado retrata os sentimentos da Freirinha em relação alguns discursos presentes no sistema prisional, sobre os sujeitos em privação de liberdade.

Essa tônica discursiva apresentada por Freirinha conota para Tomaz Tadeu da Silva (2000), que a situação de privação de liberdade apresenta-se como uma circunstância rara, sendo assim, que ela precisou afirmar que é humano. Nesse entendimento promovido pelo autor, a colaboradora Freirinha, ao afirmar que é uma, refere-se à identidade, é aquilo que ela é, e aquilo que ela não é e a diferença o não dito é [*não sou bicho*]. Para Silva:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe (SILVA, 2000, p.73).

No fragmento supracitado, constata-se que o autor especifica traçando um paralelo entre identidade o que a Freirinha afirma ser [*sou uma pessoa*] e em oposição a diferença [*não sou bicho*]. Para o autor, “além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística” (SILVA, 2000, p.75). Quando a colaboradora menciona o termo [*a gente*], expressa, não apenas a sua identificação, mas a das demais internas, com as quais ela partilha aquele sentimento [*somos humanos*].

A afirmação da identidade feminina na utilização dos marcadores sociais de beleza, tais como batom, cabelo liso e ausência da resposta [*sou uma mulher*], não apresenta uma dualidade, quando se considera e se analisa o enunciado [*estou bonita, me arrumei toda hoje*]. O vocábulo [*estou bonita*], apesar de usar os marcadores sociais de beleza, evoca uma beleza além deles, ou melhor, na concepção da Freirinha, um animal perigoso não é belo, não se cuida, não é elogiado, é temido e é feio. Dessa forma, o enunciado [*sou uma pessoa*] não é uma negativa à sua identidade feminina, e sim uma autoafirmação de uma identidade social de direito, ou seja, ela deseja ser tratada como uma pessoa e não como animal perigoso.

No segundo enunciado da Freirinha [*quanto a minha cor, sou negra*], resposta que conduziram a pesquisadora perguntar⁶⁵ sobre sua origem, e a mesma respondeu que era afrodescendente. Observa-se que raça e etnia se cruzam no embaralhar de conceitos e revelam muito mais que uma confusão vocabular. Vejam o que ela diz sobre o seu grupo familiar:

Eu sei o que minha família passa e passou, por ser de cor. Minha mãe é chamada de macumbeira, por ser do terreiro. Hum !! como minha família sofre, por ser de origem pobre e de origem africana. (**Freirinha**, 22 anos e 1 ano em situação de privação de liberdade).

Ao selecionar o vocábulo [*minha família é de cor*] ela contradiz o primeiro [*sou negra*]. A preposição de [*ser de cor*] geralmente não é utilizada por aqueles que possuem grau de pertencimento étnico ou um engajamento em movimentos ativista negro, já a expressão [*sou negra*] revela um pertencimento e até mesmo na expressão afrodescendente. Segundo Lívio Sansone (2007):

Chamar a si mesmo de negro, preto, pardo ou escuro não depende unicamente da cor, mas também da idade e, até certo ponto, do nível de instrução. As diferenças entre as gerações contribuem para a criação de “tipos” entre os informantes negros. Generalizando, cada tipo utiliza uma terminologia específica da cor e maneiras próprias de lidar com as relações raciais, a negritude e o racismo (SANSONE, 2004 p.88).

Dessa forma a idade da colaboradora [*22 anos*] é um ponto a considerar, porém observa-se que ela se autoidentifica como [*negra*], contudo não consegue deixar de reproduzir o enunciado familiar [*de cor*] e, quando perguntada o porquê, ela responde [*Sei lá, pró. Eu vejo o outro falar assim, então eu disse, por ser de cor*], pontuando assim uma atravessamento discursivo.

Dentro desse contexto a expressão [*por ser de cor*] expressa um discurso produzido pelos racistas, que para muitos pesquisadores, a fim de enfraquecer uma identidade negra, incorporado por ela de forma inconsciente [*Sei lá*]. Ao evitar o uso do vocábulo [*negra*] e uma afirmativa [*eu sou de origem africana*] a Freirinha deixa transparecer uma identidade de negação x afirmação:

A identidade da pessoa negra, traz do passado a negação da tradição africana, a condição de escravo e o estigma de ser um objeto de uso como instrumento de trabalho. O afrodescendente enfrenta, no presente, a constante discriminação racial, de forma aberta ou encoberto e, mesmo sobre tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor (FERREIRA, 2004, p. 41)

⁶⁵ Apêndice 2 – devolutiva 2 – questão de número 18

Nas respostas da Freirinha observa-se que ser negra, muitas vezes, está relacionado à cor da pele e a todos os estigmas advindos da escravidão [*Eu sei o que minha família passa e passou, por ser de cor*], e a todos os discursos que seu grupo familiar reproduz. Ou seja, ao assumir ser negra e, ao mesmo tempo, negar, com o alisamento do “cabelo”, e referindo-se a sua família como “de cor”. É uma dialética entre a identidade de resistência e uma identidade de negação, fruto de o atravessamento da identidade atribuída, produto de uma sociedade calcada na escravidão e no racismo.

Neste sentido, para melhor entender a complexidade dessa dialética, observar-se-á as concepções de Sansone (2007) quanto às discussões sobre etnicidade e raça:

[...] os compromissos de fidelidade étnica parecem desempenhar um papel menos central na vida social do Brasil do que em outras regiões do Atlântico Negro, isso não implica que não haja sentimentos étnicos e, menos ainda, que a ‘raça’ não seja parte integrante da vida cotidiana [...] como em muitos outros contextos, ‘raça’ e etnicidade se entrelaçam: a ‘raça’ existe e é praticada graças a um conjunto de símbolos étnicos, ao passo que a identificação étnica é frequentemente racializada – adquire conotações fenotípicas (SANSONE, 2004 p. 249).

Tais questões evocadas por Sansone é vista nos enunciados da Freirinha, quando um conjunto de símbolos étnicos se entrelaçam, e para muitos, o ponto diferencial é a cor da pele. Mas, se analisar o conjunto discursivo, notar-se-á que outras fronteiras estão presentes. Ao falar sobre a forma com que sua mãe é tratada [*macumbeira⁶⁶, por ser do terreiro*], percebe-se a religião como outro elemento étnico fronteiro.

Para Marise de Santana (2004), as religiões de matrizes africanas são um legado diaspórico de resistência, a qual a cultura europeia cristã, predominante no Brasil, sempre combateu utilizou-se sempre de representações negativas. No caso específico de Freirinha, mesmo citando no seu discurso que é uma religião assumida pela mãe, a Freirinha apresenta um sinal diacrítico, um elemento étnico de diferenciação.

Além das questões religiosas, outros marcadores de identificação são narrados pela colaboradora *Freirinha*:

Desde muito cedo sofremos com o preconceito. Eu entrei nesta vida com 12 anos, estou aqui faz 1 ano, não tenho dinheiro para pagar nem sequer um Advogado, acho que por isto que estou aqui há tanto tempo. Minha família é humilde, nem sei como eles estão, entrei nesta vida eu sei. Não recebo a visita (**Freirinha**, 22 anos e 1 ano em situação de privação de liberdade)

Observa-se no enunciado acima que a *Freirinha* faz referência a elementos que se interseccionam, a saber: as questões sociais, econômicas, familiares e afetivas. Nestas

⁶⁶ Macumbeiro é a pessoa que toca um instrumento musical chamado macumba, porém o termo também é usado de forma pejorativa para se referir aos praticantes das religiões de origem africana.

intersecções, percebe-se que situação econômica é apontada, pela colaboradora, como o fator que a levou à privação de liberdade e também se configura como o motivo de sua permanência no CPJ. Não obstante, a autora Olga Espinoza (2004) corrobora o que fora mencionado pela *Freirinha* ao traçar um perfil da população prisional brasileira:

(...) a maioria é não branca, tem filhos, apresenta escolaridade incipiente e conduta delitiva que se caracteriza pela menor gravidade, vinculação com o patrimônio e reduzida participação na distribuição do poder, salvo contadas exceções”; quadro que “sustenta a associação da prisão à desigualdade social, à discriminação e à seletividade do sistema de justiça penal, que acaba punindo os mais vulneráveis, sob categorias de raça, renda e gênero (Olga ESPINOZA, 2004, 127).

Apesar de algumas diferenciações, as intersecções econômicas, sociais, étnicas, familiares e afetivas, reveladas pelo relato da *Freirinha*, são também encontradas nos enunciados da segunda entrevista realizada com a colaboradora *Rendeira*:

Eu sou morena, sou brasileira. Eu me chamo [primeiro nome], mais sou conhecida como nega. Como eu me identifico [silêncio] sou uma pessoa [expressão de tristeza] (*Rendeira*, 35 anos 2 anos no CPJ).

A narrativa da *Rendeira* aponta-nos para dois sujeitos enunciativos: o primeiro é o sujeito enunciativo que parece negar o pertencimento étnico, ao utilizar o vocábulo [*sou morena*], já no segundo enunciado ela reproduz a atribuição do outro [*sou conhecida como nega*], ou seja, no primeiro, é como ela se vê; no segundo, é como o outro a vê.

No Brasil, a recorrência do uso da palavra [*morena*], em substituição aos vocábulos preto, negro e escuro, demarca uma forma dissimulada do racismo. Em virtude disso, o uso do termo enfrenta vigorosa objeção dos militantes negros, que o veem como encarnação da “hipocrisia” da classificação racial brasileira e também é utilizado para remeter a miscigenação.

Neste processo constitutivo de identidades observa-se que há situações conflituosas, estigmatizadoras e ambíguas. O silêncio, a expressão de tristeza, a negativa e a maioria das pesquisas revelam que, no sistema penal brasileiro, ser negro é ser inferior. Sendo assim, a utilização do vocábulo [*pessoa*] em substituição a [*mulher*] reforça o desejo de a *Rendeira* obter o reconhecimento dos seus direitos sociais e civis. A *Rendeira* argumenta que:

[...]Sou de uma cidade pequena, todos sabem quem sou eu. Fui presa por causa de um telefonema do meu irmão, e aí todos estão presos, aqui, só não prenderam minha mãe que é idosa e doente, mais acho que se ela fosse jovem, estaria aqui também (*Rendeira*, 35 anos 2 anos no CPJ).

Neste sentido, os enunciados apontam não apenas para o sofrimento de uma família, mas de um grupo étnico que, historicamente, sofreu e continua sofrendo com os estigmas estabelecidos por uma sociedade que trata os negros e índios como inferiores. Sendo assim, as

identidades podem mudar dependendo da forma como o sujeito é interpelado ou representado, “a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2000, p.75). Nos enunciados da colaboradora *Rendeira*:

Sujeito e sentidos se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação [...] identificamo-nos com certas ideias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos (Eni ORLANDI, 2010, p. 206).

Segundo a afirmativa de Eni Orlandi, tanto a colaboradora *Freirinha*, quanto a *Rendeira*, dentro do processo de autoidentificação e de identificação pelo outro, provam que suas identidades foram designadas por questões múltiplas que se inter cruzaram. Mesmo a *Rendeira* negando seu pertencimento a um determinado grupo, o enunciado [*Minha família sempre sofreu com preconceito*] e conseqüentemente a própria expressão de tristeza, revelam que o racismo e o preconceito estiveram presente na vida da *Rendeira* e negativa a identificação do outro como negra podem revelar que:

que as relações raciais no Brasil apontam que a definição do sujeito branco, descendente de europeu, como padrão a ser alcançado, tem influenciado relações que buscam interditar sentidos construídos pela população negra através da manutenção das noções de inferioridade e superioridade entre negros e brancos que impulsionam sujeitos afrodescendentes a negar sentidos que os identificam como negros, internalizando outros que os aproximam do padrão de sujeito branco, implementando, desse modo, processos de embranquecimento (Aretusa SANTOS, 2005, p. 64).

Neste sentido, ambas são sínteses dialéticas das várias interações, estabelecidas na vida, que vão desde o lugar de onde falam, o conjunto penal, às influências do modo como os outros as veem.

Apensar de haver algumas semelhanças entre os enunciados da colaboradora *Freirinha* e os enunciados da *Rendeira*, em sua maioria se divergem dos enunciados da terceira colaboradora [*Coruja-buraqueira*]. Apenas um enunciado é partilhado, porém não produz o mesmo discurso.

Espera professora, só filma quando eu disser. Tenho que arrumar os meus cabelos e sentar corretamente, aparência conta. Espera [joga o cabelo sobre o olho, na tentativa de escondê-lo]. Eu me esforço, para manter uma aparência legal, já que com esta roupa laranja é horrível.

Boa tarde, eu me identifico como uma pessoa e sou indígena, meu nome é [primeiro nome de registro], nasci em Vitória da Conquista e mas minha família é do Belém do Pará, sou indígena, eu tenho um filho que é criado pelos meus pais (**Coruja-buraqueira**, 29 anos, 5 anos no CPJ).

Nota-se que o enunciado [*uma pessoa*] foi compartilhado pelas colaboradoras *Freirinha* e *Rendeira*, mas, questionada sobre o que isto significava⁶⁷, a colaboradora *Coruja-buraqueira* respondeu:

[...] eu mesma sou hetero, nada contra com quem dorme com mulher, pra mim isto aqui não é importante. É tipo assim...!!! quando eu disse que sou uma pessoa é porque eu sou uma pessoa, quero que me vejam, assim como uma pessoa. (*Coruja-buraqueira*, 29 anos, 5 anos no CPJ)

Observa-se, primeiro, que ela faz referência ao gênero, relacionando-o a ideia de orientação sexual, ao utilizar a expressão [*sou hetero*] em detrimento do vocábulo [*mulher*]. Desse modo, sugeriu a primeira concepção de mulher: para ela, as relações sexuais, dissociadas das relações afetivas, não determinam as identidades, apenas a junção sexo e amor. Dessa forma a utilização do vocábulo [*pessoa*] corrobora com a ideia de indefinição [*pode ser um ou outro*], ou seja, pode ser homem ou pode ser mulher, tudo dependerá da junção sexo e amor.

Além desta concepção, uma outra é apresentada no enunciado [*quando eu disse que sou uma pessoa é porque eu sou uma pessoa, quero que me vejam, assim como uma pessoa*]. A insistência na repetição do vocábulo [*pessoa*] e na ausência de elementos relacionados às questões econômicas e étnicas denotam que a colaboradora *Coruja-buraqueira* pode ter um referencial do que é ser pessoa diferente dos citados por *Freirinha* e *Rendeira*. Para a *Freirinha*, as grades e as algemas denotam um sentimento de inferioridade devido ao tratamento animalesco e, para *Rendeira*, a falta de recursos financeiros tornou-a vítima de estigmas, ao negar-lhe os seus direitos. Em vista destas concepções, pergunta-se: quais as questões são as outras concepções que levaram a colaboradora *Coruja-buraqueira* a identifica-se como [*uma pessoa*], já que ela não fez referência a nenhuma questão citada por *Freirinha* e *Rendeira*?

No decorrer das entrevistas, a colaboradora, *Coruja-buraqueira*, sempre tentou transmitir uma imagem de uma pessoa racional, a qual detém objetivos e sonhos. Estudante de engenharia química, independente e com pouca afetividade, chegou a declarar que a afetividade é um sinal de fraqueza e é o mal da maioria das mulheres, as quais ela viu chegar ao CPJ.

Neste enquadramento, a colaboradora *Coruja-buraqueira* parece reivindicar um outro olhar sobre as mulheres. Segundo ela, houve época, no Conjunto Penal, em que as mulheres organizavam-se para a *saidinha*⁶⁸ durante os sábados para engravidarem com o objetivo de

⁶⁷ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 02

⁶⁸ Saidinha termo utilizado pelas internas para designar a saída do módulo feminino para a visitar íntima entre os internos durante os sábados.

conseguirem a prisão domiciliar⁶⁹. No entanto, ela nunca aceitaria isso. Acredita-se que estas e outras concepções estão interligadas às experiências as quais vivenciou durante os cinco anos no conjunto penal e também estão intrinsecamente relacionadas à sua etnia.

No enunciado [*aparência conta*] e no gesto de esconder o olho esquerdo, percebe-se uma preocupação da colaboradora Coruja-buraqueira com elementos que vão muito além da estética feminina. Ao ser questionada sobre a cor diferenciada dos seus olhos, a colaboradora silenciou-se de forma constrangedora. Esse silêncio para Eni Orlandi (2009), “quando alguém se pega em silêncio, rearranja-se, muda a “expressão”, procura ter uma expressão de fala” (Eni ORLANDI, 2009, p. 34). Pode-se dizer que um olho castanho e outro branco sinaliza um conjunto de representações ligadas a sua etnia, já que a mesma identificou-se como indígena. Ela revelou também que seus pais são originalmente da cidade do Belém, no estado do Pará, e que na localidade residem várias etnias indígenas.

Considerando que alguns estudos sobre as tribos indígenas existentes no Estado do Pará da pesquisadora Laura Ponte Arlene Saré Ximenes (2007) diz que ainda faz parte da cultura de algumas tribos o assassinato de crianças com deficiência física, pelos mais diversos meios, cometido, geralmente, pela própria mãe, acredita-se que as concepções sobre o corpo, sobre os aspectos físicos, sobre morte e vida da colaboradora *Coruja-buraqueira* estejam interligados às concepções de sua etnia.

O enunciado [*minha família é de Belém*] permitiu que a pesquisadora perguntasse sobre a origem de seus pais e avós e também sobre a sua etnia de origem⁷⁰. Porém a colaboradora respondeu à questão com restrição, pois não fez referência a bairro ou a tribo.

[...]Minha família por parte de mãe são todos baianos de Salvador e Vitória da Conquista. Nasci em Salvador, recém nascida fui levada para Vitória da Conquista e criada em Conquista, São Paulo e Belém do Pará, onde minha família por parte de pai são índios “modernos” porém mantém as origens através do que foi ensinado de geração em geração mantendo as tradições... (*Coruja-buraqueira*, 29 anos, 5 anos no CPJ).

Nesta perspectiva, conjecturou-se dois fatores: o primeiro relacionado às questões de segurança, não revelar a origem (bairro ou tribo - grupo étnico) do seu pai, e o segundo está relacionado ao esforço da colaboradora em aculturar-se, ou seja, afastar-se do parentesco indígena, fato este observado no esforço em falar o português padrão e sentar-se e apresentar-se corretamente. Como a colaboradora não afirmou ou negou nenhum deles, observou-se que

⁶⁹ Prisão domiciliar é baseada no artigo 317 do Código de Processo Penal, consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Tem direito mediante alguns requisitos e um deles é: gestante a partir do 7^o (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

⁷⁰ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 17

os vocábulos que os antecedem [*sou indígena*] e [*minha família é de Belém do Pará*], a autoidentificação, a citação de grupo de origem e demais elementos revelaram-se como marcadores de etnicidade.

Constata-se que a colaboradora utiliza o vocábulo [*modernos*] para designar os índios que vivem na cidade, mas carregam os ensinamentos, as tradições e a cultura do seu grupo étnico [*porém mantem as origens através do que foi ensinado de geração em geração mantendo as tradições...*]. O vocábulo evocado pela colaboradora problematiza uma discussão histórica no Brasil. Será que os índios, necessariamente para serem reconhecidos, vistos como índios deverão viver isolados da sociedade e da chamada modernidade⁷¹?

Em 1968, Roberto Cardoso de Oliveira, em sua tese *Urbanização e Tribalismo*⁷², projeta-se, no cenário nacional, como pioneiro desta problemática. Não apenas no título de sua tese, mas ao longo do texto, ele reconhece distinção de urbanização e tribalismo. Dessa forma, inicia uma jornada sobre a problemática relativa ao que é ser índio e não índio em espaços denominados urbanos e em tempos modernos.

Rumo a esta jornada de debates e indagações, em uma entrevista, Viveiros de Castro (2006) faz a seguinte declaração:

Começo por dizer que suspeito que nossa entrevista vai ter de abundar em aspas; não apenas ou principalmente aspas de citação, mas, sobretudo aspas de distanciamento. Isso porque essa discussão – quem é índio? O que define o pertencimento? [...] Permitam-me incorrer em um exagero heurístico. Eu direi que no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Acho que o problema é — provar quem não é índio no Brasil. Resposta política à resposta (isto é, à pergunta) política que se oferece ao antropólogo (VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p.12-13).

Neste enquadramento, a colaboradora *Coruja-buraqueira* sintetizou bem os debates antropológicos, a seu modo, demarcando um fim para esta discussão, ao declarar: [*sou indígena*]. Assim sendo a colaboradora reforça da autoatribuição como elemento de pertencimento.

Verifica-se também que as construções subjetivas da colaboradora *Coruja-buraqueira* fundamentam-se nos discursos sociais e, grande parte deles, no seu grupo étnico de origem.

Estas construções subjetivas em torno da origem étnica também é evidenciado nos enunciados da quarta entrevistada, a colaboradora *Sáira-galega*:

⁷¹ Conceito de modernidade nesta questão refere-se como princípio que se materializa em instituições e em modos de vida.

⁷² CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

Bom dia. Pode entrar professora!!![expressão séria] Aqui ninguém não morde não. Pode sentar aqui, gente a professora não morde, ela deveria ficar como medo de vocês e é vocês que estão com medo dela? Eu me chamo [nome completo] Eu me identifico como branca descendente de Alemã, minha mãe é filha de alemão, nascido na Alemanha mesmo, meu sobrenome é Alemão como a senhora pode ver [Klain]. Quanto ao meu sexo, hum !! deixa eu pensar é. Sou uma mulher (**Sáira-galega**, 38 anos e 7 anos no CPJ).

O uso do vocábulo [*pode*] e do tempo verbal afirmativo, utilizados pela colaboradora *Sáira-galega* expressam, uma certa liderança, dentro do organograma⁷³ elaborado pela colaboradora *Coruja-buraqueira*, a colaboradora *Sáira-galega* apresenta-se como a linha de frente do módulo feminino. Também é sabido que desde a implantação do Conjunto Penal, a liderança do módulo é transmitido pelo sistema de sucessão entre internas, até a presente data segundo narrativas da própria colaboradora *Sáira-galega*, pautada entre outras coisa nas características fenótipos similares, neste caso, aquelas que apresentam-se como “brancas” e de cabelos lisos.

Ao identificar-se como branca, e diferentemente das demais citou seu sobrenome e de forma quase imediata referiu-se sua descendência alemã. Solicitada a falar mais sobre sua origem, ela respondeu:

A família do meu pai acho que é brasileira, eu não conheço. [risos] brancona é claro, olhe meus olhos, sou descendente de alemão, minha mãe nasceu no Brasil, mas, acho que minha vó veio da Alemanha, pela data acho que foi durante a guerra, minha mãe não fala muito sobre isto, mas quando pergunto sobre o meu sobrenome [Klain] que na minha certidão vejo que o da minha mãe é com escrito com a e do da minha vó escrito com a [Klein], acredito que foi um erro do cartório ou no desejo de esconder a família, ela não diz nada, só que era da minha vó. No passado eu tinha dificuldade em falar algumas palavras portuguesas, tipo aquelas com a letra R, hoje já falo normalmente, desconheço a origem desta dificuldade. Sobre a história da minha família na Alemanha minha mãe nunca falou muito (**Sáira-galega**, 38 anos e 7 anos no CPJ).

Segundo Valdir Gregory (2016), em seu artigo sobre “*Imigração alemã no Brasil*”⁷⁴, relata que há referências sobre a presença de alemães até na frota de Pedro Álvares Cabral 1500. Cabe salientar que diferente deste contexto de colonização, a colaboradora *Sáira-galega* afirma que sua vó materna chegou ao Brasil, como uma refugiada de guerra e o silêncio familiar sobre a origem alemã foi uma constante em sua vida.

⁷³ Apêndice 5 – Sistema hierárquico do módulo feminino - Conjunto Penal de Jequié - “O bonde do CPJ”

⁷⁴ GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. Acesso em 26 de março, 2016. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/10985-1442-5-30.pdf>>

Nota-se que a colaboradora *Sáira-galega*, apenas se reconheci como alemã por conta das características fenótipos e pelo seu sobrenome [*Klain*] e no conjunto enunciativo afirma que não vivenciou a cultura alemã, desconhecendo a história de seu grupo étnico.

A colaboradora *Sáira-galega* chega a afirmar que o cartório brasileiro escreveu de forma errada na certidão de nascimento o sobrenome de sua mãe *Klein*. Ela acredita que foi por duas questões: em detrimento da pronúncia, fala-se [*klain*], porém escreve-se [*Klein*] e isto ela observou na certidão de nascimento dela, e a outra questão foi o contexto histórico da chegada de sua vó materna no Brasil. Ela acredita também que foi uma tentativa de esconder a origem Alemã.

Convém salientar que nenhuma destas questões citadas pela colaboradora assemelha-se ao apagamento ou a substituição de nome e sobrenomes sofridos pelos povos indígenas e africanos no Brasil. Neste caso apresentado, a substituição das vogais “a” pelo “e” manteve a essência da origem germânica e em virtude disto, foi utilizado pela colaboradora *Sáira-galega* como elemento afirmativo de identidade étnica.

Diferentemente dos enunciados das colaboradoras citadas anteriormente neste trabalho, percebe-se que a junção das características fenotípicas (cabelos lisos e olhos azuis e cor branca), com o sobrenome [*klain*] serviram como elementos de afirmação e de reconhecimento identitário nos discursos da colaboradora *Sáira-galega*.

Um outro ponto a evidenciar é o realce que a colaboradora faz na questão da linguagem, para Manuela Carneiro da Cunha (2009) quando diz que a língua é difícil de conservar na diáspora, e este fato é observado na narrativa da colaboradora na expressão [*no passado eu tinha dificuldade em falar algumas palavras portuguesas, tipo aquelas com a letra R, hoje já falo normalmente*]. Para a autora a dificuldade em conservação linguística dá-se por vários motivos, ela afirma que:

A questão da língua é elucidativa: a língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção do mundo, e é também um diferenciador por excelência: não é à toa que os movimentos separatistas enfatizam dialetos e os governos nacionais combatem o polilinguismo dentro de suas fronteiras (Manuela, CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p.232).

Leis e normativas nacionais servem como instrumento legal para o combate às variações da língua, a exemplo disso o acordo ortográfico brasileiro⁷⁵. As instituições totais descritas por Erving Goffman (1975) são verdadeiras máquinas a serviço desse combate.

⁷⁵ Decreto federal nº 6583/2008.

Observa-se que a busca em falar corretamente a língua portuguesa parece permear quase todos os enunciados das colaboradoras e atravessam não apenas o aspecto linguístico, um exemplo claro disso, são os enunciados da quinta colaboradora entrevistada a *Sáira-militar*:

Vamos!! Espera.

Vou lá, viu? [*Comunica a Coruja-buraqueira*]

Vixe !!, estou nervosa, vai gravar, né? Espero não errar muito o português.

Eu me identifico como uma mulher branca, descendente de português, identifico como mulher e depois que eu fui presa a minha vida mudou em alguns pontos na minha relação né !! com o meu marido como a gente já tem dois anos juntos a gente fica muito bem né. Ele é moreno, eu tenho 19 anos e ele tem 20. Eu tenho um filho de três anos, não é dele, é meu, mas a gente já tem um tempo junto né e é muito bom e só que a gente se ama muito e cada vez mais (**Sáira-militar**, 19 anos, 5 meses no CPJ).

O conjunto enunciativo apontam para um questão comum, quando alguém diz, vou gravar sua voz. A preocupação é quase que imediata com o falar corretamente a língua portuguesa. No caso da colaboradora *Sáira-militar*, provoca um insegurança e um nervosismo [*Vixe !!, estou nervosa, vai gravar, né? espero não errar muito o português*]. Falar corretamente é seguir um padrão linguístico estabelecido pela normativa e desviar-se dele é desviar-se da norma, a colaboradora *Sáira-militar* demonstra um preocupação em seguir as normativas, não apenas em relação aos aspectos linguísticos.

Os enunciados [*Eu me identifico como uma mulher branca*] e a repetição [*identifico como mulher*] é partilhado pela colaboradora *Sáira-galega*, ambos os discursos diferenciaram-se totalmente das demais entrevistas. Os enunciados da *Sáira-militar* e *Sáira-galega* sugerem que as questões outras, que afligem as demais internas, não são partilhadas por elas. Deve-se salientar que nenhuma das duas utilizaram a expressão [*sou uma pessoa*] para referenciar sua sexualidade, ou sua identidade, isso sugere que outros fatores partilhados entre as duas, justificam a não utilização do termo [*pessoa*].

Ser “branca” e ser “mulher” e de origem europeia foram os elementos que *Sáira-militar* compartilhou com *Sáira-galega* e que serviram como elementos diacríticos das demais internas. Outro aspecto fundamental que a colaboradora ao citar a origem étnica utilizou o vocábulo [*eu sou descendente*] e para tanto, justificar tal descendência apontou os mesmos aspectos da colaboradora *Sáira-galega*.

Um ponto que também cabe a ser destacado é o enunciado [*you lá, viu?*] apresenta-se como uma solicitação para concessão de entrevista, esta solicitação só foi visível na fala da colaboradora *Sáira-militar*. Tal solicitação denota que existe um sistema hierárquico bem definida no feminino, porém apenas a colaboradora *Sáira-militar* fez questão se salientar diante das demais internas e pesquisadora, publicando uma submissão.

O outro dado relevante é que na entrevista com *Sáira-militar* a expressão de alegria ao pegar e acariciar os seus cabelos, e a suavidade de sua voz retratam um sentimento de afirmação de uma identidade construída a partir dos discursos hegemônicos de uma sociedade patriarcal, os quais construíram um modelo de mulher ideal. Nesse caso, a mulher branca, submissa, casada e mãe.

Acrescenta-se, ainda, que ao citar seu nome, o citou com ênfase no sobrenome de casada. Ao considerar o referido aspecto é importante dizer que ao apresentar o sobrenome do esposo e sobrenome do pai foi para colaboradora quase que um referencial identitário, afirmou assim pertencer a “alguém”, ter um referencial conjugal e social. Para ela ter um “esposo” é ter mais que um companheiro é ter um completo de identidade.

E ao considerar essa perspectiva, é importante enfatizar que os relacionamentos afetivos/familiares e sexuais são apontados pela colaboradora como essências para afirmação de suas identidades, seja ela gênero, étnica ou social.

Voltando às concepções iniciais referentes o enunciado [*sou uma mulher*], a sexta, e última entrevista denominada *Jandaia-de-testa-vermelha*, foi uma que compartilhou o referido enunciado com as colaboradoras Sáira-militar e Sáira-galega, porém atravessada por outras questões:

Olha professora!!!, Eu estou horrível, o povo não vai ver esta filmagem, não!!!, né? Eles não deixam eu usar brincos e nem um batom deixam usar. Eles dizem, se eu quero ficar no módulo de homem, com meu marido, então eu tenho que parecer um homem e não uma mulher. Eu estou horrível, pediram para cortar meu cabelo e está roupa horrorosa, então !!, mas eu sou uma mulher. É por isto que, eu vou falar tudo, grava mesmo pró.

Eu me chamo [*nome social*], me reconheço assim, como uma pessoa, a minha cor é uma cor parda, mas acredito que na minha ficha aqui, estou como negra, acho que é por conta deste cabelo duro, por isto mermo pequeno eu passo uma coisa pra alisar, e eu me considero como uma mulher brasileira, e apesar do lugar onde estou muitas pessoas discriminam, mas eu não ligo pra discriminação eu sou o que sou e vou até o fim com essa legitimidade como mulher. Sou casada já tenho 03 anos já casada, tenho o meu marido e não tenho nada a esconder o povo pergunta, muitos perguntam se sou casada, falo que sou e sou casada com ele há muito tempo e não desisto dele por nada (*Jandaia-de-testa-vermelha*, 3 anos, 1 e 2 meses no CPJ).

No enunciado [*Eu estou horrível*], percebe-se que a sua autoimagem está desconfigurada/deslocada daquilo que ela considera belo/ideal em decorrência da retirada de elementos que ela própria considera constituintes de sua identidade feminina (brincos, batom e cabelo). Neste sentido, há um deslocamento de sua identidade, quando estes elementos são negados. Para Teresa de Lauretis (1994), “[...] aprendemos que alguém se torna mulher na prática dos signos nos quais vivemos, escrevemos, falamos, vemos. No entanto, o sistema é

punitivo quando dificulta a afirmação de sua feminilidade⁷⁶. Constata-se, nos enunciados [*Eles não deixam eu usar brincos e nem um batom deixam usar*] e [*Eu estou horrível, pediram para cortar meu cabelo e está roupa horrorosa, então !!, mas eu sou uma mulher*], a manipulação do sistema nos corpos e nos discursos. As proibições têm como basilar o discurso pautado na “genitália”, já que o Conjunto penal é um lugar onde os corpos são vigiados, despídos e revirados, a cada movimento e a instituição divide-os pelo que visualizam, pela biologia, em um discurso puramente essencialista.

Nesta perspectiva, os primeiros enunciados da colaboradora *Jandaia-de-testa-vermelha* demonstram a problemática das mulheres transexuais e seu difícil enquadramento no Conjunto Penal de Jequié. Neste sentido, considera-se que o discurso do sistema penitenciário tem suas raízes no binarismo, ficando, assim, cada vez mais difícil colocar em prática os direitos humanos, não obstante que o desejo de ser pessoa de direitos também é revelado pelo discurso da colaboradora.

O binarismo é devastador e, como visto, dentro do sistema, não está apenas atrelado às questões sexuais, masculino e feminino, mas a muitas outras questões, como por exemplo: negro e branco, pobre e rico, feio e belo, bandido e inocente e bom e mau.

Assim, os discursos produzidos por estes binarismos desconsideram, na prática, a dignidade humana. Portanto, a existência de uma oposição, centrada na palavra, no discurso e até mesmo no silêncio, faz-se necessária. Segundo Silva (2012):

As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino [...]. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais se organizam” (SILVA, 2012, p. 83).

As afirmativas do autor sobre identidade e a diferença também são constatadas no enunciado [*me reconheço assim, como uma pessoa*], partilhado também por Freirinha e Rendeira. Constata-se que este processo de oposição, quando as colaboradoras afirmam que são pessoas, enquanto sujeitos enunciativos, elas também dizem o que são e também o que não são. Eles dizem não ser coisas ou animais em grades.

Neste caso, para Tomaz Tadeu tal afirmação da colaboradora aponta que “a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído (SILVA, 2008, p. 82)”. Essa consideração dita de outro modo, quer dizer que todo ato de incluir é também um ato de excluir. Quanto Jandaia-

⁷⁶ O termo feminilidade foi utilizado nesta frase para expressar um modelo hegemônico construído por discursos patriarcais sobre o que é ser mulher com uma imagem: dócil, bela - utilização de batom, vestido, joias) e do lar.

de-testa-vermelha diz ser uma pessoa, exclui o que ela não é. E é em detrimento disso que autores, tais como Prado (2001) afirmam:

as identidades, que são construções do discurso constituem o real, integram o jogo conflituoso [...] das representações e, ao mesmo tempo tocam os corações e despertam a sensação de pertencimento do indivíduo a uma coletividade. Os indivíduos que se sentem identificados estão afirmando suas particularidades culturais, raciais, de gênero, de religião, de classe e estão declarando sua existência diferenciada ao mundo. Ao lado dessas afirmações positivas, ignoram, desdenham, discriminam, excluem, atacam o ‘outro’, o diferente (Maria Ligia PRADO, 2001, p. 01)

Dentro desse contexto, acredita-se que são construtos que refletem a possibilidade de diversos modos de ser e estar no mundo. Todavia, existirá o “outro” inserido neste processo para descredenciá-lo ou afirmá-lo.

Como visto, o Conjunto Penal de Jequié(CPJ) apresenta como descredenciador das afirmativas identitárias da colaboradora Jandaia-de-testa-vermelha. Constata-se assim, que o CPJ vive em dissonância com a normativa federal, expressa na Resolução Conjunta⁷⁷ nº 1, de 15 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, a qual prevê, expressamente que:

Art. 4º - As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.

Parágrafo único - Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

Art. 5º - À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.

Art. 8º - A transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes. (BRASIL, Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014)

Portanto, nenhum destes artigos são respeitados, pela referida instituição. As mulheres transexuais apenadas no CPJ, em pleno século XIX, continuam tendo seus direitos mutilados pelo sistema e em especial ao serem obrigadas a viver em módulos masculinos e de modo masculino. Paralelamente a essa situação de mutilação de direitos, também é possível verificar nos enunciados da colaboradora Jandaia-de-testa-vermelha, um processo de resistência aos discursos e as ações existentes.

O casamento, as narrativas, a utilização do nome social, [*Eu me chamo [nome social]*], e a autoafirmação [*sou uma mulher*] são os mecanismos usados pela enunciadora como marcadores

⁷⁷ Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de Abril de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n 74, 17 de abril de 2014, Seção 1, p. 1. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpseesp/bibliote/informe_eletronico/2014/iels.abr.14/Iels74/U_RS-CJ-PR-CNPPC-CNCD-1_150414.pdf>. Acesso em 10 nov. 2016.

para desqualificar os discursos binários, discriminatórios e classificatórios do sistema, em relação às suas identidades.

Outro ponto compartilhado pelas colaboradoras *Rendeira* e *Freirinha* relaciona-se às questões étnico-raciais e aos seus estigmas. Quando questionada⁷⁸ sobre a cor/etnia de seus pais, a colaboradora *Jandaia-de-testa-vermelha* respondeu que sua mãe era uma morena de cabelos lisos e seu pai ela não conheceu. Observa-se que a colaboradora utiliza o vocábulo [cabelos] em dois momentos ao referir-se a sua mãe e ao referir-se a si, fato este que sugere que, para a ela, o cabelo é elemento de diferenciação, para Sansone (2007):

O cabelo dos negros — pode ser um marcador étnico fundamental no Brasil, onde pode revelar-se útil para que o indivíduo passe de um grupo de cor para outro, nem que seja por um fim-de-semana, ao passo que, na comunidade negra norte-americana, ele é sobretudo um marcador de beleza. No Brasil, a cor é ainda mais determinada pelo cabelo crespo do que pelo tom da pele, e os cabelos lisos ou alisados são essenciais para permitir que o indivíduo passe de preto a pardo ou mulato (SANSONE, 2004, p.256).

Nesta perspectiva, a insistência da colaboradora em alisar os seus cabelos representa um elemento simbólico de marcador de identidade [*por isto que mermo pequeno eu passo um coisa pra alisar*]. Neste sentido, não bastou para colaboradora apenas afirmar-se [*parda*], ela se apropriou de elementos outros, tais como alisar os cabelos [*por isto mermo pequeno eu passo uma coisa pra alisar*], para autoafirmar-se não negra e não homem, pois, conforme o imaginário patriarcal brasileiro, os cabelos das mulheres são lisos e compridos.

Esta pesquisa parte do princípio de que as narrativas discursivas surgiram da autoimagem, a qual denominamos quem sou eu? No entanto, sabe-se que é nas relações pessoais que as identidades ganham a vida, concretizam-se. Neste sentido, o espelho é o outro e, no entrelaçar dos corpos, das experiências, das vivências afetivas e sexuais, as identidades são afirmadas e (re)construídas e até mesmo negadas.

3.2. QUEM SOU EU NO ENTRELAÇAR DOS CORPOS

No entrelaçar dos corpos, as vidas também se entrelaçam. Sendo assim, a “relação com o outro regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito como o sentido” (Eni ORLANDI, 2008, p.45). É no emaranhado dos corpos e das relações sexuais, sociais e afetivas que descobrimos quem somos. Para Hall, (2006), é a multiplicidade que nos constitui, neste enquadramento. Logo “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro

⁷⁸ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 17

social” (GUATTARI, 2000, p. 31). Quanto a isto Clarice Lispector expressa “Era o meu sonho ter várias vidas. Numa eu seria só mãe, em outra vida eu só escreveria, em outra eu só amava (Clarice Lispector in apud BORELLI, 1981, p. 19).

Neste sentido, o desejo de Clarice Lispector, apresentado na epígrafe supracitada, significa que o sonho de ter várias vidas para viver suas subjetividades não se limita apenas às mulheres em liberdade e, até mesmo, às elitizadas. Este sonho também é partilhado pelas mulheres em situação de privação de liberdade no conjunto penal de Jequié.

No tópico “3.2” Quem sou eu no entrelaçar dos corpos⁷⁹, as mulheres responderam a segunda questão da entrevista – *Com todas as grades que nos cercam, sejam elas, de ferro ou imaginárias, falar de amor e sexo pode ser triste e ao mesmo tempo pode ser alegre, conte-nos sobre sua vida sexual e amorosa a partir do encarceramento?*

A primeira narrativa sobre as relações afetivas/sexuais, a partir do encarceramento, sugere o quanto é complexo a análise discursiva quanto às negações e afirmações de “identidades”. Nota-se tal afirmativa na primeira entrevista:

[...], a partir daí [.....] a única pessoa eu gosto mesmo que eu tenho vontade de ficar de novo no momento ele e ele não se encontra aqui[.....]. Ele se encontra na rua eu não tenho o contato dele, ele tipo assim desde os 12 anos que eu comecei a ficar com ele, daí pra lá eu não consegui gostar de mais ninguém apesar que eu já saí com outras pessoas e tudo, mas não consigo sentir por ninguém o que eu sinto por ele e aí eu tipo assim quando você começa a gostar de uma pessoa não tem como você ficar com outra e você sentir o mesmo prazer que você sentiu por ela, não tem como então ali. Nem todo mundo te faz é, te faz você sentir assim é, um prazer, aquele prazer de você ficar ali se identificar com a pessoa, um corpo com o outro, então não é mesma coisa pra mim, se fosse pra mim tipo assim ter mais afinidades, eu não consigo tipo assim é como que eu posso falar eu não consigo, eu não consigo tipo assim (**Freirinha**, 22 anos em privação de liberdade há mais de 1 ano no CPJ).

No enunciado [*a única pessoa eu gosto mesmo que eu tenho vontade de ficar de novo no momento ele, e ele não se encontra aqui*], a colaboradora Freirinha sugere, inicialmente, que a prisão seria o motivo da não vivência do referido relacionamento. Contudo, o conjunto discursivo revela que as grades da prisão não são as responsáveis pela separação dos corpos dos amantes. O conjunto discursivo indica uma dificuldade no “ato de amar” anterior à prisão.

O enunciado [*daí pra lá eu não consegui gostar de mais ninguém apesar que eu já saí com outras pessoas e tudo, mas não consigo sentir por ninguém o que eu sinto por ele*], demonstra uma impossibilidade da colaboradora de se relacionar, afetivamente, com outras pessoas, ou seja, uma solidão afetiva, em decorrência de sua experiência amorosa anterior. Segundo Maria FREITAS (2014, p. 43), “a mulher negra enfrenta a solidão afetiva independente do extrato

⁷⁹ Em negrito com objetivo de realçar o substituto

social. Não se trata de uma exceção, é a regra, um sintoma histórico que indica um comportamento real”. Ora, as mulheres negras não têm, em sua grande maioria, a experiência do amor e a estrutura escravocrata e patriarcal parecem que não existiram, permeando a sociedade na contemporaneidade, punindo, sem dúvida, de formas mais diversas e muito mais cruel, os corações das mulheres negras.

Ainda neste enquadramento, Aparecida PINTO (2004) apresenta a tese⁸⁰ sobre os graves problemas que mulheres negras têm enfrentado a partir da diáspora Africana em suas vidas ao serem vistas somente como objetos sexuais. Com isso, assim como a colaboradora *Freirinha*, as mulheres negras sofreram e sofrem com o abandono e, até mesmo, por terem realizado abortos de filhos não assumidos. A autora afirma que a ausência, ou a falta de divulgação de estudos históricos, sociológicos, psicológicos e antropológicos que tratem sistematicamente da sexualidade da mulher negra no Brasil tem silenciado muitas outras questões e uma delas é a exploração sexual de mulheres negras, desde a diáspora.

No enunciado [*desde os 12 anos que eu comecei a ficar com ele, daí pra lá eu não consegui gostar de mais ninguém*], a colaboradora sugere que, ainda criança, relacionou-se com [ele] um homem, o qual, segundo ela, era mais velho e de cor branca, [*e ele tinha 22 na época e eu 12, ele é da cor branco*]. Para Bell Hooks (2000), os corpos das mulheres negras são representados, no período escravista e pós-escravista, como “só corpo, sem mente”, ou seja, aqueles corpos sem sentimentos, apenas prontos para serem violados sexualmente. Tais pensamentos na opinião de bell hooks é:

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (bell HOOKS, 2000, p. 469).

Em vista disso, falar sobre a sexualidade, amor e situação de privação de liberdade para as mulheres negras pode revelar um sistema de opressões estabelecido historicamente.

[...]é aí a palavra, então eu vou falar mesmo tipo eu não consigo gozar igual com outra pessoa igual eu só gozei com ele entendeu? Mais é tipo assim outras pessoas me pedem pra eu fazer outras coisas, eu não consigo se fosse pra fazer nele com ele eu nem pensaria duas vezes pra fazer igual eu penso noutras outras pessoas eu tipo assim eu dei uma vez só o meu ânus. Agora pra outras pessoas eu não consigo, agora pra ele, se fosse pra ele eu daria sim quantas vezes precisasse eu dava, daria quantas vezes, quantas vezes eu precisasse fazer sexo oral eu fazia e tudo isso né pró? (**Freirinha**, em privação de liberdade há mais de 1 ano no CPJ).

⁸⁰ PINTO, E. A. Sexualidade na Identidade da Mulher Negra a partir da Diáspora Africana: O Caso do Brasil, *Tese de doutoramento*, PUC/SP, 2004

Os enunciados da colaboradora *Freirinha*, dentre tantos outros fatores, expressam o poder do outro [ser amado] sobre seu corpo [*eu tipo assim eu dei uma vez só o meu anus, agora pra outras pessoas eu não consigo*]. Em seu discurso: ele [o ser amado] foi o único que lhe deu prazer [*só gozei com ele entendeu?*], nota-se que as escolhas amorosas não são as mesmas escolhas sexuais e ambas demonstram duas faces: a primeira é uma mulher que tem o poder de escolhas (sexual), ou seja, como seu corpo é penetrado, é tocado [*outras pessoas me pedem pra eu fazer outras coisas, eu não consigo*]; a outra é a mulher que transfere o poder de escolha (afetiva), ou seja, o outro exerce seus desejos e a penetra como deseja [*eu daria sim quantas vezes precisasse*]. Para Costa, (1998) esta realização/felicidade/gozo baseia-se na ideia de que:

As exigências da felicidade romântica, vistas de perto, são tão ou mais despóticas do que a maioria dos ideais de autoperfeição que o ocidente inventou. Nem os ideais de bravura, coragem, santidade, virgindade espiritual, castidade corpórea, quietismo, apatia ou outros ousaram pedir tanto de seus crentes, fiéis discípulos ou praticantes. A Razão, a Sabedoria, Deus, a Dama, a História, a Democracia souberam ser mais clementes com a fragilidade de que somos feitos (COSTA, 1998, p. 98).

Como visto, a exigência da felicidade romântica de *Freirinha* não se assemelha às exigências sexuais da mesma. A partir desta dialética, parecem ressurgir duas concepções de mulher: uma “controlada” pelas questões afetivas – esta exigência da felicidade romântica inventada pelo ocidente; outra que “controla” as questões sexuais, aquela que conduz o prazer sexual, de certa forma, gozando de uma liberdade imposta, dentre outros fatores, pela contemporaneidade. Neste sentido, pode-se dizer que coexistem duas mulheres em uma? Na sequência dos demais enunciados analisar-se-á tal questão.

O uso constante do termo [*pessoa*] em alguns enunciados suscita um questionamento⁸¹ sobre as relações homoafetivas. A colaboradora *Freirinha* confirmou que já se relacionou com mulheres, mas atualmente estava relacionando-se com uma pessoa no módulo masculino e esta pessoa fora escolhida por ela.

Na utilização vocabular e na liberdade sexual expressada por *Freirinha*, verifica-se, de certa forma, na prática, o domínio sobre seu corpo, o que, para Lucila SCAVONE (2010), só foi possível através da contemporaneidade e do pensamento feminista proclamado neste período: a ideia do pertencimento do seu próprio corpo.

[...] é tática de resistência – ... [...] Muito mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu próprio corpo, estava em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente, celebrado no matrimônio ou na união consentida (Lucila SCAVONE, 2010, p.49).

⁸¹ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 16

Como suscitado por Lucila SCAVONE (2010), e visto em alguns enunciados proferidos pela *Freirinha*, não se trata apenas de uma máxima de um pensamento feminista contemporâneo. A ideia de o nosso corpo nos pertencer é uma realidade vivenciada por ela no conjunto penal de Jequié. A liberdade sexual pontuada nos enunciados reconfigura as “grades” do sistema penitenciário misto, visto que são abertas para algumas mulheres, cujos discursos estão permeados por esta nova mulher, inaugurada nos anos 1960.

Contudo, esta nova mulher está atravessada por vários marcadores, os quais são observados na seguinte narrativa:

Ai estamos separados, a família dele é contra e sempre foi, eu acho que é por que eu sou da cor negra e minha família ser do terreiro e ele de uma cor branca, a família dele já não quis, eu acho por eu ser negra, só que na verdade, ele já se envolveu com outras mulheres, mas eu tenho certeza que de mim ele nunca não vai esquecer, não porque todas as pessoas que ele fica, ele não consegue fica. Já tipo assim, já fiquei longe e ele já foi atrás de mim, várias vezes de deixar as pessoas, que a família dele escolhe pra ele ficar e ele deixa aquelas pessoas e ir atrás de mim porque na verdade eu acho que pra o amor não existe cor, não, existe religião não existe beleza, então é quando a pessoa ama assim de verdade, isso aí vem do fundo do coração e não pelas aparências da pessoa (**Freirinha**, em privação de liberdade há mais de 1 ano no CPJ).

As várias fronteiras entrelaçam-se e o caminho da colaboradora *Freirinha*, em a busca da vivência amorosa parece distanciar-se e agigantar-se diante delas. A família é citada como um marcador de oposição e de obstáculo, por vários motivos, dentre eles, o racismo apresentado no enunciado [*a família dele é contra e sempre foi, eu acho que é por que eu sou da cor negra*]. Observa-se que ela enfatiza o termo [*cor*] em dois momentos: quando se refere à sua [*eu sou da cor negra*] e quando faz menção a ele [*ele de uma cor branca*]. Tais registros marcam a sua autoimagem e a imagem que ela tem do outro, ou seja, ela é atravessada pelos discursos discriminatórios, recorrentes nas diversas camadas sociais. Para Iolanda OLIVEIRA (2006), “discriminação racial no Brasil repercute-nos diferentes setores sociais, como consequência, entre outros fatores, do ideal de branqueamento, que se orienta pela falsa hierarquia entre as denominadas raças humanas” (Iolanda OLIVEIRA, 2006, p. 9).

Esta orientação referente à hierarquia entre as raças é observada no jogo de oposições enunciado por ela [*cor negra x cor branca*]. No entrelaçar dos corpos, este jogo opositor acaba afastando os amantes, que são atravessados pelos discursos, não apenas raciais, mas étnico e social. Portanto, não se trata apenas de uma questão meramente racial, ao citar que sua família é de outra religião [*família ser do terreiro*]. A afirmativa da *Freirinha* denota que as religiões de matrizes africanas, para a família do seu amado, denota ser algo negativo. Em decorrência dessa negatividade, percebe-se que “das origens até hoje, a trajetória da religião afro-brasileira esteve totalmente vinculada à trajetória do povo negro neste país, sendo o contraponto

resistência/repressão o fio que permeia ambas as trajetórias” (Martha QUEIROZ, 1999, p. 43). Sendo assim, a oposição da família não é apenas uma oposição racial, mas uma oposição étnica.

Neste jogo de oposições, a forma como ela é vista e a forma que ela se vê, pode-se dizer que as identidades são convenções sociais e promovem ambivalências, pois ao passo que liberta, também oprime, ou seja, alimentam a ilusão de pertencimento e a também a ilusão do não pertencimento. No caso da *Freirinha*, todo esse processo de afirmação e negação identitária são motivados pela religião, pela classe, pela raça e pela etnia.

Nota-se nos enunciados da *Freirinha* que as experiências afetivas e sexuais nem sempre cruzam-se com suas representações identitárias. Ao falar de amor, refere-se ao passado e a todas as fronteiras existentes para poder vivê-lo, afirmando ser uma mulher que faz tudo por amor, ao passo que se transporta para outro mundo, quando se refere às relações sexuais atuais no Conjunto Penal, ou seja, sexo dissociado do prazer, da autossatisfação [*gozo*] e da felicidade [*agora pra outras pessoas eu não consigo*].

Além disso, percebe-se, no discurso de *Freirinha*, que, entre os módulos prisionais, as mulheres apenas circulam livremente nas relações afetivas/sexuais e por que não comerciais?

Já que nos enunciados a seguir, da Colaboradora *Rendeira*, que amor é verbo intransitivo para algumas mulheres internas do CPJ:

É tenho dois filho, aqui nesse lugar o coração aperta com saudade dos filhos sem poder ver, sem visita, abandonada pelo esposo e ao passar do tempo eu conheci, Deus botou uma pessoa no meu caminho que graças a Deus é quem tá me ajudando. Todo sábado eu vou ver ele, fico contando os dias e os minuto pra poder ir ver ele, foi uma pessoa que me botou pra cima não me deixou pra baixo apesar do lugar e tô sempre com ele no que der e vier porque nunca, ele foi uma pessoa que não me abandonou, me ficar comigo no momento que eu mais precisei, ao contrário de lá fora, que a gente tinha muitos amigos e abandona né, mais aqui é a onde a gente vê que é o nosso verdadeiro amigo, né ? que é só pai e mãe e filho porque é marido lá de fora sempre abandona é contado os que vêm ver as esposa aqui dentro porque no momento que se for um homem que tiver aqui dentro, a mulher vem se rebaixa passar por muitas humilhação pra poder vim vê-lo, mais ao contrário eles não vem. Então, é onde a gente fica frágil de cabeça baixa, se botando pra baixo, sempre Deus bota alguém pra poder botar a gente pra cima num lugar desse, né? (*Rendeira*, 35 anos e 2 anos no CPJ).

Observa-se que a colaboradora utilizou o vocábulo [*abandono*] algumas vezes. No livro “As Prisoneiras”, de Dráuzio Varella, o autor afirma:

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira. Enquanto estiver preso, o homem contará com a visita de uma mulher, seja a mãe, esposa, namorada, prima ou a vizinha, esteja ele num presídio de São Paulo ou a centenas de quilômetros. A mulher é esquecida (VARELLA, 2017, p.38).

O abandono prisional, segundo a afirmativa do autor, está relacionado, dentre outros fatores, às questões “normativas de gênero”. Nesse sentido, o sistema penitenciário é reprodutor do discurso social que:

[...] cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não parecem ser papéis compatíveis ao gênero feminino, pois a cristalização de discursos e representações acerca da passividade, delicadeza, modelos de virtude e dos bons costumes, foram muito recorrentes ao longo da história, no que tange à identidade atribuída às mulheres (Mary Del PRIORI, 2011, p. 192)

Neste enquadramento, mulheres que chegam ao sistema prisional são vistas como desviante ao padrão social. Em detrimento disso são abandonadas pelos amigos e pelos familiares, como observado na citação da *Rendeira* [*sem visita, abandonada pelo esposo*]. Enquanto mulheres são esquecidas, por fugirem à “normativa”, os homens são lembrados/visitados, mesmo nas situações mais degradantes. Constata-se isso na afirmativa [*porque no momento que se for um homem que tiver aqui dentro a mulher vem, se rebaixa passar por muitas humilhação pra poder vim vê-lo*]. Sendo assim, mesmo passando por situações constrangedoras e, muitas vezes, dormindo ao ar livre⁸², para não perder o horário de entrada no Conjunto Penal, sejam elas mães, irmãs, filhas ou esposas, não abandonam seus “homens” durante a privação de liberdade, sequer se importam com o crime cometido.

Segundo dados⁸³ fornecidos pelo Conjunto Penal de Jequié, o abandono marital não é um caso isolado. Constata-se que 100% das mulheres apenadas não recebem visitas de seus namorados, companheiros ou esposos. Atormentada pela solidão, não apenas sexual, a *Rendeira* é levada, pelo sistema/situação, a relacionar-se com outro interno, para sobrevivência econômica/social [*é quem tá me ajudando, todo sábado eu vou ver ele*]. Ao ser questionada sobre como eles se conheceram, a colaboradora afirmou ter sido por indicação de alguém. O sistema prisional não foge à regra social, contudo o isolamento acentua ou diminui determinados valores. Considera-se, também, que vários fatores relativos ao sistema têm um custo, baseado no sistema de valores estabelecido por eles. Dessa maneira, o valor máximo é a sobrevivência física.

Para *Rendeira*, a necessidade em relacionar-se com outra pessoa vai além das relações afetivas/sexuais, constitui-se uma relação econômica e de sobrevivência física. Uma vez que o sistema prisional de Jequié apresenta uma lógica hierárquica social baseada em duas facções criminosas, a *Rendeira* não pode ignorar algumas determinações sociais simples.

⁸² ANEXO IV –Foto de Mulheres e crianças dormindo ao ar livre esperando o dia da visita (sexta-feira)

⁸³ Dados fornecidos a pesquisadora no dia 27/04/2017 pela coordenação de regularização e controle/CPI

Sobre estas determinações, uma é crucial para todas as mulheres em situação de privação de liberdade. Nenhuma delas é autorizada a relacionar-se de nenhuma forma com os internos do módulo prisional SMII, pois é o módulo considerado por elas comopositor à liderança superior⁸⁴. Sendo assim, caso exista alguma ligação afetiva ou sexual com qualquer interno deste módulo prisional (SMII), a interna da UED é, obrigatoriamente, excluída ou punida pela liderança do módulo, denominada de “linha de frente”.

Neste sistema hierárquico de valores e de sobrevivência, as narrativas da colaboradora *Coruja-buraqueira* parecem diferenciar-se das narrativas da *Rendeira*, também pelas vivências anteriores à privação.

Hoje estou sozinha, a pessoa que eu me envolvi foi embora, entendeu? Depois que eu fui presa consegui descobrir o valor das pequenas coisas entendeu o valor da liberdade o valor do amor, do feto, do carinho, da dedicação, de tudo que a gente deixa na rua, os filhos, a família, entendeu as pequenas coisas que a gente perde quando a gente tá nesse lugar sabe hoje em dia eu dou valor à fé. A gente sabe que na rua é totalmente diferente, né? hoje em dia eu me considero uma pessoa sozinha, só tenho o meu filho por mim eu por ele e pronto, procuro não me envolver nesse lugar, porque isso aqui não é futuro pra ninguém, independentemente de qualquer coisa a gente sabe que indiretamente ou diretamente quando eu tenho um vínculo com um preso, a maioria são casados e quando isso acontece como a gente fica? Não que a gente se submete a certos tipos de coisa, mas acontece que é um ponto de vista que eu tenho não é isso que eu procuro pra minha vida eu quero sair, quero fazer minha faculdade que eu ia fazer a faculdade de engenharia mecânica, entendeu? E quando a gente se envolve com eles indiretamente a gente está se envolvendo com o crime, então a mulher, colocar 99% das mulheres que caem na cadeia, são fazendo favor pro namorado, pro marido, companheiro entendeu? Por amar demais, vamos colocar assim, faz um favor e acaba se submetendo a viver nessa vida que não é futuro, não é futuro pra ninguém, então eu não quero isso pra mim, ter um namorado um marido traficante, criminoso, por mais que tem gente que isso seja status, que isso é poder, a minha visão não é essa, então não é isso eu quero pra mim, por isso que eu prefiro ficar no meu canto entendeu? E evitar certos tipos de situações (*Coruja-buraqueira*, 29 anos, 5 anos no CPJ).

As primeiras narrativas da *Coruja-buraqueira* sugerem que as experiências afetivas e sexuais, dentro e fora do sistema, levaram-na ao um sentimento de solidão e fraqueza [*hoje em dia eu me considero uma pessoa sozinha*]. As tentativas frustradas em relacionar-se com outro estão relacionadas à sua autoidentificação étnica. Quando questionada⁸⁵ quanto ao motivo pelo qual ela se considera uma pessoa sozinha, ela respondeu:

Não me considero solitária porque estou rodeada de diversas pessoas. Já recebi convites para ficar, como também já recusei alguns. Eu já me relacionei com muitos homens nesses quase 7 anos de cadeia. A questão específica de hoje me manter solteira é que nesse momento meu maior objetivo é lutar pela minha liberdade e recomeçar minha vida ao lado do meu filho (*Coruja-buraqueira*, 29 anos, 5 anos no CPJ).

⁸⁴ O Conjunto Penal é dominado por duas facções e o módulo feminino é comandado por um dos líderes destas facções, chamado por elas e por todos como “o homem”. Ver no Apêndice 5

⁸⁵ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 22

Observa-se que ela faz a seguinte divisão: solidão amorosa e solidão social, porém é enfática ao falar sobre a busca pela liberdade, a qual é traçada por ela como uma jornada trilhada pelos solitários. Quanto a este aspecto, questiona-se se esta busca solitária não está ligada à história sobre a exploração material e sexual das mulheres indígenas brasileiras?

Ao debruçar-se sobre a história dos sistemas de exploração indígena no Brasil, João Lúcio Azevedo (1901) faz um recorte de um período que ilustra um tipo de exploração e os seus respectivos exploradores:

Trabalhavam para o sustento próprio e manutenção das aldeias; trabalhavam para os missionários; trabalhavam para o Estado e trabalhavam para os particulares, a quem se repartia. Assim, nas aldeias era disfarçada a mais dura escravidão com o título de falsa liberdade, já que não eram legalmente reconhecidos como escravos (AZEVEDO, 1901, p. 79).

Para as mulheres indígenas, soma-se tantas outras explorações, apoiadas e sustentadas pelo Estado e pela religião. Observa-se, no conjunto discursivo [*Depois que eu fui presa consegui descobrir o valor das pequenas coisas entendeu o valor da liberdade o valor do amor, do feto, do carinho, da dedicação, de tudo que a gente deixa na rua, os filhos, a família, entendeu as pequenas coisas que a gente perde quando a gente tá nesse lugar sabe hoje em dia eu dou valor à fé*], que, tanto o Estado (sistema penal) quanto a religião, até hoje desenvolvem seus papéis dentro do sistema social de construções identitárias, com propósitos específicos de domesticação dos corpos femininos.

A colaboradora tenta fugir a esta “domesticação”, ao evitar as relações afetivas e sexuais [*então não é isso eu quero pra mim, por isso que eu prefiro ficar no meu canto*], mesmo afirmando que as relações afetivas e sexuais empoderam-na, de alguma forma [*por mais que tem gente que isso seja status*]. A fala da colaboradora contesta um valor partilhado com a sociedade patriarcal, tanto entre as grades como fora dela, quanto ao fato de a mulher precisar ter um bom protetor que lhe ofereça um status, ou seja, quanto mais poderoso for o seu parceiro, mais poderosa será a mulher. Tal assertiva gera a seguinte classificação: uma mulher sem o protetor é igual a nada, uma mulher com um protetor sem poder é igual a quase nada, uma mulher com um protetor poderoso é igual à poderosa. Ao recusar-se a relacionar-se com os demais internos, ela contesta esta classificação patriarcal. Porém, quando questionada⁸⁶ sobre poder no módulo feminino, ela afirma:

Não existe poder no módulo feminino. O que existe é uma linha de frente, segunda voz e seus apoios (pessoas de confiança) chamamos de bonde. Nós estamos aqui para manter a paz, igualdade e progresso de todas as internas, pois não estamos em um

⁸⁶ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 22

campo de guerra. É obvio que existe a disputa entre diferentes facções e isso nunca vai mudar é como uma maldita hierarquia em todos os lugares do mundo onde poder e ambição está acima de qualquer valor e princípios. Quando eu disse ‘não é isso que quero para mim é em relação a vida do crime que não tem nada para oferecer apenas “ilusão passageira” Todas estamos sujeitos a cometer erros e sequentemente pagar por isso. Infelizmente devido ao preconceito, a falta de emprego e oportunidade que não é dada a ex-presidiárias e pessoas de baixa renda conhecemos o ditado que fala, “A ocasião faz o ladrão” (*Coruja-buraqueira*, 29 anos, 5 anos no CPJ).

O conjunto discursivo da colaboradora expressa que, mesmo no organograma hierárquico das facções, o modelo da sociedade patriarcal é seguido rigorosamente, levando-a a declarar que [*Não existe poder no módulo feminino*], pois a figura do líder, curiosamente denominado “o homem”, reside fora dele, mas presente nele, nas representações da “linha de frente”. Já que é tão evidente também, dentro deste contexto prisional, o poder do “homem”, a pesquisadora questionou a colaboradora Coruja-buraqueira, quais as formas de sobrevivências, já que ela não dispunha de um protetor⁸⁷? Sendo assim, ela respondeu, simplesmente, que trabalhava, como segunda voz⁸⁸ no pátio. Observa-se nas afirmativas e no silêncio da *Coruja-buraqueira* que o status de segunda voz a conduz a um sentimento de liberdade e não parece ser partilhado pela maioria das colaboradoras entrevistadas. No entendimento de Simone de Beauvoir (1960), este sentimento de liberdade só foi-lhe assegurado pelo trabalho (Simone BEAUVOIR, 1960, p.47). Mesmo em uma situação de privação de liberdade, o poder econômico advindo do trabalho, seja ele qual for, emancipa, de certa forma, as mulheres nos sistemas hierárquicos dentro e fora do contexto prisional.

A colaboradora também apresenta as relações afetivas como uma fragilidade feminina, pois as conduzem à vida criminoso [*Por amar demais, vamos colocar assim, faz um favor e acaba se submetendo a viver nessa vida que não é futuro, não é futuro pra ninguém*]. Neste sentido, para a colaboradora, as relações afetivas e sexuais são os principais motivos do encarceramento feminino.

As narrativas a seguir parecem corroborar com as afirmativas da colaboradora Coruja-buraqueira, uma vez que a colaboradora Saíra-militar reforça a crença de que as relações afetivas são determinantes para a inserção da mulher no sistema prisional:

A minha relação com ele mudou muito depois eu fui presa, né !! fui presa com ele, então me sinto amada por ele quando a gente se encontra, o amor supera tudo que a gente passou, e eu acho que mudou várias coisas sim na vida afetiva. Eu acho minha relação muito boa, com todo mundo que a gente convive junto e eu conheci novas pessoas, várias amigas, né? Aqui a gente fez novas amizades e eu gosto muito delas. A vida daqui pra frente vai mudar e o amor que a gente sente né? um pelo outro eu acho que vale a pena, né? a gente amar. É a gente já tem dois anos juntos, assim a

⁸⁷ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva. Questão 19

⁸⁸ Ver apêndice 5

gente supera muita coisa juntos, ele é moreno, é da cor, eu tenho 19 anos e ele tem 20 a gente nunca, assim briga, né? A gente gosta muito mais de ficar se amando porque se a gente perder tempo, né? (**Saíra-militar**, 19 anos, 5 meses no CPJ).

Entende-se que, no enunciado [*fui presa com ele, então me sinto amada por ele quando a gente se encontra, o amor supera tudo que a gente passou, e eu acho que mudou várias coisas sim na vida afetiva*], a tese da *Coruja-buraqueira* também ratifica a ideia de uma “história compartilhada”, uma cumplicidade, não apenas no campo da intimidade, mas, sobretudo, no campo da construção da identidade:

O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a autoidentidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro (GIDDENS, 1993, p. 56).

Esta ideia de compartilhamento de sentença, relacionada ao compartilhamento de sentimentos e tendo como resultado a completude, é vista no discurso [*um pelo outro eu acho que vale a pena, né? a gente amar. E a gente já tem dois anos juntos, assim a gente supera muita coisa junto*]. O eu e o ele tornam-se [*a gente*] pelos caminhos do amor.

Observa-se também que, mesmo há cinco meses no Conjunto Penal, os vocábulos apresentados na narrativa da colaboradora *Saíra-militar* denotam que o sistema prisional não afetou negativamente as relações sociais, mesmo em uma situação diversa. Ela declara que o sistema promoveu novas amizades [*Aqui a gente fez novas amizades e eu gosto muito delas*]. Quando questionada sobre quais foram as suas dificuldades⁸⁹ ao chegar ao conjunto penal, a colaboradora referiu-se apenas à liberdade sexual entre ela e seu esposo.

A gente vai para o pátio masculino e lá não tem uma cela reservada pra a gente ter o encontro íntimo. É nos encontros às vezes a gente fica sem, sem reação, né? porque às vezes a gente tira com outra pessoa a gente fica com outra pessoa e às vezes a gente fica sem jeito, né? a gente não tem como se expressar muito na relação, a gente não tem como fazer as coisas na liberdade, né? que a gente tem e às vezes o homem, né? é mais difícil a ereção deles pelo fato de ter outra pessoa do lado aí fica mais difícil, fica mais difícil a gente ter relação, a gente não pode se expressar muito na hora do prazer então às vezes quando a gente fica sozinho a gente aproveita pra fazer o que a gente não faz quando a gente tá junto com outras pessoas. Aí às vezes é a pessoa quando fica junto mesmo não tem aquela intimidade, aquela liberdade de ficar de andar, de tomar banho juntos essas coisas a gente tem que se privar mais no caso quando a gente fica com pessoas juntas, então eu gosto muito quando a gente fica sozinho porque a gente fica numa liberdade melhor a gente toma banho junto a gente deita, a gente conversa mais e isso é muito bom o encontro que a gente fica, mas a gente supera né, o amor supera tudo. (**Saíra-militar**, 19 anos, 5 meses no CPJ)

A colaboradora expressa um problema pouco mencionado pelas mulheres apenas: a falta de ereção masculina, em virtude do ambiente conjugado e restritivo. [*Que a gente tem e às vezes*

⁸⁹ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva - questão 14

o homem, né? é mais difícil a ereção deles pelo fato de ter outra pessoa do lado aí fica mais difícil, fica mais difícil a gente ter relação]. A ereção é algo que perturba a intimidade da colaboradora, no entanto ela expõe que é algo a ser superado pelo amor. [*Mas a gente supera né, o amor supera tudo*]. Nesse sentido, a ideia sexo é suprimida pelo ideal do amor. Nesse contexto prisional e amoroso, a colaboradora parece despir-se do seu Eu em detrimento do amor do outro. Para Costa (1999):

Sem a força dos meios tradicionais de doação de identidade – família, religião, pertencimento político, pertencimento nacional, segurança de trabalho, apreço pela intimidade, regras mais estritas de pudor moral, preconceitos sexuais, códigos mais rígidos de satisfação sensual, etc. – restou aos indivíduos a identidade amorosa, derradeiro abrigo num mundo pobre em Ideais do Eu (COSTA, 1999, p.20)

Nesta perspectiva, dentre tantas outras questões apresentadas pelo discurso da colaboradora, um é enfatizado por ela: o discurso do amor romântico permeia todos os enunciados. Para alguns estudiosos, a ideia do amor romântico nasceu da família burguesa, seguindo os ideais judaicos/cristão e não estabelecem as mesmas representações para homens. Acredita-se também que o amor romântico foi alimentado pela sociedade industrial para manter o doméstico consumo. Seguindo esta linha de pensamento, Giddens (1993) acredita que o amor romântico seria uma invenção dos homens, para influenciar as mulheres com utopias referentes à possibilidade de vínculos emocionais duráveis. Além disso, “estava claramente associada à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (GIDDENS, 1993, p. 54).

Desse modo, o discurso do amor romântico tem seus ideais propagados pela sociedade patriarcal e incorporados por várias classes sociais e grupos étnicos distintos, porém alguns estudos conjecturam que as etnias de origem europeias incorporou esta ideologia de forma mais intensa e isto foi observado nas narrativas da Saíra-militar.

Outra inferência dessa incorporação ideológica sobre o amor romântico, apesar de diferenciar-se do citado pela colaboradora Saíra-militar é encontrado nos enunciados da quinta colaboradora a Saíra-galega a qual se identifica também de origem europeia:

Estou aqui a mais de 6 anos, eu estou 5 anos com um pessoa, ela está no módulo masculino, eu amo, mais a gente vai e volta, este rolo já dura esse tempo. Eu faria qualquer coisa, eu faria tudo por amor, eu daria minha vida. Se falar qual é a pior coisa para mim aqui é ficar longe dos meus familiares, para mim família é tudo, perco a cabeça quando alguém ameaça um deles. Eu não preferência sobre um tipo de homens, negro, branco, eu mesma transaria com um negão, como diz o povo, não tenho problema com isto. As meninas sempre falam que não querem transar com homens banguelos, que não tomam banho, mais a questão mesmo é que a maioria não querem homens sem dinheiro [risos] (Saíra-galega, 38 anos e 7 anos no CPJ).

O enunciado [*eu faria tudo por amor, eu daria minha vida*] sugere que a mesma acredita em um amor nos parâmetros românticos, aquele que para ser vivido a abnegação faz-se necessária. Contudo, afirma que as “meninas” mantem a ideia do relacionamento sexual, vinculado as questões econômicas [*a maioria não querem homens sem dinheiro*].

Nota-se um pequeno paradoxo nos enunciados supracitados. Ora a colaboradora afirma viver um tipo de amor, pautado no romantismo, ora afirma presenciá-lo nas outras, como uma transação comercial.

Quando questionada⁹⁰ sobre o que é ser uma mulher poderosa no CPJ, ela respondeu: “caráter” sinalizando com um gesto a ideia de poder financeiro.

No conjunto discursivo da colaboradora Saíra-galega o conceito de família é apresentado relacionando apenas a família sanguínea, já o relacionamento amoroso-sexual vivenciado no CPJ como [*rolo*]. Ainda no que concerne a relacionamento afetivos e sexuais no CPJ, a colaboradora Saíra-galega apresenta uma fronteira ao falar sobre relacionamentos afetivos/sexuais com os demais internos:

Não tenho problema em me relacionar com ninguém, eu não me relacionaria afetivamente aqui com estuprador [expressão de nojo]. A pessoa já me proibiu de relacionar com algumas pessoas, aqui na prisão e eu obedeci. A maior dificuldade é ausência dos meus familiares, eu sempre trabalhei, aqui na prisão não é diferente eu vendo minhas lingerie, eu sobrevivo com isto. Aqui na cadeia, recebo tratamento diferenciado por ser mulher, por ser branca não, mas por ser mulher sim, já apanhei na cara por policiais, acho que se fosse um homem eles não fariam isto, por causa de um celular. As mulheres são tratadas aqui como bandidas, perigosa, ladronas, safadas etc. Na minha opinião o que torna uma mulher poderosa aqui, não e nada é o caráter dela. (Saíra-galega, 38 anos e 7 anos no CPJ).

A fronteira afetiva apresentada pela colaboradora [*eu não me relacionaria afetivamente aqui com estuprador*] representa o maior medo entre as internas no Conjunto Penal. Ter seus corpos a disposição do Estado/Presídio é um risco na narrativas das mesmas, eminente de tê-los a disposição também sexualmente.

A colaboradora Saíra-galega, diferentemente de algumas entrevistadas acredita que o fato de ser mulher é a raiz dos seus piores estigmas [*As mulheres são tratadas aqui como bandidas, perigosa, ladronas, safadas*]. Ser mulher para ela é carregar consigo uma marca social de um ser sem direitos, sem igualdades e para tanto a colaboradora referência essas desigualdades na violência policial [*já apanhei na cara por policiais*].

Outro aspecto não menos relevante é que fisicamente a colaboradora tenta apresenta-se como não feminina, e afirmou também que transita sexualmente, ou seja, é heterossexual, mas relaciona-se sexualmente com mulheres. E ainda em relação a essa situação, vale mencionar

⁹⁰ Apêndice 2 – devolutiva – questão de nº13

que as afirmativas identitárias da colaboradora *Sáira-galega* são atravessadas pelos discursos sociais sexistas e esses discursos muitas vezes podem ser alimentados pelo próprio sistema prisional, os quais fomentam as desigualdades existentes.

Nos enunciados da última colaboradora *Jandaia-de-testa-vermelha*, notar-se-á que os atravessamentos destes discursos sexistas são sofredores:

No começo teve muitos preconceitos, muitas pessoas falavam que não podia homens ficar com gay, mas hoje nós temos quatro pessoas aqui no módulo, quatro gays e eu cheguei e fui a primeira a chegar e fui bem recebida não escondi pra ninguém a minha opção sexual e sou o que sou e não escondo nada pra ninguém. Eu sou feliz com ele, ele é feliz comigo, não tenho nada pra é pra esconder por que eu sou feliz com ele, muitos aqui no módulo sabe que eu sou casada com ele e todo mundo nos apoia. Tem duas pessoas e hoje todo mundo sabe, eu durmo com ele, ele dorme na mesma cama que eu e todo mundo sabe, ninguém discrimina, mais.. (*Jandaia-de-testa-vermelha*, 3 anos, 1 e 2 meses no CPJ).

No início da narrativa, a colaboradora expressa que [*No começo teve muitos preconceitos, muitas pessoas falavam que não podia*]. Quando questionada quem eram as pessoas e o que falavam⁹¹, ela respondeu que eram os internos identificados como religiosos, ou seja, os internos evangélicos, os quais proibiam as carícias e o ato sexual praticados na presença deles.

Na fala apresentada por Kelly Cristine Barbosa Cherulli (2007), observa-se que os discursos dos internos evangélicos a respeito da sexualidade da colaboradora obedecem a um padrão rígido estabelecido pelos discursos destas religiões.

Para os protestantes evangélicos é aceitável o uso de métodos contraceptivos em relação ao planejamento familiar; são contrários ao sexo antes do casamento; condenam o adultério, o aborto e o homossexualismo (sendo considerado pecado); há liberdade quanto às variações sexuais, mas sexo anal é condenado; sobre as disfunções sexuais, são inaceitáveis pela crença religiosa problemas desse tipo. Para os protestantes pentecostais prevalecem os mesmos postulados. No entanto, aqui as variações sexuais não são admitidas, somente o sexo vaginal; a masturbação não é rotulada com pecado, mas é desaconselhada. Em relação às disfunções sexuais, a rotina é se aconselhar com o pastor que costuma encaminhar o casal (Kelly Cristine CHERULLI, 2007, p.8).

Diante das representações impostas e externadas, inicialmente pelos religiosos evangélicos, notou-se nas expressões faciais da colaboradora uma profunda tristeza e, de forma inesperada, ela citou que no início pensou até em cometer suicídio, período de adaptação prisional, mas que hoje, devido à existência de outros casais “não normativos”, ela se sente mais livre. [*mais hoje nós temos quatro pessoas aqui no módulo*]. Afirmou, ainda, que a presença deles a ajudou a silenciar os discursos discriminatórios [*todo mundo sabe, eu durmo com ele dorme na mesma cama que eu e todo mundo sabe, ninguém discrimina mais*]. A colaboradora afirmou também

⁹¹ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva - questão 20

que a mudança de módulo⁹² dos evangélicos e seu líder contribuiu também para o silenciamento dos internos que ficaram no módulo SMII.

Ao ser questionada sobre esta ruptura discriminatória⁹³ entre os evangélicos que continuaram no módulo, a colaboradora afirma:

[...]Como disse no início foi muito difícil, eu sei o que passei, de tanta tristeza pensei em morrer várias vezes. Hoje meu relacionamento com ele é um relacionamento aberto, todo mundo sabe ninguém discrimina mais, ninguém solta sotaque, não dá piadinha, todo mundo nos adora, nos abraça, apoia, todo mundo apoia o nosso relacionamento. As pessoas muitos falam assim, fala com ele [marido], o que você vê nele? como você é casado com gay? fala, não!! isto é a minha opção sexual, eu escolhi pra ficar com ele, é com ele quem eu vou ficar, Aí né? As pessoas dizem, por que você não procura uma mulher? Ele responde: porque mulher não me faz o bem, que ele faz por mim. Ele fala que se sente bem ao meu lado, ele fala muito bem e que quer ser feliz ao meu lado até o fim da vida dele, tanto aqui dentro como lá fora ele quer ficar comigo... (*Jandaia-de-testa-vermelha*, 3 anos, 1 e 2 meses no CPJ)

Os enunciados da colaboradora sugerem que, mesmo afirmando que o processo discriminatório deixou de existir, os outros internos continuaram questionando o seu marido sobre seus relacionamentos amorosos, porém a partir de outra abordagem. Observa-se que os discursos apresentados nos questionamentos [*o que você vê nele? como você é casado com gay?*] e [*por que você não procura uma mulher?*], ao abordar o esposo ao invés de indagá-lo, colocam-na como a única desviante à normativa [*o gay*].

Observa-se também que as inquirições dos outros internos, *inconscientemente*, apontam para os discursos *misóginos e patriarcais*, mesmo não aceitando a afirmativa da colaboradora *Jandaia-de-testa-vermelha* sobre seu gênero, eles são capazes de reconhecer nela as representações femininas e reproduzir, assim, alguns estigmas, dentre eles a culpabilidade da mulher.

Nos demais enunciados da colaboradora *Jandaia-de-testa-vermelha*, contata-se que os processos proibitivos existentes na sociedade são ampliados no sistema penal:

Nossa visita íntima é escondido na quarta-feira, porque nós temos os direito da gente, mas não foi liberado ainda, pra nos ter a íntima. Eu mesmo particularmente eu namoro e faço meu sexo com ele na minha Jega⁹⁴, isso aí escondido na quarta-feira, mas já foi liberado e todo mundo do SEMI II, o SEMI que tem mulher é liberado, mulher com mulher e como mulher então, eu podia ser liberada. Eu podia ser liberada pra fazer o sexo igual a um casal e a gente ainda não tem essa privacidade, como é que assim pelo menos numa quarta-feira devia todo mundo sair da cela e ficar só o casal, porque tem seis casal de gays no módulo ai fazemos tudo pela escondida, porque não pode ficar sabendo, porque não foi liberada ainda, quando liberar a gente vai eu

⁹² Em abril do corrente ano após uma rebelião interna no módulo SMII os evangélicos foram transferidos para o módulo prisional SMI, restando apenas no SMII os internos não evangélicos.

⁹³ Apêndice 2- roteiro de entrevista 2 – fase 2 –devolutiva - questão 21

⁹⁴ Jega é um termo utilizado pelos internos para designar a palavra a cama feita de bloco existente nos módulos prisionais, já que a jega (animal) é para todas as atividades.

particularmente eu vou cobrar isso, que a gente a gente tem o mesmo direito que um homem e uma mulher (**Jandaia-de-testa-vermelha**, 3 anos, 1 e 2 meses no CPJ)

Segundo os enunciados da colaboradora, as relações sexuais são possíveis [*aí escondido na quarta-feira, mas já foi liberado e todo mundo do SEMI II*], porém não são reconhecidas pelos colegas de cela [*Eu podia ser liberada pra fazer o sexo igual a um casal e a gente ainda não tem essa privacidade*] e pelo sistema/CPJ [*mas já foi liberado e todo mundo do SEMI II, o SEMI que tem mulher é liberado*]. Segundo ela, estas restrições entre os internos limitam-se às mulheres transexuais, já que os homens transexuais tinham o direito concedido pelas demais internas e podiam manter convivência conjugal em sua cela. Nota-se que os estigmas femininos constituem-se a partir dos elementos simbólicos. Mesmo fixados em módulos femininos, os homens transexuais recebem menos proibições que as mulheres transexuais fixadas em módulos masculinos.

As proibições da instituição, caracterizadas pelo poder estatal em punir os corpos “desviantes” nos módulos masculinos, e as proibições dos outros internos destes módulos, caracterizadas pelo poder dos discursos proibitivos religiosos, tornaram a vivência amorosa e sexual da colaboradora elementos simbólicos de repressões constituídas com a finalidade de moldar as identidades.

Portanto, não apenas a colaboradora Jandaia-testa-vermelha que no entrelaçar dos corpos, afirma e (re)constrói suas identidades atravessamento das diferenças. Além disso, entre os muros e as grades, esconderijos e perigos, as mulheres e suas múltiplas vozes contestam e são contestadas nos espelhos de si e do outro, a estarem sempre inseridas nesse processo de contestação e construção de suas subjetividades.

PALAVRAS FINAIS

O que é um espelho? É o único material inventado que é natural. Quem olha um espelho conseguindo ao mesmo tempo isenção de si mesmo, quem consegue vê-lo sem se ver, quem entende que a sua profundidade é ele ser vazio, quem caminha para dentro de seu espaço transparente sem deixar nele o vestígio da própria imagem - então percebeu o seu mistério (Clarice LISPECTOR, 1999, p.35).

O espelho neste trabalho dissertativo é compreendido como o constructo final que reflete não apenas dois anos de pesquisa, mas toda imagem distorcida ou não de uma vida acadêmica. A referência titular “palavras finais” não simboliza o término da pesquisa, apenas foi evocada para dizer ao leitor que finaliza-se a escrita dissertativa e que a questão levantada no preâmbulo da pesquisa foi respondida.

Entre certezas e incertezas a pesquisa foi iniciada em março de 2016 e logo nas primeiras orientações acadêmicas a pesquisadora foi provocada a responder inicialmente as seguintes questões: seu trabalho é sobre o que? O que você quer pesquisar? Evidentemente a única certeza apresentou-se de imediato, mesmo ainda tateando entre as palavras respondeu que seu trabalho de pesquisa era sobre mulheres, mas não uma mulher qualquer.

Neste viés, a pesquisadora conjecturou pesquisar múltiplas mulheres analisando-as em suas especificidades, dentro de um sonoridade desejada por ela. Assim sendo, na introdução desta dissertação, já apresenta que é possível a ruptura de algumas normas e, em especial, aquelas que omitem a história das mulheres.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais quebrei, foi uma tentativa subversiva da pesquisadora no intuito desviar-se de alguns paradigmas acadêmicos. O cientificismo foi outro paradigma que sofreu ruptura, quando a pesquisadora ao analisar *mulheres em situação de privação de liberdade*, desvinculou-se da criminologia. Em vista disso, também que este trabalho pontua-se como inédito na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

As respostas para o questionamento central da pesquisa foram surpreendentes. Pesquisar como *as relações afetivas e sexuais atuam na (re)construção, negações ou afirmação das identidades, destas mulheres apenas no conjunto penal de Jequié*, revelaram entre tantas outras coisas que as relações humanas são permeadas de sentimentos e subjetividades.

Em decorrência da inserção da pesquisadora no *lócus* de pesquisa como professora e em estar em contato com as colaboradoras entrevistadas, permitiu identificar como elas se veem e também perceber como as mesmas lidam com o “outro(a)” dentro de um sistema punitivo.

Tendo consciência da complexidade da temática, buscou-se como norteador discursivo/textual, dois tópicos fundamentais para compreendê-las e fazê-las compreensíveis: Quem sou eu? e quem sou eu no entrelaçar dos corpos?

No tópico “Quem sou eu?”, observou-se que para além da questão de raça, sexo, cor ou etnia, circunstâncias especiais, tais como a situação econômica e de privação de liberdade, constituem elementos materiais os quais atravessam suas identidades.

Ao ouvi-las percebeu-se que os discursos suscitam um sentimento quase que coletivo de recolhimento de direito. Não qualquer direito, talvez o mais simples deles, que o direito humano. A luta identitária pelo reconhecimento enquanto seres humanos foi a mais intensa já travada nos conjuntos discursivos da maioria mulheres entrevistadas.

Ainda no tópico “Quem sou eu?” verificou-se que mulheres de etnias de origem africana e indígenas, ainda continuam sofrendo com o processo diaspórico, de colonização e de escravização dos seus corpos. As tentativas de homogeneização acentuam-se no sistema penal, a construção da imagem da ideal de mulher, dentro dos padrões europeus, permeia quase todos os discursos no sistema.

Neste sentido, as mulheres que apresentaram-se de etnias de origem europeias, em seus discursos não foi possível identificar os estigmas comuns designados as demais colaboradoras de outras etnias. Percebeu-se então que essas mulheres de origem europeias fortalecem a origem comum, e para tanto utilizam-se das fronteiras étnicas. As características fenotípicas, variações da língua, os sobrenomes, serviram de marcadores para afirmarem suas identidades étnicas e também incorporam o discurso hegemônico sobre a identidade feminina pautada no patriarcalismo e sexismo.

Outro fator relevante a ser observado no tópico foi que as relações hierárquicas do sistema prisional foram apresentadas como marcador social e étnico, já que desde sua fundação nenhum grupo étnico de origem africana ou indígena esteve no topo da pirâmide de poder.

Observa-se que as fronteiras étnicas são realçadas por diversos elementos diacríticos e ultrapassá-las para algumas etnias dentro de um contexto prisional torna-se um processo doloroso e complexo. Como visto, o trânsito e a transposição é fortemente combatida pela própria instituição estatal.

Em vista disso no tópico “quem sou eu no entrelaçar dos corpos?” as relações afetivas e sexuais foram atravessadas não apenas pelo gênero, sexualidade, afeto, raça e classe, mas pela etnia que foram reveladas e que revelaram diversas questões.

Nos vários discursos e nas reflexões de alguns autores percebeu-se que as identidades marcam um complexo relacional que une o sujeito a um quadro contínuo de referências,

baseado na intersecção de um ponto de partida individual com a do grupo onde convive este sujeito. Assim sendo a identidade de uma pessoa, de um “si mesmo”, é dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que a classifica socialmente.

Diante deste contexto, verificou-se que no Conjunto Penal de Jequié, as relações sexuais e amorosas reconstróem, afirmam e até mesmo negam identidades. No que se refere ao processo de reconstrução identitária. Notou-se nos discursos que a sobrevivência financeira, física, psíquica e o desejo de liberdade são elementos que determinantes esse processo de reconstrução.

A identidade de gênero pontua-se em alguns discursos como uma identidade a ser reconstruída. Evidentemente que não se trata de uma generalização, pois alguns etnias de origem europeias, apoiam-se no contraditório, ou seja, elas realçam.

Ainda no tocante a reconstrução identitária, observou-se a existência de um processo construtivo alimentado pelo sistema estatal, pautado na “regeneração” das mulheres de vida pública, com o objetivo de devolvê-las a esfera privada. Em vista disso, para obtenção rápida da liberdade, para elas é apontado pelo sistema a *prisão domiciliar*, que só concedida pelo juiz as mulheres mães.

Dessa forma, assim como um casamento representa para muitas mulheres a liberdade, assim é a apontado a maternidade para as mulheres apenadas, visto que, aquelas que não aceitam, a tendência é permanecer em cárcere, sinalizando para o sistema estatal uma negação a identidade feminina.

Um outro aspecto relevante citado no entrelaçar dos corpos é que elas apresentaram-se livres, pontuaram a diferença nos enunciados que restrição do ato de ir e vir, não as restringiram do ato de amarem e serem amadas.

O conjunto discursivo destas mulheres as apresentam como seres fragmentados e ao mesmo tempo totais. Uma mulher aprisionada, pelas relações de afeto e ao mesmo tempo livre nas relações sexuais. Tal apresentação levaram a compreensão do significado dissociado de sexo, amor e orientação sexual.

Um outro aspecto a mencionar é que o presente estudo limita-se as análises discursivas, ou seja, a ouvir as narrativas de suas vidas amorosas e sexuais. Não em um mero exercício acadêmico de visibilização do sujeito que fala da margem, mas no exercício acadêmico de fazer ciência, ouvindo-as e as compreendendo-as nos aspectos subjetivos.

No quadro⁹⁵ sinótico, intitulado de *autoidentificação das colaboradoras* é notável que a apresentação delas por elas foi marcado pelo processo evocativo de sentidos, revelando assim os seus mais profundos sentimentos e eles apontam que o lugar onde essas mulheres falam, aparece nas entrelinhas como o mais forte no atravessamento de suas identidades.

Os estigmas oriundos do aprisionamento dos corpos são instrumentos a serviço da desconstrução identitária da maioria destas mulheres. Então é contra esses estigmas a maior luta e resistência delas.

É quase que desnecessário afirmar que não foi e não é a pretensão da pesquisadora, esgotar nesta dissertação, o debate referente as construções, afirmações e negações identitárias pautado nas relações afetivas/sexuais/étnica. Entretanto, este trabalho é finalizado com a sensação de que se faz necessário outro para completá-lo e em especial um que responda a seguinte questão: Afinal, qual é o maior cárcere para as mulheres, não seria aquele que se impõe antes da sanção penal?

⁹⁵ Apêndice 4 –autoidentificação das colaboradoras

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- AUGRAS, Monique. **História oral e subjetividade**. In: (org.) SIMSON, O. R. M. V. Os desafios contemporâneos da História Oral. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão - Pará - suas missões e a colonização**. Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, 1901.
- BADINTER E. XY. **Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1993.
- BARBOSA, Adriana Maria de Abreu. **Ficções do Feminino**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.
- BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.
- _____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960b.
- BORGES, Maria de Lourdes Alves. **Amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORELLI, Olga. Clarice Lispector: **Esboço para um possível retrato**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981
- BRAIDOTTI, Rosi. (2002). **Diferença, diversidade e subjetividade nômade**. (R. Barbosa, Trad.). Labrys, Estudos feministas, 1 (2), Recuperado em 10 de agosto de 2016 de www.unb.br/ih/his/gefem.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. São Paulo, 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Lei n.7210. **Lei de execuções penais - LEP**. Brasília: Ministério da Justiça, 11 jun. 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm >. Último acesso em: 22 agosto. 2016.
- _____. **Resolução n. 14 - 11 de Novembro de 1994**. Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

_____. **Resolução n. 16 - 12 de Dezembro de 1994.** Diretrizes para a Elaboração de Projetos de Estabelecimentos Penais no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: Racismos Contemporâneos, Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003.

COLOQUHOUN, Alan. **Modernity and the classical tradition: architectural essays 1980-1987.** London: The MIT Press, 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **Razões Públicas e Emoções Privadas.** Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

COSTA, Suely Gomes. **Gêneros, biografias e história.** Revista Gênero, Niterói, vol. 3, n. 2, p. 7-20, 1 sem, 2003

COLARES, Leni Beatriz Correia e CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos.** Rev. Estud. Fem. vol.18 no.2 Florianópolis May/Aug. 2010

CORTINA, Mônica Ovinski de Camargo. **Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.761-778. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p761>

CHACHAM, Alessandra, MAIA, Mônica. **Corpo e sexualidade da mulher brasileira.** In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CRAWFORD, Mary, and UNGER, Rhoda. **Introduction to a feminist psychology of woman.** In: CRAWFORD, Mary, and UNGER, Rhoda (Eds). *Womans and gender: a feminist Psychology.* Boston: McGraw-Hill, 2000. p 2-32.

CHERULLI, Kelly Cristine Barbosa. **A sexualidade na história sob a perspectiva das religiões.** 2007. http://www.historiadasesexualidade.com/sexo_religiao.html Acesso em 05/09/16.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: Edusc, 2002. 256 p. Tradução de Viviane Ribeiro.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível.** In. *Cultura com aspas e outros ensaios.* São Paulo, Cosac Naify, 2009 [1979].

DAMATTA, Roberto. **Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira** in: (DaMatta). *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social,* Rio de Janeiro: Rocco. 1987

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 1997.

_____. **História do amor no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

_____. Renato VENANCIO. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2012.

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. 2010. xvii, 224 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2010

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Thaís Dumê. **A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza/CE. 2010.

_____. **Memória de um silêncio eloquente: A criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX. Tese de doutorado. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília**. UnB, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. (R. Ramallete, Trad.) Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Tasso. **Catarina Paraguassu: a mãe do Brasil**. Salvador: Durumá, 2001

FREITAS, M. **A cor do amor. O cotidiano afetivo da mulher negra: da compreensão da solidão ao empoderamento**. Edição 188, março 2014. Disponível em: <<http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/188/artigo308843-2.asp>> Acesso em 10 de jun. 2014.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

_____. **Sobrados e Mocambos**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**. In: Bibliothèque Jeanne Hersch. Textes fondateurs. Disponível em: «http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm» Acesso em 11 fev 2007.

GIACOMINI Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 19923.

_____. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Acesso em 26 de março, 2016. Disponível em < <http://www.kas.de/wf/doc/10985-1442-5-30.pdf>>

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Quem precisa de identidade?** In T.T. SILVA (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

HERKENHOFF, João Baptista. **Mulheres no banco dos réus: Universo Feminino sob o olhar de um juiz**. Rio de janeiro: Forense, 2008.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. In: Werneck, J. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. p.197. . Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

_____. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KAUSS, Vera Lucia T e PERUZZO, Adreana **A inserção da mulher indígena brasileira na sociedade contemporânea através da literatura. Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 32-45, jul./dez. 2012.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 58-71.

LAPIERRE, Jean-William. **Prefácio**. In: POTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP. p.4-18.

LAPOUGE, Georges Vacher de. **LÁryen: Son Rôle Social**. Paris: Albert Fontemoing, 1899.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas do gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que escapam**. In: Revista Labrys: Estudos Feministas. n. 4, ago/dez, 2003.

LISPECTOR, Clarice. Brasília. In: **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARIANO, S. A. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Revista de Estudos Feministas, 13 (3), p.483-505. 2005

MARTINS, Joel & BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia Fundamentos e Recursos Básicos** – 2. ed. – São Paulo: Moraes, 1994.

MORAIS, Evaristo de. **Prisões e instituições penitenciárias no Brasil**. Rio de Janeiro: livraria Conselheiro Cândido de Oliveira, 1923.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia**. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.) Raça e Diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Revista Estudos Avançados, 2004. São Paulo, V. 18, no 50, p. 51-66.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo identidade e etnia, palestra proferida no 3º. Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ**. 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio Da Cor. Identidade, Raça e Gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NEVES, Ana Sofia Antunes das. **As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"?** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, dez. 2007.

OMOTE, Sadao. **Estigma no tempo da inclusão**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2004

ONASP, Observatório Nacional do Sistema Prisional. Brasília: **Mapeamento de teses e dissertações sobre o sistema prisional (1987-2012)**. Governo Federal, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Educação – FAE, 2016.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas – A fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. In: _____. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976, p.1-31

OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: O feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PACHECO, A. C. L. **Trabalho das Mulheres: o ‘jogo’ das diferenças – um estudo de caso sobre o trabalho feminino no Pólo Industrial Baiano** (Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1998.).

_____. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”:** escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese doutorado. Campinas: Unicamp, 2008.

PINTO, E. A. **Sexualidade na Identidade da Mulher Negra a partir da Diáspora Africana: O Caso do Brasil**, Tese de doutoramento, PUC/SP, 2004.

PINTO, Conceição. **Intimidade em adolescentes de diferentes grupos étnicos**. Tese de doutoramento. 2009

PRADO, Maria Ligia. **Uma introdução ao conceito de identidade**. IN: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio e GARCIA, Tânia da Costa (orgs). **Cadernos de Seminário de Pesquisa: Cultura e Política nas Américas**. vol 1. Assis: Unesp Publicações, 2001.

POUTIGNAT, Phillippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes. **A população indígena da cidade de Belém: algumas formas de sociabilidade**, 2007. < www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n2/v4n2a04.pdf>
Acesso em 18 nov. 2016.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP.: Ed. Unicamp, 1997.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira de. **Religiões afro-brasileiras no Recife: policiais, intelectuais e repressão**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. (p.23-59)

_____. **Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil**. In: Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth, v. 3, n. 3, 1997.

REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína (Org.). **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RIBEIRO, Arilda I. Miranda. **Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas**. In: LOMBARDI et al. (Orgs.). Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

SALGADO Júnior, A., **Luís de Camões. Obra Completa**, Rio de Janeiro, 1963.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. [2ª edição].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Aretusa. **Identidade negra e brincadeira de faz-de-conta: entremeios**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.

SANTANA, Marise de. **Antropologia afro-brasileira: proposta didática para educação das relações étnicas**. São Paulo, 2016. Relatório Científico do Estágio de Pós-Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP.

SANSONE, Lívio. **Apresentação: que multiculturalismo se quer para o Brasil?** Cienc. Cult., São Paulo, v. 59, n. 2, Junho 2007.

_____. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004.

SCAVONE, Lucila. **Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo.** *Revista Niterói*, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1 sem., 2010.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter. (org) *A Escrita da História: novas perspectivas.* 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença-a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

TORRES, Anália. **Sociologia do casamento. A família e a questão feminina.** Oeiras: Celta Editora, 2001.

_____. **Amor e ciências sociais.** *Travessias*, n. 4/5, p. 15- 45, 2004.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras.** Companhia das Letras, 2017. São Paulo.

VIVEIROS DE CASTRO Eduardo, 1996, “**Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**”, *Mana*, 2 (2): 115-144.

_____, 1999, “**Etnologia Brasileira**”: 109-223, in Sergio Miceli (org.) *O Que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, *Antropologia (volume I)*. São Paulo/Brasília, Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES.

_____, 2006, “**O nativo relativo**”, *Mana*, 8 (1): 113-148.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução de Pietro Nassetti . São Paulo: Martins Claret, 1991.

_____, **Economia e Sociedade.** Brasília: UNB, 1994. p.270

WOODWARD. K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

Site da Revista de Estudos Feministas:

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>

Notas

TELLES, Lygia Fagundes. **Durante aquele estranho chá**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

TELLES, Lygia Fagundes. **Antes do baile verde**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida: (Pulsações)**, 8a. ed. Editora Nova Fronteira, 1978, p. 66

_____. Brasília. In: **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa **Mulheres em privação de liberdade: identidades atravessadas pelo gênero e sexualidade nas relações étnicas**. Neste estudo pretendemos compreender como as identidades étnicas de mulheres em situação de privação de liberdade no Conjunto Penal de Jequié, tem sido construídas pelos discursos do mundo privado, em seus aspectos afetivos e sexuais. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é entender **Como as relações afetivas e sexuais atuam as (re)construções, negações e/ou afirmações das identidades de mulheres em situação de privação de liberdade no conjunto penal de Jequié?** Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Levantamento bibliográfico (autores que falam sobre o assunto); etapas de investigação com entrevistas, construção do trabalho (a escrita) e apresentação final(dissertação). Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendida pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificada em nenhuma publicação. Este estudo apresenta um risco mínimo psíquico e emocional, por conta da metodologia adotada história oral temática, mas você poderá interromper a entrevista na hora que você quiser e se desejar um acompanhamento podemos juntas procurar apoio. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são as contribuições na construção de novos conhecimentos. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

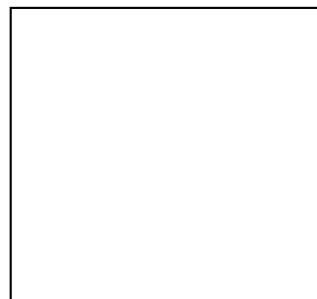
Eu, _____ fui informada dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.


Jequié, 30 de setembro de 2016.

Assinatura do(a) participante

Impressão digital (se for o caso)

Assinatura do(a) pesquisador(a)



		FICHA CADASTRAL DO PRESO			Código: FO. SGP. 03	
					Revisão: 00	
Unidade prisional: CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ			Ofício nº:	Nº Infopen (CRC):	Nº Recluso (CRC):	
Nome do preso:			Vulgo / Apelido:			(FOTO 1 - FRONTAL) *Obrigatória
Nascimento:	Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	Nacionalidade:	Naturalidade:			
Artigo:	Data da Entrada:	Data da Prisão:	Procedência:			
Cor da pele / etnia: <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Outras						
Profissão:		Escolaridade:		Prole:		
Estado civil: <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado judicialmente <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Não informado						
FILIAÇÃO						
Nome da mãe:				Situação: <input type="checkbox"/> Falecida <input type="checkbox"/> Viva		
Nome do pai:				Situação: <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Vivo		
DOCUMENTAÇÃO						
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	Estado:	Carteira de reservista:		
Título eleitoral nº:	Zona:	Seção:	Certidão de Nascimento nº:	Livro:	Folha:	
INFORMAÇÕES DOMICILIARES						
Endereço:			Número:	Bairro:		
Referência:						
Cidade:	Estado:	CEP:	Tipo de residência: <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Emprestada <input type="checkbox"/> Própria			
Telefone (com DDD):			Tipo: <input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Residencial			
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS						
Tipo sanguíneo: <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> AB <input type="checkbox"/> O			Fator RH: <input type="checkbox"/> Positivo <input type="checkbox"/> Negativo			
Lábios: <input type="checkbox"/> Finos <input type="checkbox"/> Grossos <input type="checkbox"/> Leporinos <input type="checkbox"/> Médios			Rosto: <input type="checkbox"/> Oval <input type="checkbox"/> Quadrado <input type="checkbox"/> Redondo <input type="checkbox"/> Médios			
Nariz: <input type="checkbox"/> Achatado <input type="checkbox"/> Afilado <input type="checkbox"/> Arrebitado <input type="checkbox"/> Comprido <input type="checkbox"/> Curvo / adunco <input type="checkbox"/> Pequeno						
Altura: <input type="checkbox"/> Mais de 1,91m <input type="checkbox"/> Até 1,90m <input type="checkbox"/> Até 1,80m <input type="checkbox"/> Até 1,70m <input type="checkbox"/> Até 1,60						
Cor dos olhos: <input type="checkbox"/> Azul <input type="checkbox"/> Castanho <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Verde			Forma dos olhos: <input type="checkbox"/> Grande <input type="checkbox"/> Peq <input type="checkbox"/> Oriental <input type="checkbox"/> Redondo			

Orelhas:					
<input type="checkbox"/> Abertas	<input type="checkbox"/> Coladas	<input type="checkbox"/> Grandes	<input type="checkbox"/> Médias	<input type="checkbox"/> Pequenas	
Pescoço:					
<input type="checkbox"/> Comprido	<input type="checkbox"/> Curto	<input type="checkbox"/> Fino	<input type="checkbox"/> Grosso	<input type="checkbox"/> Médio	
Cor dos cabelos:					
<input type="checkbox"/> Brancos	<input type="checkbox"/> Castanhos	<input type="checkbox"/> Grisalhos	<input type="checkbox"/> Louros	<input type="checkbox"/> Pretos	
<input type="checkbox"/> Ruivos					
Tipo dos cabelos:					
<input type="checkbox"/> Calvo	<input type="checkbox"/> Crespo	<input type="checkbox"/> Encaracolado	<input type="checkbox"/> Liso	<input type="checkbox"/> Ondulado	
Barba:					
<input type="checkbox"/> Rala	<input type="checkbox"/> Cheia	<input type="checkbox"/> Rapada	<input type="checkbox"/> Imberbe	<input type="checkbox"/> Longa	
Tipo dos cabelos:					
<input type="checkbox"/> Fino	<input type="checkbox"/> Grosso	<input type="checkbox"/> Rapado	<input type="checkbox"/> Aparado	<input type="checkbox"/> Longo	
Compleição:			Boca:		
<input type="checkbox"/> Gordo	<input type="checkbox"/> Magro	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Raquítico	<input type="checkbox"/> Troncudo	
<input type="checkbox"/> Grande	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Pequena			
Testa:		Sobrancelhas:			
<input type="checkbox"/> Alta	<input type="checkbox"/> Com entrada	<input type="checkbox"/> Curta	<input type="checkbox"/> Finas	<input type="checkbox"/> Grossas	
<input type="checkbox"/> Separadas	<input type="checkbox"/> Unidas				
N° Pé:		Peso:			
Outras características:					
FOTO E DESCRIÇÃO: PERFIL / MARCAS / TATUAGENS					
Identificação:	Identificação:	Identificação:	Identificação:		
Perfil:	Região do corpo:	Região do corpo:	Região do corpo:		
(FOTO 2) *Obrigatória	(FOTO 3) *Obrigatória em caso de existência de marcas ou tatuagens	(FOTO 4) *Obrigatória em caso de existência de marcas ou tatuagens	(FOTO 5) *Obrigatória em caso de existência de marcas ou tatuagens		
FICHA DATILOSCÓPICA					
S E R I E D I R E I T A					
	POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MÍNIMOS
S E R I E S Q U E R D A					

ANEXO 3 – APROVAÇÃO NO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 1.878.138

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os objetivos estão bem apresentados. Foram citados trabalhos experimentais anteriores sobre o tema da proposição da pesquisadora. As informações são suficientes para dar continuidade aos objetivos da pesquisa. No item referente à metodologia há descrição detalhada. Foram citados os critérios para exclusão/inclusão dos sujeitos na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentam objetividade, linguagem adequada, boa descrição dos procedimentos e explicita bem os riscos e benefícios.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do dia 21/12/2016, a plenária aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_782170.pdf	05/10/2016 17:59:15		Aceito
Outros	CPJ.pdf	05/10/2016 17:55:47	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	consentimento.pdf	05/10/2016 17:54:36	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	roteiro.pdf	19/09/2016 14:02:23	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	diretor.pdf	19/09/2016 13:53:19	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/09/2016 17:24:19	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	depoimento.pdf	05/09/2016	GILDE LUANA DE	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinha CEP: 45.206-510
UF: BA Município: JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepuesb.jq@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 1.878.13#

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os objetivos estão bem apresentados. Foram citados trabalhos experimentais anteriores sobre o tema da proposição da pesquisadora. As informações são suficientes para dar continuidade aos objetivos da pesquisa. No item referente à metodologia há descrição detalhada. Foram citados os critérios para exclusão/inclusão dos sujeitos na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentam objetividade, linguagem adequada, boa descrição dos procedimentos e explicita bem os riscos e benefícios.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do dia 21/12/2016, a plenária aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_782170.pdf	05/10/2016 17:59:15		Aceito
Outros	CPJ.pdf	05/10/2016 17:55:47	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	consentimento.pdf	05/10/2016 17:54:36	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	roteiro.pdf	19/09/2016 14:02:23	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	diretor.pdf	19/09/2016 13:53:19	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/09/2016 17:24:19	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	depoimento.pdf	05/09/2016	GILDE LUANA DE	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

UF: BA

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepuesb.jq@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 1.678.138

Outros	depoimento.pdf	17:16:32	LIMA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	510.pdf	05/09/2016 17:16:10	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Angelica.pdf	05/09/2016 17:15:40	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Gilde.pdf	05/09/2016 17:14:57	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	orientador.jpg	02/09/2016 11:23:04	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Outros	orientadora.jpg	02/09/2016 11:21:31	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	02/09/2016 11:20:46	GILDE LUANA DE LIMA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 21 de Dezembro de 2016



Assinado por:

Ana Angélica Leal Barbosa
(Coordenador)

Ana Angélica Leal Barbosa
Membro do Comitê de E-UESB

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n

Bairro: Jequezinho

CEP: 45.206-510

UF: BA

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727


Fax: (73)3525-6883

E-mail: cepuesb.jq@gmail.com

ANEXO 02 – IMAGEM DA PLATAFORMA

The image shows a screenshot of the ONASP (Observatório Nacional do Sistema Prisional) website. The page layout includes a top navigation bar with logos for CAED (Centro de Apoio à Educação e Trabalho), PROGRAD (Programa de Pós-graduação em Educação), and UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Below the navigation bar, there are several tabs: 'Home', 'Sobre o Observatório', 'Assessoria', 'Classificação', and 'Contato'. The main content area is titled 'Repositório' and features a central graphic with the ONASP logo and the text 'Observatório Nacional do Sistema Prisional'. Below this, there is a description: 'Neste espaço será possível consultar as "Bases de dados" de Teses e Dissertações, Artigos científicos, Filmes e Documentários, que visam ao sistema prisional.' The page also includes a list of categories: 'Teses e Dissertações (1987-2012)', 'Artigos científicos (2010-2014)', and 'Filmes e Documentários'. On the right side, there is a sidebar with a 'REQUERIDOS' section listing various items and a 'ATIVIDADES RECENTES' section.

ANEXO 03 – CARTEIRA DE VISITA ÍNTIMA INTERNA

 <p>Governo do Estado da Bahia Secretaria Estadual de Administração Penitenciária – SEAP Conjunto Penal de Jequié - CPJ</p>	
CARTEIRA DE VISITA ÍNTIMA INTERNA	
Interno (a):	
Interno (a):	
Matrícula Penal:	
Data de emissão:	Vencimento:
Módulo:	Serviço Social:

Fonte: CRC/CPJ

APÊNDICES

APÊNDICE 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – FASE 1 –CONVERSA INICIAL

1. Como você se identifica (cor/raça, sexo e etnia)?
2. Com todas as grades que nos cercam, seja elas de ferro ou não, falar de amor e sexo é triste e ao mesmo tempo pode ser alegre, conte-nos sobre sua vida sexual e amorosa a partir do encarceramento?

APÊNDICE 2- ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – FASE 2 –DEVOLUTIVA

- 01.Quando você falou sobre sua cor/raça, você não citou nada sobre etnia (seu grupo de origem), por que?
02. Quando você se identificou como pessoa o que isto significa?
03. Você tem algum tipo de problema em relacionar-se afetivamente na prisão com cigano (a)s? Por quê?
04. Você já ouviu alguma história sobre problema em relacionar-se com determinadas pessoas? Consideradas “diferentes”, aqui na prisão?
05. Com que (tipo de pessoa) você não se envolveria aqui na prisão sexualmente? E por quê?
- 06.Com que (tipo de pessoa) você não se envolveria aqui na prisão afetivamente de forma alguma? E por quê?
- 07.Você acredita que os homens daqui, tem preferência sexual e afetiva por um tipo específico de mulher? Explique.
- 08.Algum namorado (a) ou esposo (a) aqui no presídio já proibiu você de relacionar-se com outras pessoas? Explique.
- 09.Algum namorado (a) ou esposo (a) aqui no presídio já proibiu de fazer algum trabalho? Explique.
- 10.Você já foi convida a ficar com alguém na prisão e recusou? Explique.
- 11.Na prisão o que é diferente em relação amizade? Como você escolhe seus amigos? Explique.
- 12.O que você faria por amor?
- 13.As relações amorosas movem o mundo, mas as relações de poder movem o universo... para você neste contexto prisional o que torna uma mulher poderosa?
14. Quais são as maiores dificuldades na prisão?
- 15.Você acha que na prisão você recebe tratamento diferenciado por ser mulher? Explique.
- 16.Quais são os maiores preconceitos existentes na prisão?
17. Qual é a cor/etnia de seus pais?
18. Fale sobre a origem (cidade/país) de sua família?
19. Como você sobrevive aqui, sem ajuda dos seus familiares?
20. Quem são as pessoas que falam de você e que falavam?
21. Como você venceu o preconceito na prisão?
22. Quando você diz: “hoje em dia tô solteira e não procuro também me envolver aqui dentro porque é uma questão pessoal mesmo” você se considera uma pessoa solitária?

APÊNDICE 3- COMUNICADO AS COLABORADORAS

Prezada colaboradora;

Já transferir para o papel as entrevistas gravadas. Vale dizer, que apaguei os arquivos conforme disse anteriormente, não utilizarei às imagens gravadas, apenas as falas (entrevistas) transcritas. Utilizarei nomes de pássaros para identifica-las no texto. O sigilo é o princípio ético da minha pesquisa.

Segue estas falas (transcritas) para que você leia e verifique se tudo que passei para o papel foi fiel o que você disse. Se você quiser modificar você poderá.

Ainda para uma melhor análise das falas, segue algumas **NOVAS** perguntas que surgiram ao transcrevê-las.

Envio também em anexo o ofício que comprova que estou realizando a pesquisa pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e um termo de consentimento, para que você assine como colaboradora.

Vale lembrar que, se você quiser desistir da pesquisa, você poderá.

Gilde Luana de Lima

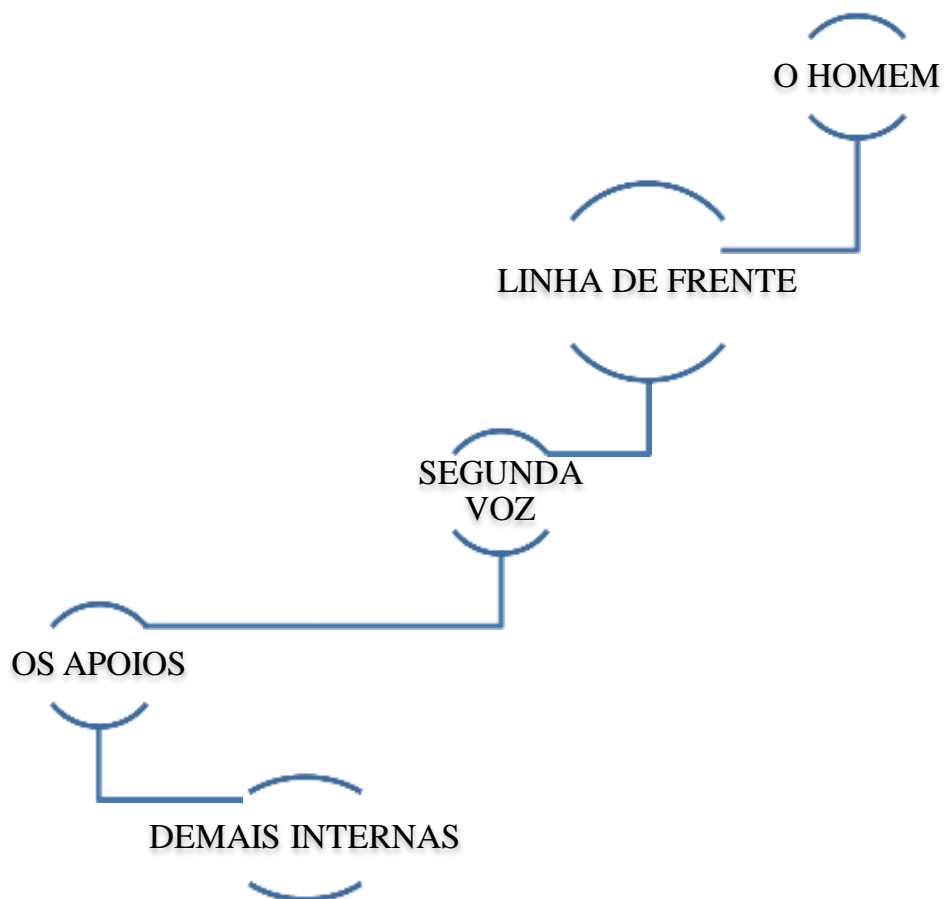
Pesquisadora

APÊNDICE 4 – AUTOIDENTIFICAÇÃO DAS COLABORADORAS

COLABORADORA	AUTOIDENTIFICAÇÃO	
<p><i>Freirinha</i> 22 anos e 1 ano no CPJ</p>	<p>Etnia/cor [Negra/africana] Gênero [Pessoa]</p>	<p>Heterossexual</p>
<p><i>Rendeira</i> 35 anos 2 anos no CPJ</p>	<p>Etnia/cor [Morena/brasileira] Gênero [Pessoa]</p>	<p>Heterossexual</p>
<p><i>Jandaia-de-testa-vermelha</i> 3 anos, 1 e 2 meses no CPJ</p>	<p>Etnia/cor [parda/brasileira] Gênero [Mulher] transexual</p>	<p>Homoafetivo</p>
<p><i>Coruja-buraqueira</i> 29 anos, 5 anos no CPJ</p>	<p>Etnia [Indígena] Gênero [Pessoa]</p>	<p>Heterossexual</p>
<p><i>Sáira-militar</i> Sáira-militar, 19 anos, 5 meses no CPJ)</p>	<p>Etnia/branca [portuguesa] Gênero [mulher]</p>	<p>Heterossexual</p>
<p><i>Sáira-galega</i> 38 anos, 6 anos no CPJ</p>	<p>Etnia/branca [alemã] Gênero [mulher]</p>	<p>Heterossexual</p>

Fonte: elaborado pela autora da dissertação com base nas narrativas das colaboradoras, 2016/2017.

**APÊNDICE 5 – APÊNDICE 5 – SISTEMA HIERÁRQUICO DO MÓDULO FEMININO -
CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ - “O BONDE DO CPJ”**



Fonte: Quadro elaborado a partir da fala da colaboradora Coruja-buraqueira.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GILDE LUANA DE LIMA SILVA

ENDEREÇO: RUA 1º DE MAIO, 183 BAIRRO JOAQUIM ROMÃO CEP 45202070

FONE: 73 35265186

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB

JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190

FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre. Porque alguém disse e eu concordo que o tempo cura, que a mágoa passa que decepção não mata. E que a vida sempre, sempre continua.

Simone de Beauvoir